UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH – CAMPUS IV
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

DERALÚCIA OLIVEIRA NASCIMENTO QUEIROZ

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO NAPp: DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Jacobina - BA
2023

DERALÚCIA OLIVEIRA N. QUEIROZ

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO NAPp: DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Dissertação apresentada ao Programa Pós Graduação em Educação e Diversidade da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – DCH – IV, como requisito obrigatório para obtenção do grau de mestre em Educação e Diversidade. Linha de Pesquisa: Cultura, Docência e Diversidade.

Orientador: Prof. Osni Oliveira Noberto da Silva.

Jacobina
2023

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Bibliotecário:

João Paulo Santos de Sousa CRB-5/1463

Queiroz, Deralúcia Oliveira Nascimento.

Q4d Desafios e possibilidades do núcleo de apoio psicopedagógico napp: diálogo com a educação especial na perspectiva inclusiva / Deralúcia Oliveira Nascimento Queiroz.

Jacobina – BA

121 f.

Dissertação (conclusão do curso de pós-graduação Strictu Senso / Programa de pós-graduação em educação e diversidade da Universidade do Estado da Bahia, MPED. Departamento de ciências humanas – Campus IV). Universidade do Estado da Bahia, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Osni Oliveira Noberto da Silva.

.

.

1. Psicopedagogia. 2. Educação Especial. 3. Educação Inclusiva. I. Osni Oliveira Noberto da Silva. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas/Campus IV. III. Título

CDD – 155.13

DERALÚCIA OLIVEIRA N. QUEIROZ

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO NAPp: DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação e Diversidade da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – DCH – IV, como requisito obrigatório para obtenção do grau de mestre em Educação e Diversidade. Linha de Pesquisa: Cultura, Docência e Diversidade.

Prof. Dr. Osni Oliveira Noberto da Silva (UNEB)
Orientador

Profa. Dra. Suzana Alves Nogueira (UEFS)
Membro Externo

Orientador(a) Presidente
Professor(a) Dr.(a) AMALIA CATHARINA SANTOS CRUZ
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Examinador(a) Interno

Jacobina, 20 de março de 2023

Dedico este trabalho aos estudantes atendidos pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico, pelo diálogo socializado e em especial ao meu pai Deraldo Rodrigues do Nascimento, pela convivência e experiência partilhada nos desafios outorgados pela pessoa com deficiência, para a constituição da pesquisadora.

AGRADECIMENTOS

Movida pela alegria da coparticipação de “tanta gente” para a tessitura e dialogo desta pesquisa, me empresto das palavras de Gonzaguinha, mediadas nos caminhos do coração, para reconhecer que: *“...É tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá e é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que a gente pense estar.”*

É sempre importante dizer: Gratidão!

À DEUS por me orientar com sabedoria para a partilha e o discernimento.

À minha família, meu pai Deraldo, meus irmãos Deraldo Filho e Ricardo, minhas irmãs Marisa e Maviane, minhas sobrinhas, Maria Cecília e Maria Fernanda, por acreditarem nos meus propósitos e estarem comigo neste percurso. Em especial a minha mãe Maria Lúcia pela companhia serena, sobremaneira segura para o alento dos meus sonhos. AMO VOCÊS!

Ao meu esposo Carlos Valter, porto seguro nessa caminhada, pelo amor, cuidado, carinho e atenção, principalmente nos momentos mais sensíveis e a nossa amada filha Vitória Marina, fonte de toda essa conquista.

À Universidade do Estado da Bahia-UNEB, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade, seu corpo docente, coordenação, direção e administração, pela formação profissional para a atuação com as diversidades e singularidades socioeducativas e culturais.

Ao meu orientador professor Dr. Osni Oliveira Noberto da Silva por ter acreditado na minha proposta de estudo e pelas valiosas orientações, fundamentais no processo de desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos componentes da banca examinadora pelas considerações que elevaram a qualidade do trabalho.

As contribuições de todos(as) os(as) colegas da turma de 2021.1, especialmente a Tatiane e Geysiane.

Ao amigo Ideilton Matheus e a amiga Cátia Cruz, pelas presenças éticas e sobremaneira humana nos momentos mais delicados.

As minhas principais interlocutoras educacionais, sobremaneira companheiras de luta : Mila e Lorena é tão bom ter a escuta e o contato interativo de vocês. Uma consultoria de sucesso, kkk.

À Sérgio Felix (sobrinho e compadre do coração) pelas pacientes contribuições com conhecimento tecnológico, uma visão potente de sucesso.

À Ronaldo pela atenção necessária nos momentos de estudo e escrita. Eu jamais vou esquecer: “VOCÊ VAI CONSEGUIR... As palavras ganham poder quando são ditas com o coração”.

À Ana Lúcia pelo carinho evidenciado com a solidariedade sem custos.

Aos trabalhos da coordenação geral da Secretaria Municipal de Caém pelo aprendizado consubstanciado nesta pesquisa. Um divisor de águas na minha carreira profissional.

À toda equipe do Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Jacobina-BA, lócus deste estudo, pela acolhida, parceria e aos desdobramentos originados durante toda esta pesquisa. Aos profissionais ligados diretamente e indiretamente a esta instituição, em especial à Elaine e Ingrid pelas vivências que geraram aprendizado sobre o trabalho em equipe, responsabilidade, profissionalismo e compromisso com o outro.

RESUMO

A presente pesquisa “Desafios e Possibilidades do Núcleo de Apoio Psicopedagógico: Diálogo com a Educação Especial na perspectiva inclusiva, está vinculada a linha de pesquisa: Cultura, Docência e Diversidade. Teve como objetivo compreender como o Núcleo de Apoio Psicopedagógico pode corroborar para a inclusão educacional dos estudantes com deficiências e ou transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, com os seguintes objetivos específicos: 1) Investigar o trabalho do Núcleo de Apoio Psicopedagógico para a inclusão dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; 2) Mapear os desafios que os profissionais do Núcleo de Apoio Psicopedagógico enfrentam para a inclusão educacional; 3) Apresentar uma proposta interventiva que corrobore para o trabalho da educação especial na perspectiva inclusiva. Foi desenvolvida por meio do estudo de caso com abordagem qualitativa, ancorou-se no paradigma do materialismo histórico dialético, em favor da discussão crítica da educação especial inclusiva, frente a organização social capitalista que engessa o cotidiano educacional. Teve caráter exploratório e como foco principal: desenvolver, elucidar e (des)construir conceitos e ideias já cristalizadas, podendo servir também para levantar hipóteses ou formular problemas para futuras pesquisas. Foi apresentado um plano de formação educacional inclusiva, como produto da pesquisa, para a equipe do Núcleo de Apoio psicopedagógico, com vistas para integrar forças e maximizar o diálogo em favor da qualidade do ensino e da aprendizagem dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Concluiu-se que é relevante potencializar o serviço do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, para a ampliação do espaço físico e formação de uma equipe multiprofissional que possa melhorar a qualidade do atendimento das demandas escolares da educação especial inclusiva.

Palavras-chaves: Psicopedagogia. Educação Especial. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

The present research “Challenges and Possibilities of the Psychopedagogical Support Center: Dialogue with Special Education in an inclusive perspective, was linked to the line of research: Culture, Teaching and Diversity. It aimed to understand how the Psychopedagogical Support Nucleus can contribute to the educational inclusion of students with disabilities and/or global developmental disorders, high abilities/giftedness, with the following specific objectives: 1) Investigate the work of the Psychopedagogical Support Nucleus for the inclusion of students with disabilities and/or pervasive developmental disorders and high abilities/giftedness; 2) Mapping the challenges that professionals from the Psychopedagogical Support Center face for educational inclusion; 3) Present an intervention proposal that supports the work of special education from an inclusive perspective. It was developed through a case study with a qualitative approach, anchored in the paradigm of dialectical historical materialism, in favor of the critical discussion of inclusive special education, in the face of the capitalist social organization that stifle educational daily life. It had an exploratory character and as its main focus: to develop, elucidate and (de)construct concepts and ideas that had already crystallized, and could also serve to raise hypotheses or formulate problems for future research. An inclusive educational training plan was presented, as a result of the research, to the Psychopedagogical Support Center team, with a view to integrating forces and maximizing dialogue in favor of the quality of teaching and learning of students with disabilities and/or global disorders of the development, high abilities/giftedness. It was concluded that it is relevant to enhance the service of the Psychopedagogical Support Nucleus, for the expansion of the physical space and formation of a multidisciplinary team that can improve the quality of care for the school demands of inclusive special education.

Keywords: Psychopedagogy, Special Education and Inclusive Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias e resultados da pesquisa sem filtros 31
Quadro 2 - Categorias e resultados da pesquisa com filtros. 32
Quadro 3 - Categorias e resultados da pesquisa com filtros. 32
Quadro 4 - Categorias e resultados da pesquisa com filtros 33
Quadro 5 - Seleção final (Todos descritores) 34
Quadro 6 - Documentos Norteadores do Núcleo de Apoio Psicopedagógico-Núcleo de Apoio Psicopedagógico-NAPp 52
Quadro 7 - Dados dos participantes 56
Quadro 8 - Análises das entrevistas- Psicopedagogo 71
Quadro 9 – Análise das entrevistas do Coordenador da Educação Especial Inclusiva. 72
Quadro 10 - Análises das entrevistas- Docente 73
Quadro 11 - Análises das entrevistas- Coordenador Pedagógico escolar. 73
Quadro 12 - Análises das entrevistas- Psicopedagogo 75
Quadro 13 - Análises das entrevistas- Coordenador da Educação Especial Inclusiva 76
Quadro 14 - Análises das entrevistas- Docente 77
Quadro 15 - Análises das entrevistas- Coordenador Pedagógico Escolar 77
Quadro 16 - Análises das entrevistas- Psicopedagogo 79
Quadro 17 - Análises das entrevistas- Coordenador da Educação Especial Inclusiva 80
Quadro 18 - Análises das entrevistas- Docente 81
Quadro 19 - Análises das entrevistas- Coordenador Pedagógico Escolar 81
Quadro 20 - Análises das entrevistas- Psicopedagogo 84
Quadro 21 - Análises das entrevistas- Coordenador da Educação Especial Inclusiva 85
Quadro 22 - Análises das entrevistas- Docente 86
Quadro 23 - Análises das entrevistas- Coordenador Pedagógico Escolar 87
Quadro 24 - Análises das entrevistas- Psicopedagogo/ principais falas 89
Quadro 25 - Análises das entrevistas- Coordenador da Educação Especial inclusiva/ principais falas 89
Quadro 26 - Análises das entrevistas- Docente/ principais falas 90

Quadro 27 - Análises das entrevistas- Coordenador pedagógico escolar/ principais falas.....90
Quadro 28 - Análises das entrevistas - Psicopedagogo, coordenador da educação especial e inclusiva e docente, principais falas 91
Quadro 29 - Análises das entrevistas- Psicopedagogo, coordenador da educação especial e inclusiva, docente e coordenador pedagógico escolar. 92
Quadro 30 - Apresentação da proposta dos encontros. 102

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Jacobina no Estado da Bahia.....49
Figura 2 - Faixa etária dos pesquisados 57
Figura 3 - Sexo dos pesquisados. 57
Figura 4 -Coordenador da Educação Especial/Inclusiva. 58
Figura 5 - Coordenador Pedagógico Escolar 59
Figura 6 - Docente.....59
Figura 7 - Percepções das políticas públicas - Coordenador da Educação 61
Figura 8 - Percepções das Políticas Públicas Coordenador pedagógico 62
Figura 9 - Tempo de trabalho na Educação Básica 63
Figura 10 - Tempo de trabalho no Núcleo de Apoio Psicopedagógico- NAPp 64
Figura 11 - Tempo de trabalho no Núcleo de Apoio Psicopedagógico Coordenador da Educação Especial inclusiva 65
Figura 12 - Vínculo de contrato de trabalho relacionado a sua atividade 66
Figura 13 - Vínculo de contrato de trabalho relacionado a sua atividade Coordenador da Educação Especial inclusiva. 67
Figura 14 - Contemplação por plano de cargos e salários- Psicopedagogo 68
Figura 15 - Contemplação por plano de cargos e salários- Coordenador 68

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABPp	Associação Brasileira de Psicopedagogia
AC	Atividade Complementar
AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAEE	Centro de Atendimento Educacional Especializado
CREAS	Centro de Referência de Assistência Social
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPED	Mestrado Profissional em Educação e Diversidade
NAPNE	Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas
NAPp	Núcleo de Apoio Psicopedagógico
NEE	Necessidades Educativas Especiais
ONU	Organização das Nações Unidas
PEI	Plano Educacional Individualizado
PNEE	Plano Nacional de Educação Especial
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PPP	Projeto Político Pedagógico
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
1.1 A VIDA EM TRAVESSIA: REFLEXOS DA ESCOLHA PROFISSIONAL 12
2 DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL: REDESCOBRINDO O PERCURSO HISTÓRICO 21
3 A PSICOPEDAGOGIA FRENTE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA 28
4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE AS PESQUISAS EM EDUCAÇAO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA COM INTERVENÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS . 31
5 METODOLOGIA: TECENDO CAMINHOS PARA O DESVELAR DA PESQUISA 46
5.1 APRESENTAÇÃO DO LOCUS 48
5.3 CONSTRUÇÃO DOS DISPOSITIVOS DOS DADOS 51
5.4 ANÁLISE DOS DADOS 53
6 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS 55
6.1 SOB A ESCUTA DOS QUESTIONÁRIOS 55
6.2 NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PESQUISADOS. 58
6.3 MEMÓRIA DAS ENTREVISTAS 69
6.4 COMPREENSÃO SOBRE INCLUSÃO 70
6.5 TRABALHO DO NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO 74
6.6 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA 83
6.7 POSSIBILIDADES DO NAPp PARA LIDAR COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA 88
6.8 RELEVÂNCIA DAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS 91
7 ANÁLISE DOCUMENTAL 93
8 PROPOSTA DE PRODUTO 102
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS 103
REFERÊNCIAS 107
APÊNDICES 115
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE 115
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO 118
APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS 120

1 INTRODUÇÃO

1.1 A VIDA EM TRAVESSIA: REFLEXOS DA ESCOLHA PROFISSIONAL

> Trazemos conosco o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura; a memória, às vezes difusa, às vezes nítida, clara, de ruas da infância, da adolescência; a lembrança de algo distante que, de repente, se destaca límpido diante de nós, em nós [...] (FREIRE, 1992, p. 32).

A presente proposta de pesquisa intitulada “Desafios e Possibilidades do Núcleo de Apoio Psicopedagógico: Diálogo com a Educação Especial na perspectiva inclusiva está vinculada a linha de pesquisa 2: Cultura Escolar, Docência e Diversidade, do Programa de Pós-graduação em Educação e Diversidade, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus IV, Jacobina-BA, sob a orientação do professor Dr. Osni Oliveira Noberto da Silva.

Originou-se de inquietações da história de vida na escolha profissional, bem como da formação, na atuação e inserção da pesquisadora no Mestrado em Educação e Diversidade na área da Educação Especial na perspectiva inclusiva, visto que a história de vida é marcada por sentimentos, atravessamentos e desfazimentos que se potencializam na constituição pessoal e profissional.

Nesse viés, e para tencionar o ato de pesquisar, compartilho a minha trajetória profissional, repleta de lembranças e vivências, com momentos emocionantes e desafiadores que exigiram muita persistência, humildade, foco e dedicação para alcançar os objetivos almejados. Cada momento dessa história revela os progressos e as transformações que me ocorreram como aprendente.

Relembrar a história é mergulhar na memória, minha história com a educação tem relação com a busca por um sistema educacional inclusivo, impulsionada pela descoberta de caminhos e práticas que concretizem o ideal de igual acesso, permanência e aprendizagem a todos os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no espaço escolar.

A escolha pelo trabalho com a educação especial veio imbuída da minha própria experiência e realidade. Guardadas nas minhas memórias afetivas infantis, em Caém, minha cidade natal, retomo-as e vejo-me brincando, vivendo e aprendendo com as crianças, não importava, se com deficiências ou com transtornos ou síndromes, mas crianças. Nas peraltices de rua, embaladas pelo boleado e os

avizinhamentos, conheci um garoto com síndrome de Down que revolucionou minhas vivências, “ Amado[1] ” como carinhosamente o chamava, era o articulador das brincadeiras e das festinhas infantis, dançava, e promovia vida às interpretações musicais, era o “mosaico dos sonhos” justamente porque sabia juntar as escolhas de cada um e construir vínculos de amor, respeito e solidariedade. Mas “Amado” não frequentava a Escola, mediante alegações imposta pelo Sistema de Ensino de que o mesmo não dispunha de condição intelectual, para desenvolver as atividades pedagógicas.

Inquietava-me, ficava triste, pois, mesmo com pouco conhecimento, já questionava sobre a possibilidade dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação estudarem no ensino regular, junto com todos. Sob insurgentes falas mentais, pensava “Como pode Júnior andar de bicicleta, compreender os programas televisivos, fazer dramatizações e “não pode frequentar a Escola?”

Essas percepções foram o limiar de uma longa caminhada que se expressa dentro de um universo de concepções e vivências, por diferentes épocas, com o acompanhamento da história e a evolução da Educação Especial inclusiva, para romper silenciamentos frente os desafios e as inúmeras dificuldades que possibilitam respostas às situações que surgem todos os dias.

Com essas inquietações adentrei o curso de Magistério, o único ofertado no Colégio em que tinha possibilidade de estudar, cujo nome é Colégio Municipal Arnaldo de Oliveira na cidade em Caém-BA. Nessa época, no ano de 1990, com 13 anos de idade, ainda não sabia se queria ser professora, se bem que já tinha um pouco de simpatia pela docência, cultivada nas minhas referências de tias e madrinhas.

O início foi estranho, fluíam muitos ruídos sobre a desvalorização da profissão docente, e os próprios profissionais relatavam sobre cansaço, salários baixos e pouco prestígio social, enquanto isso, eu fazia várias incursões sobre mim mesma, pairava a refletir sobre a carreira, e, naquele momento, meus objetivos primários de vida não correspondiam com os reflexos sociais do magistério. Mesmo assim, prossegui, e no terceiro ano, quando então fui realizar o meu estágio em uma classe de quarta série, na época, senti que estava iniciando a trajetória de uma grande profissão.

[1] Amado- nome fictício

Assim, enfrentei os medos e receios que aturdiam a minha coragem, frente à referência da grande mestra, professora Maria da Glória Fagundes, esta, que implementou a Didática com discussões sobre os sabores e dissabores de ser professor, levando-nos a acreditar que podíamos reinventar essa profissão com reais possibilidades para a construção do conhecimento e viabilização dos direitos e deveres da cidadania.

No ano de 1994, aos 16 anos de idade, após ter concluído o curso de magistério, estava habilitada para atuar na docência da Educação Infantil e Séries Iniciais, mas de imediato não dispunha de concurso para atuação, quando então, consegui trabalho na Secretaria das Escolas Reunidas Otávio Mangabeira, em Cáem-BA, no setor administrativo. Neste ínterim, agilizava as atividades de secretariado para auxiliar as professoras nas classes. Do lugar de secretária escolar, percebia que as políticas públicas eram bem restritas para o público alvo da educação especial. A Escola mostrava-se segregadora e o nível cognitivo era a base de cálculo para nomear os estudantes entre “inteligentes e burros”. E para reverberar esse sentimento de “indignação” da década de 90, eu trago a história de “Diana” aluna negra, com deficiência intelectual, criada pela avó materna, abandonada pelos pais e muito discriminada na Escola. Vivia sempre na secretaria e nas reuniões de Atividades Complementares (ACS) era a temática principal. “Diana” foi o meu presente, comecei a cativá-la, doei a minha escuta, quando enfim percebi que seu problema maior era falta de amor, e naquele momento consegui compartilhar essa indignação com o coletivo de professores. Insegura e sem muitos argumentos, ouvia que a estudante precisava de uma escola especial, e então ela seguia, agitada e com vários “castigos de escritas nominais” na secretaria...O documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 2) aponta que “A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimitava a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social”.

No ano de 2001 consegui entrar na Universidade do Estado da Bahia- UNEB, campus VII, para cursar a graduação em Pedagogia. Foi um divisor de águas para a quebra de paradigmas dos processos normativos, em favor da problematização dos direitos humanos e do conceito de cidadania, embasado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos no processo de horizontalização das discussões sobre mecanismos e processos de hierarquizações que operam na

regulação e produção das desigualdades. Nesse espaço educacional, eu vivifiquei os meus projetos e sonhos, sem caráter romântico, mas com representatividade e o reconhecimento que dispunha, para discutir, propor e intervir socialmente. Esses saberes me permitiram compreender que a construção do conhecimento “são desfazimentos que se refazem a todo instante”.

Com a conclusão do curso de Pedagogia retornei para o Município de Caém-, com destino ao Serviço de Coordenação Pedagógica. Neste, comecei a desenvolver os projetos educacionais e a vivenciar as práticas gestoras, docentes e discentes que me deixaram ávida pela construção do conhecimento, especialmente para a inclusão social na perspectiva da educação especial. Neste contexto, emergiam as discussões para a matrícula de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular. No ano de 2003, Momento ímpar para o contexto educacional, o Ministério da Educação e Cultura -MEC, cria o programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, para a promoção de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade. (BRASIL, 2008).

Em confluência com a Secretaria Municipal de Educação de Caém-Bahia promoveu-se políticas públicas com foco no fomento de seminários de formação continuada para a educação especial e inclusiva, com várias vertentes e abordagens, por um contínuo de três anos, que me deram condição de disseminar a proposta educacional inclusiva no Município de Caém. A partir dessas formações, ganhei pertencimento identitário nos propósitos que havia elencado para a minha carreira profissional, sobretudo no sentido humano, que, por sua vez, era fazer a diferença na vida de muitas pessoas, encorajando-as a participarem do seu processo de cidadania.

Após cinco anos de conclusão do curso de pedagogia me lancei no curso de pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional com o objetivo de agregar conhecimento sobre a educação inclusiva, com ênfase na superação das dificuldades de aprendizagem. Foi “apaixonante”, sobremaneira desafiador. Nas intervenções psicopedagógicas realizadas no Estágio Supervisionado pude perceber, mais ainda, a exclusão dos estudantes com deficiências e ou transtornos globais do desenvolvimento/superdotação, dentro das instituições de ensino que foram matriculados, bem como a “desesperança” das famílias que apresentavam falta de

conhecimento e orientação para atuarem frente à desigualdade social que eram submetidas.

No ano de 2016 fui aprovada no concurso público da Prefeitura Municipal de Jacobina para o cargo de psicopedagoga. Inicialmente realizava atendimentos para os estudantes que apresentavam dificuldades de aprendizagem nos processos pedagógicos implementados nas classes do ensino regular, triados pela Secretaria Municipal de Educação. Um ano decorrido, a referida instituição implantou o Núcleo de Apoio Psicopedagógico- NAPp, para a constituição de uma rede colaborativa, com novas possibilidades educacionais e ampliação dos serviços psicopedagógicos dos estudantes que apresentavam transtornos de aprendizagem com articulação da coordenação especial/inclusiva, a fim de potencializar a formação pedagógica das equipes gestoras (coordenadores e diretores) e dos docentes, bem como atuar no sentido de promover a igualdade de acesso, a permanência e aprendizagem a todos(as) os(as) estudantes que apresentassem necessidades educacionais especiais no espaço escolar. Segundo a Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp, 2019), o psicopedagogo é um profissional habilitado com formação específica em Psicopedagogia, que atua em vários setores, contudo, é fundamental a atuação desse profissional nas redes municipais de educação no desenvolvimento do trabalho educacional e nas equipes multidisciplinares e comunidade. De acordo com Blaszko, (2020, p. 21). “A Psicopedagogia é a ciência que estuda o sujeito na sua singularidade e, dessa forma contribui para compreensão global do ser humano e seu processo de aprendizagem”, tendo em vista os aspectos cognitivos, biológicos, afetivos e sociais integrados à proposta pedagógica a ser implementada.

Nesse interim, a pesquisa foi se potencializando, e o trabalho do Núcleo de Apoio Psicopedagógico fortaleceu as minhas inquietações. As escutas das mães, principais parceiras de seus filhos com necessidades especiais, nos atendimentos realizados no NAPp, me viabilizaram compreender o quão difícil é aceitar as reais necessidades de aprendizagem de seus filhos, quando o conhecimento a respeito das deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação é muito restrito.

Com as leituras e estudos realizados nos encontros formativos com psicopedagogos e coordenação especial inclusiva, foram promovidas muitas reflexões sobre inclusão, dentre as principais, a saber:

Ao chegar às Instituições de Ensino nos deparávamos muitas vezes com crianças muito sonolentas, em decorrência do uso de medicações controladas, sem orientações sobre as mesmas, para seus pais e/ou responsáveis, uma vez que, constatávamos que não sabiam porque medicavam seus filhos. Em outros momentos, percebíamos também que inseriam as medicações em seus filhos sem alimentação prévia, por isso, os mesmos apresentavam indisposições e algumas inconstâncias que comprometiam o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

Durante as formações pedagógicas realizadas com as equipes gestoras e os docentes, a grande maioria, relatava sobre a necessidade de mais formação para o atendimento aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e transtornos de aprendizagem, com recorrência aos relatos de que a equipe não predispunha de conhecimentos para desenvolver a proposta pedagógica, de acordo com as reais necessidades de aprendizagem dos mesmos, relatavam, ainda, queixas sobre a falta de participação das famílias nesse processo e de parcerias que pudessem fortalecer suas práticas. Para além disso, muitos gestores escolares realizavam encaminhamentos de estudantes com graves problemas de alfabetização para o Núcleo de Apoio Psicopedagógico, com vistas que os psicopedagogos pudessem resolver questões pedagógicas inerentes aos processos metodológicos que são implementados na sala de aula.

O diálogo com as coordenadoras da Educação Especial evidenciou a necessidade de uma articulação mais fortalecida com os integrantes do serviço do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, uma vez que, os psicopedagogos, por serem, apenas quatro, atuavam mais com os estudantes com transtornos de aprendizagem, e realizavam algumas atividades de formação psicopedagógica com as equipes gestoras e os docentes.

Diante da necessidade da ampliação dos serviços psicopedagógicos, a Secretaria Municipal de Educação em consonância com o Núcleo de Apoio Psicopedagógico construiu um projeto de fomento do Centro de Educação Especial Inclusiva para contribuir significativamente com o ensino e aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais e integrar uma rede colaborativa multidisciplinar em parceria com as Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde, Centro de Referência de Assistência Social- CREAS e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE. Esse projeto foi encaminhado para a

Câmara Municipal de Vereadores e obteve aprovação, no entanto, não houve investimento que possibilitasse o fortalecimento dos serviços pretendidos.

Impulsionada por essa trajetória elencada e o desejo de me tornar uma profissional da Educação Especial Inclusiva no âmbito da Pós-Graduação Stricto Sensu, cursei a disciplina especial: Educação Especial na perspectiva inclusiva do mestrado em Educação e Diversidade, da Universidade do Estado da Bahia, Campus IV, ministrada pela professora Doutora Juliana Cristina Salvadori, que contribuiu significativamente, para que eu pudesse potencializar o estudo sobre a política nacional brasileira para educação especial na perspectiva da inclusão, com análises dos aspectos teóricos, metodológicos, legais, filosóficos e políticos envolvidos na construção do currículo e das práticas educacionais. Assim, os estudos corroboraram para a construção do anteprojeto de mestrado, que hoje se materializa nesta pesquisa.

No ano de 2021 iniciei os estudos no mestrado em Educação e Diversidade, na Universidade do Estado da Bahia, Campus IV, no Município de Jacobina, esse foi o desvelar de anseios construídos na educação básica, frente às novas concepções educacionais, sociais e culturais da pesquisa, ensino e extensão. Segundo Pereira, (2016, p. 41) “O sujeito é sempre potência”. A cada novo estudo, a cada leitura e a cada interação, novas aprendizagens estão sendo construídas, com provocações e mudanças de atitudes, de pensamentos e de ações.

A pesquisa evoluiu com as orientações do professor Dr. Osni Oliveira Noberto da Silva, que despertou em mim outras vozes, com dialogia e polifonia sobre o objeto de estudo, num constante agenciamento de construção do conhecimento, pautado no compromisso ético e social para a formação científica e humana.

Desse modo, esta pesquisa trouxe como questão principal: Como o Núcleo de Apoio Psicopedagógico pode corroborar para a inclusão educacional dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação? Atendendo a essa pergunta de pesquisa tivemos por objetivo geral: compreender o trabalho desenvolvido no Núcleo de Apoio Psicopedagógico para a inclusão educacional dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Em seus objetivos específicos, pretendeu-se: 1) Investigar o trabalho do Núcleo de Apoio Psicopedagógico para a inclusão dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotaçao; 2) Mapear os desafios e as possibilidades que os

profissionais do Núcleo de Apoio Psicopedagógico enfrentam para a inclusão educacional dos estudantes da educação especial; 3) Apresentar uma proposta interventiva que corrobore para o trabalho da educação especial na perspectiva da inclusão educacional.

Com o intuito de conhecer a produção acadêmica nesse campo, foi realizada revisão bibliográfica com o recorte temporal entre 2016 a 2021 sobre a Educação Especial na perspectiva inclusiva, atentando em conhecer como as intervenções psicopedagógicas favoreceram no atendimento das especificidades de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, se existiram contribuições favoráveis a valorização da educação inclusiva, a fim de analisar lacunas ainda carentes de serem preenchidas por uma nova pesquisa. Para isso, foi realizada uma pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando os seguintes descritores: Psicopedagogia, Educação Especial e Educação Inclusiva. E após a utilização de filtros e critérios de inclusão e exclusão foram selecionados nove trabalhos.

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, e ancorou-se no paradigma do materialismo histórico-dialético, em favor da discussão crítica da educação inclusiva, frente à organização social capitalista que engessa o cotidiano educacional. É de caráter exploratório e teve como foco principal: desenvolver, elucidar e (des)construir conceitos e ideias, podendo servir também para levantar hipóteses ou formular problemas para futuras pesquisas. (GIL, 2010, p. 10, *Apud* SILVA, 2020, p. 93).

Nesse sentido, os delineamentos de pesquisa para esse trabalho apontaram para o estudo de caso, como metodologia de investigação, amparada pela abordagem qualitativa como pressuposto metodológico, respaldando o problema da pesquisa, não perdendo de vista os objetivos gerais e específicos estabelecidos. Foram utilizados os seguintes dispositivos para a construção de dados: Análise Documental, questionário e entrevista semiestruturada.

A análise e interpretação dos dados catalogados foram inspirados na hermenêutica-dialética, pois se utilizou do diálogo na construção e interpretação da cultura, como forma de educar e educar-se, considerando que a compreensão hermenêutica do processo de educar se realiza através da linguagem que antecede abertura ao outro.

Esta pesquisa tem relevância social abrangente, mas evidenciou-se no território baiano do Piemonte da Chapada Diamantina, no Município de Jacobina, no Núcleo de Apoio Psicopedagógico da rede municipal de ensino. Discutiu o contexto histórico da Educação Especial e inclusiva, com articulações e corroborações dos serviços psicopedagógicos, que favorecem a inclusão educacional e consequentemente a inclusão social dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Impacta, sobretudo, no reconhecimento da valorização da diversidade, em favor da construção de políticas públicas que se aproximem dos obstáculos presentes na relação com o conhecimento e a inclusão socioeducacional.

De acordo com as necessidades apontadas pelos construtores da investigação e tendo em vista os resultados elencados, foi apresentado um plano de ação interventivo do Núcleo de Apoio Psicopedagógico tendo em vista a parceria com a Prefeitura Municipal de Jacobina e a Secretaria de Educação, que trata das temáticas sobre: educação especial na perspectiva inclusiva, psicopedagogia, diversidade e valorização das diferenças, com viés crítico-reflexivo para a inclusão dos estudantes atendidos pela Instituição.

Ademais, constituiu-se no fomento coletivo do conhecimento, em que cada colaborador (a) faz do seu jeito, na criação e invenção que ressignifica o ato de conhecer, elencando várias perguntas e respostas, com algumas incógnitas, que dão sentido às suas subjetividades e singularidades.

Consagrou-se no território epistêmico educacional e convida leitores(as) a repensarem os saberes da Educação Especial, com vistas para a descentralização dos fazeres educativos, que inviabilizam a valorização das diferenças. Conforme o exposto, prosseguiremos com as discussões teóricas traçadas.

2 DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL: REDESCOBRINDO O PERCURSO HISTÓRICO

A pesquisa no âmbito da educação especial inclusiva ganha espaços: Inter, trans e multidisciplinar, uma vez que as fronteiras entre os diversos campos do conhecimento se entrecruzam, e, muitas vezes tornam-se difusas, o que incita dos profissionais que nela atuam, a capacidade de dialogar e transitar por caminhos insólitos e desconhecidos. Nesta perspectiva, emergem os desafios, na busca por reconfigurar o sentido da educação, embasado nas transformações conjunturais da atual sociedade contemporânea.

O diálogo é o melhor caminho para percorrer por essas fronteiras difusas, pelo diálogo é possível buscar o equilíbrio entre o que se pensa e o que se faz, transitando pelo gerenciamento das políticas públicas e os interesses particulares e antagônicos que sustentam as práticas excludentes, considerando que a educação é regida por resultados numéricos nos meandros dos interesses capitais. “É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática”. Paulo Freire (1997, p. 30). Pode-se aceder novas formas de organização do trabalho administrativo e pedagógico escolar, mediante o conhecimento construído entre os desafios e possibilidades trazidas à tona pelos profissionais e a comunidade educacional, sem com isso, destituir as diferenças, mas sim, potencializá-las. A esse respeito, Mantoan e Pietro admitem:

> A indiferença a diferença está acabando, passando da moda. Nada mais desfocado da realidade atual do que ignorá-las. Nada mais regressivo do que discriminá-las e isolá-las em categorias genéricas, típicas da necessidade moderna de agrupar os iguais, de organizar pela abstração de uma característica qualquer, inventada, e atribuída de fora (PIETRO; MANTOAN; ARANTES, 2006, p. 22).

É preciso, pois, um olhar crítico-reflexivo sobre o percurso histórico da Educação Especial, perpassando pelos aspectos sociais e a legislação brasileira de inclusão, para que esse diálogo possibilite a discussão e compreensão dos processos educativos responsáveis pela socialização, que é a possibilidade de uma pessoa conviver com qualidade na sociedade, tendo, portanto, um caráter cultural acentuado, com vistas para a inclusão do indivíduo com o meio.

Historicamente, as pessoas com deficiência foram excluídas e deixadas à margem pela sociedade, por não se adequarem ao princípio de normalidade

construído socialmente, uma vez que, preconizava-se como padrão aceitável, aquela pessoa que é forte, saudável, do gênero masculino, heterossexual e produtivo, além de outras características.

O livro sobre a História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil, lançado no ano de 2010 versa sobre a mobilização e organização da luta histórica desse grupo em nosso país, salientando a importância das conquistas de direitos garantidos pelo Estado. Dessa forma, os autores reconhecem que:

> A opressão contra as pessoas com deficiência tanto se manifestava em relação à restrição de seus direitos civis quanto, especificamente, à que era imposta pela tutela da família e de instituições. Havia pouco ou nenhum espaço para que elas participassem das decisões em assuntos que lhes diziam respeito. Embora durante todo o século XX surgissem iniciativas voltadas para as pessoas com deficiência, foi a partir do final da década de 1970 que o movimento das pessoas com deficiência surgiu, tendo em vista que, pela primeira vez, elas mesmas protagonizaram suas lutas e buscaram ser agentes da própria história. O lema —Nada sobre nós sem nós, expressão difundida internacionalmente, sintetiza com fidelidade a história do movimento objeto da pesquisa que resultou neste livro (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 12).

Até a década de 1950, quase não se falava em educação especial no Brasil. Cursos especiais, instituições públicas e privadas, órgãos reguladores federais e estaduais e a discussão da educação especial só começaram a ganhar força realmente na década de 1970 (ROGALSKI, 2010).

A educação especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis às pessoas consideradas seu público alvo, tais quais :pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, posteriormente foram potencializando-se, a partir, principalmente, da aprovação da Constituição Federal no ano de 1988, a Declaração de Salamanca no ano de 1994 e a Lei de Diretrizes e Bases- LDB no ano de 1996.

No plano nacional, a partir da Constituição de 1988, denominada Constituição Cidadã, que incorporou a afirmação dos direitos humanos, manifesta esforço para a defesa e proteção desses direitos. No entanto, esta realidade convive com violações sistemáticas, e em muitos casos drásticas, com impunidade para as várias formas de violência, a desigualdade social, a corrupção, as discriminações, revelando a fragilidade da efetivação dos direitos juridicamente afirmados. Para Candau (2012) precisamos superar as desigualdades e, ao mesmo tempo, valorizar a diversidade,

promover redistribuição e reconhecimento da problemática que está imbricada no processo de inclusão.

Com a expansão do conhecimento e o aumento significativo do número de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação, o debate sobre Educação Inclusiva tem sido intensificado nas últimas décadas, principalmente para averiguar os equívocos cometidos nas leis referentes a este público. Segundo Silva (2020) no fim dos anos 80 do século XX, principalmente na Europa e na América do Norte, o conceito de Educação inclusiva foi fortalecido, substitutivo ao movimento de integração, para a garantia da educação de alunos com deficiências, tendo como princípio as necessidades dos indivíduos para o processo de ensino e aprendizagem.

A Conferência Mundial sobre necessidades educativas, realizadas no ano de 1994, pela UNESCO na Espanha, que teve como produto final a “Declaração de Salamanca”, traz no item 3 várias demandas à serem realizadas pelos governos do países signatários, a saber:

> - Atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.
> - Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.
> - Desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva.
> - Estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.
> - Encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais.
> - Invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva.
> - Garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas (UNESCO, 1994, p.1-2).

Com foco no princípio de que todos os alunos devem estudar juntos, independente das dificuldades e diferenças, a Declaração de Salamanca potencializa-se e se propaga no Brasil, tendo seus princípios contemplados pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no ano de 1996, de modo a possibilitar que as pessoas com

deficiências e ou transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades conquistem seus direitos, com vistas, preferencialmente para a matrícula na rede regular de ensino, além de determinar a garantia e a permanência desse público nas salas regulares. Essa lei defende também:

> Serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial" cujo atendimento educacional "será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre, que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 1996, p. 19).

Assim, a oferta da Educação Especial passou a ser obrigatoriedade do Estado que deve ofertar educação à pessoa com deficiência, ao iniciar a faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil com extensão por toda a Educação Básica.

No ano de 2008 a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva foi publicada, com caráter político, cultural, social e pedagógico, em defesa do direito de todos, com foco na conclamação da sociedade para a compreensão de que a inclusão não é apenas da educação especial, mas das redes de ensino, em favor de uma educação de qualidade e da organização de um sistema educacional inclusivo. Esse documento representa outro importante marco no que diz respeito a política de inclusão. (SILVA, 2020, p. 20).

Os discursos gerados em torno da temática aumentaram, alguns mais idealistas, por acreditarem que a inclusão já estava acontecendo pelo simples fato de muitos alunos estarem inseridos na escola regular, outros mais reais, por acreditarem que a escola sozinha não consegue promover a inclusão, visto que não tem dado conta de atender nem aos alunos ditos "normais", quanto mais aos alunos com deficiência (PIETRO; MANTOAN; ARANTES, 2006).

No Brasil, a maioria dos estudantes com necessidades educativas especiais está matriculada no ensino regular, mas não acompanham as orientações metodológicas dos docentes, segundo Crochik (2011) isso evidencia a fragilidade da formação pedagógica frente às práticas docentes. Está mais do que na hora de superarmos o problema básico da educação especial inclusiva, de repaginar as forças teóricas no campo prático do interior da Escola. Não enxergar a deficiência na sala de aula corresponde a não revisitar as práticas de ensino obsoletas, a não se questionar sobre as especificidades de ensino e aprendizagem, e nesse contexto, cabe

problematizar a formação inicial e continuada, pois ainda existem muitos gargalos a serem superados e os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, sobretudo os que têm deficiências e transtornos de natureza intelectual, ficam na escola regular sem órbita, perfazendo caminhos nos pátios, impossibilitados de desenvolverem a aprendizagem dos objetos dos conhecimentos curriculares. “Assim, vão percorrendo os anos escolares, sem levar quase nada da escola regular, esquecidos pelos cantos da escola, com algumas poucas socializações dirimidas pelos profissionais escolares mais sensíveis.” (BEZERRA; ARAÚJO, 2010, p. 259).

Crochik (1995) afirma que, embora o impulso para a educação inclusiva seja significativo, ele tem limites socialmente indicados. Seria um otimismo resignado em relação à causa fundamental da injustiça social: a desigualdade socialmente causada e mantida pelos homens. Assim como não se pode contestar sua relevância, não se deve aceitá-la sem questionar esses limites.

As opiniões em divergência demonstram a necessidade de uma visão profícua sobre a temática, a partir das experiências de inclusão/exclusão, ocupando-se da realidade concreta, para averiguar a totalidade, que circunda não só por concepções e posicionamentos sócio-políticos daqueles que constroem as políticas públicas, mas também interesses outros que perfazem a organização da política educacional de nosso País.

Com isso, a inclusão educacional dos estudantes com deficiências e ou transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, passou a ser discutida com veemência sobre as barreiras atitudinais, arquitetônicas e tecnológicas construídas pelos diversos atores escolares, que dificultam a compreensão de como lidar com as diferenças e fortalecem o processo de exclusão.

As barreiras atitudinais são os comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social da pessoa com deficiências e ou transtorno em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. Essas barreiras estão relacionadas ao preconceito e são a base de todas as outras.

As barreiras arquitetônicas são especialmente as existentes nos edifícios públicos e privados que inviabilizam seu acesso. Para removê-las é preciso a construção de rampas, elevadores e outros equipamentos para a mobilidade entre os

andares, banheiros adaptados, espaço e estrutura adequados para o uso de cadeiras de rodas, piso tátil, corrimãos, entre outras.

As barreiras tecnológicas são as que inviabilizam o acesso da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, às tecnologias. Algumas indicações para a promoção de acessibilidade, são: sistemas, plataformas, aplicativos e documentos digitais com produtos audiovisuais de legenda, janela de LIBRAS e audiodescrição, livros em formatos acessíveis, material com informações claras sobre produtos e serviços comercializados.

Em meio às discussões contemporâneas sobre a educação inclusiva e respeito às diferenças, urge pensarmos também sobre as questões curriculares, que incluem o processo de ensino e aprendizagem, pois ainda se constituem um impasse, visto que requerem a reestruturação da prática pedagógica para o trabalho com a diversidade. Porém, tem sido um desafio para os educadores atuarem pedagogicamente a partir das necessidades individuais dos educandos em virtude da diversidade presente no contexto da sala de aula. Os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação exigem que os docentes pensem em estratégias favoráveis à aprendizagem e, consequentemente, ao processo inclusivo.

Nessa perspectiva, podemos pensar a partir do conceito de Vygotsky, tendo em vista “a Zona de Desenvolvimento Proximal – ZDP, ou seja, a distância entre o que é real e o nível de desenvolvimento potencial”. (RIBAS, 2019, p. 43) O desenvolvimento real, seriam as conquistas já consolidadas, aquilo que a criança já consegue fazer sozinha; o potencial, aquilo que a criança é capaz de fazer com a ajuda do outro. Podemos pensar no exemplo de boiar sobre a água, a criança é ciente do que tem que ser feito para boiar, mas ainda necessita da ajuda de um adulto para que tenha confiança. Essa distância entre o que ela sabe e a necessidade de ajuda é o que Vygotsky chama de ZDP. (RIBAS, 2019). Ao gerar Zonas de Desenvolvimento Proximais, afirma que a aprendizagem antecede o desenvolvimento (VYGOTSKY *et. al.*, 1998), nesse sentido, a escola tem o dever de promover essas situações em que as ZDPs das crianças sejam desenvolvidas, para isso é indispensável que o professor atue como mediador da aprendizagem e considere que cada criança tem uma ZDP diferente, por isso existe uma simbiose na sala de aula importante e imprescindível para a potencialização da aprendizagem de todos, assim a heterogeneidade deve ser valorizada. Freitas (1994).

Atualmente a educação especial inclusiva está sendo marcada pelo momento pandêmico causado pela Covid-19[2], que impactou o mundo e trouxe muitos prejuízos para os estudantes com deficiências e ou transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, uma vez que eles ficaram afastados das instituições escolares e muitas vezes não tinham acesso ao ensino remoto com atendimento das suas necessidades de aprendizagem. Segundo pesquisa feita e publicada pelo Instituto Rodrigo Mendes (2020) a repentina transformação trouxe impactos mais severos as pessoas socialmente mais vulneráveis, e pode acabar por aprofundar o contexto de desigualdade já existente. No cenário brasileiro, podemos analisar disparidades no acesso à internet, na adequação para acessibilidade aos equipamentos.

Para além disso, vivemos momentos de ameaças retrocedentes das políticas públicas conquistadas. No último dia 23 de agosto de 2021, a Associação Brasileira de Psicopedagogia - ABPp fez um pronunciamento oficial, sobre a suspensão do Decreto de número 10.502, que impulsionou a separação das salas de aula e das escolas para os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A referida Associação entende que essa suspensão representa uma atitude favorecedora de ações que concretizem efetivamente os propósitos preconizados pela Lei de Diretrizes e Bases Nacionais 9.394/96, bem como o Decreto Presidencial 6.949/2009, no qual o país assumiu um compromisso com a educação inclusiva, com o acolhimento e a educação escolar das pessoas com deficiência ou necessidades especiais no ensino regular, ao invés de segregá-las em grupos apartados da própria comunidade educativa.

Ainda assim, vale salientar que é imprescindível que os governos priorizem ações que garantam o acesso e a permanência das pessoas com deficiências e ou transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação no ensino regular, com coparticipação das famílias, para a construção da proposta pedagógica, em favor das reais necessidades de aprendizagem desses estudantes, com investimento nas adaptações e flexibilizações curriculares, na autoformação dos gestores, coordenadores e demais profissionais da educação, para a construção do conhecimento e ampliação das possibilidades de inclusão socioeducativas.

[2] Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

3 A PSICOPEDAGOGIA FRENTE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Tratar dos mecanismos que nos impulsionam a aceitar o outro com suas especificidades poderia ser muito fácil, se compreendêssemos o real sentido de sermos diferentes, para a evolução biopsicossocial, numa relação de trocas favoráveis à ressignificação da vida. Mas o que realmente nos impossibilita de sermos assim? quais são realmente os desafios que ainda temos para tal feito? Se começarmos a pensar nas possibilidades, teremos achado o caminho, por certo oblíquo, mas com ricas e profundas aprendizagens.

A psicopedagogia impulsiona a educação para a garantia da qualidade como direito de todos e ressignificação de valores culturais, para o fortalecimento da identidade e do respeito pelo ato de aprender, sem segregar, sem rotular, mas para possibilitar as interações e inserções socioeducativas que culminam na inclusão social. Candau (2012) discute sobre a luta pelos direitos humanos na busca pela igualdade entre todos os seres humanos e nos coloca no horizonte de promover processos educativos capazes de formar sujeitos de direitos.

Segundo Januzzi (1992), a história da educação especial brasileira pode ser entendida por meio de dois vieses, em que um é conhecido pela caracterização médico pedagógico e o outro psicopedagógico. A primeira, como o próprio nome explicita, recebe influências médicas tanto na determinação do diagnóstico quanto no campo educacional. A segunda, por sua vez, enfatiza sobretudo, as questões psicológicas do sujeito.

Compreende-se aqui que não se pode entender adequadamente algo que se configura como um problema, se não for olhado também pelo lado de dentro. No viés psicopedagógico as discussões sobre o diagnóstico e formação, devem incluir suas próprias percepções. Mais do que falar delas, faz-se necessário falar com elas. Abordar um tema cujo cerne é o ser humano, sem ouví-lo em sua totalidade, é percorrer em um provável risco de fracasso ou distorção da realidade.

Para tanto, no campo educacional tem-se discutido a necessidade de profissionais com disponibilidade para interagir e capacitadas com instrumental teórico, a fim de ampliar as possibilidades educativas desses indivíduos, pois se entende que o processo de inclusão se realiza por trocas sociais, e que a intenção de uma pessoa em se comunicar opera diretamente no sentido de produzir respostas na

outra, e vice-versa. Na resolução do Conselho Nacional de Educação-CNE, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, há referência à inclusão e à formação docente.

> A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (BRASIL, 2001, p 25-26).

A educação escolar não pode ser reduzida a um produto que se negocia na lógica de interesses capitais, mediada por um currículo fechado, deve ter como horizonte a construção de uma cidadania participativa em uma escola igual para todos. Na vertente psicopedagógica a escola precisa flexibilizar o currículo para novas adaptações, transpondo o discurso teórico para as práticas construtivas de fortalecimento e acesso a participação de todos. Não cabe mais à Escola fomentar a discussão sobre a educação especial inclusiva sem vivenciá-la, e, sobretudo sem criar mecanismos pedagógicos para a interação e construção do conhecimento. Corrobora para tal a psicopedagogia, que surgiu a partir das demandas dos problemas relacionados a aprendizagem. Seu campo de conhecimento e atuação está ligado a Saúde e Educação.

A psicopedagogia busca sempre considerar os aspectos patológicos e padrões normais, com vistas para a influência do meio em que o sujeito está inserido, Bossa (2000, p. 36). Neste sentido, cabe ressaltar que a Psicopedagogia vem criando sua própria identidade e conquistando campos de atuação, influenciada pelas produções científicas e principalmente pela Associação Brasileira de Psicopedagogia.

O exercício da psicopedagogia não é somente para quem quer, é sobremaneira para quem atua no campo de pós-graduação competente. Não basta o domínio teórico, já que é uma área do conhecimento que teoriza sobre a própria teoria de uma dada ciência, e incita o próprio profissional uma percepção seletiva e crítica. Segundo Siqueira (2015, p. 22):

> A Psicopedagogia estuda o processo de aprendizagem e suas dificuldades, tendo, portando, um caráter preventivo e terapêutico tanto no âmbito clínico quanto institucional.” Neste sentido, pode atuar não só no âmbito escolar, mas alcançar a família e a comunidade, esclarecendo sobre as diferentes etapas do desenvolvimento, para que possam compreender e entender suas características evitando assim cobranças de atitudes ou pensamentos que não são próprios da idade. Terapeuticamente a Psicopedagogia deve

> identificar, analisar, planejar, intervir através das etapas de diagnóstico e tratamento.

É imprescindível que o psicopedagogo desenvolva práticas pedagógicas que conduzam os estudantes à aprendizagem, e para isso é fundamental que o mesmo possa se apropriar da instrução daqueles que se instruem para conhecer bem, aquilo que se ensina. Rubinstein (2017, p. 314) sinaliza que “A identidade do psicopedagogo é dinâmica no sentido de que ela se constrói a partir do conjunto de necessidades, crenças, compreensões teóricas e práticas”. Nesse sentido, percebemos que não há uma identidade fechada, pois, a necessidade da Psicopedagogia desencadeia-se em diferentes áreas de atuação, tais quais: Instituições escolares, colegiais e acadêmicas, Hospitais, Clínicas, empresas, escritórios...), que impacta na necessidade de adequações às novas e diferentes demandas da sociedade.

Desse modo, planejar o processo de ensino aprendizagem para atender às diferenças entre os alunos é um desafio que poderá ser melhorado se o projeto curricular tiver as características de generalidade e flexibilidade dos conceitos teóricos metodológicos da psicopedagogia, congregando as potencialidades de cada um, num processo de humanização cuja finalidade seja tornar os indivíduos partícipes do processo social. Quanto maior a dificuldade do aluno mais significativas serão as adaptações curriculares, para atender seus diferentes níveis de exigência, isso significa ajustes ou modificações que se efetuem nos objetivos, conteúdos, metodologias e atividades de ensino-aprendizagem e nos critérios de avaliação para atender tal diversidade (CARVALHO, 2012).

Nesse sentido, a Institucionalização dos Núcleos de Apoio Psicopedagógicos potencializa a proposta inclusiva de acompanhamento aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, para oferecer condições de aprendizagem em diferentes situações pedagógicas e oportunizar o desenvolvimento, autonomia intelectual e aprendizagem na troca e construção de conhecimento, independente das diferenças dos estudantes. Para além disso, proporciona articulação entre a Escola e a comunidade socioeducacional, a partir do trabalho em equipe, com ação conjunta nos projetos educativos, tendo em vista a formação dos professores, imbuída de uma atuação fortalecida, centrada na aprendizagem dos alunos e nos estudos de casos concretos, tendo como referência o trabalho escolar e os conhecimentos da cultura local (NÓVOA, 2019).

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE AS PESQUISAS EM EDUCAÇAO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA COM INTERVENÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS

Para que conseguíssemos mapear os mais recentes estudos sobre a temática, foi realizado levantamento bibliográfico no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, essa escolha se deu por ser um sistema reconhecido nacionalmente, onde constam produções da pós-graduação stricto-sensu (Mestrado Profissional, Mestrado Acadêmico e Doutorado). O estudo é do tipo qualitativo, com apontamentos críticos para a exploração do objeto de estudo, considerando as categorias teóricas delineadas nesta pesquisa.

Para colaborar com as discussões agenciadas, apresentamos o seguinte questionamento: O que já foi proposto sobre a educação especial na perspectiva inclusiva nos Núcleos de Apoio Psicopedagógicos?

Mediante estas perspectivas e de acordo com as palavras-chave já pré-estabelecidas nesta pesquisa e os objetivos: geral e específicos, foram selecionados os descritores, a saber: Psicopedagogia, Educação Especial e Educação Inclusiva. Com a busca primária obtivemos o seguinte resultado:

Quadro 1 - Categorias e resultados da pesquisa sem filtros

CATEGORIA PESQUISADA	**BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES Nº de resposta total**		
	Mestrado	**Doutorado**	**Total**
Psicopedagogia	223	59	282
Educação Especial	3453	1019	4472
Educação Inclusiva	2386	727	3113
Total	7867		

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2023)

Dado o elevado número de trabalhos disponíveis no banco de dados e a inviabilidade de fazer a leitura individualizada de todos os textos, foram definidos critérios de inclusão e exclusão, a fim de restringir os trabalhos e analisar uma quantidade menor, em favor do diálogo com a temática, tais quais: Trabalhos referentes à Educação Especial na perspectiva inclusiva com corroborações psicopedagógicas no recorte temporal entre 2016 a 2021. Evitou-se pesquisas identificadas como quantitativas, pois esta buscava analisar qualitativamente o objeto de estudo, logo estabeleceu-se a exclusão das propostas que não apresentavam correlação com a investigação em foco, não tratavam das contribuições práticas de

inclusão, para o desenvolvimento educacional dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades-superdotação. Mediante essa proposta obtivemos o seguinte resultado:

Quadro 2 - Categorias e resultados da pesquisa com filtros.

CATEGORIA PESQUISADA	**BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES Nº de resposta total**		
Psicopedagogia	**Mestrado**	**Doutorado**	**Total**
	27	6	33
Educação Especial	404	174	578
Educação Inclusiva	566	169	735
Total geral	1346		

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2023)

Para a seleção dos trabalhos a serem estudados e mencionados nesta revisão bibliográfica foram lidos os títulos e resumos que tinham relação direta com o trabalho dos Núcleos de apoio no atendimento às necessidades educativas específicas, a partir dos descritores, com foco na Psicopedagogia, que renderam os resultados abaixo:

Quadro 3 - Categorias e resultados da pesquisa com filtros.

CATEGORIA PESQUISADA	**BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES Nº de resposta total**		
Psicopedagogia	**Mestrado**	**Doutorado**	**Total**
	21	5	26
Educação Especial	200	100	300
Educação Inclusiva	207	103	400
Total geral	726		

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2023)

Tendo em vista uma nova filtragem para obtenção dos trabalhos a serem analisados na íntegra, optou-se pela busca de trabalhos específicos sobre a educação de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nos Núcleos de apoio psicopedagógico. Com os resultados apresentados no quadro abaixo:

Quadro 4 - Categorias e resultados da pesquisa com filtros

CATEGORIA PESQUISADA	**BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES Nº de resposta total**		
Psicopedagogia	**Mestrado**	**Doutorado**	**Total**
	18	3	21
Educação Especial	50	40	90
Educação Inclusiva	100	80	180
Total geral	291		

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2023)

Relevantes estudos foram encontrados com Núcleos de apoio aos atendimentos às necessidades educativas específicas, que versavam sobre várias nomenclaturas, no entanto, foram lidos e estudados 9 (nove) trabalhos que tinham relação mais direta com esta investigação, tais quais: Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas -NAPNE, autores: Rosilene Lima, no ano de 2017, Jessica Rodrigues Santos, 2020. Marcos Polo Pires, 2018. Equipe pedagógica interdisciplinar, autora: Amanda Prado Ferreira Cezar, 2016. Espaço psicopedagógico de Rodrigo Dalosto Smolareck, 2017, Equipe multiprofissional, Marcia Altina Silva, 2016.

Foram evidenciadas fragilidades no trabalho dos Núcleos de apoio e equipes multidisciplinares para o acompanhamento aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a saber: são Instituições pouco estudadas, e seus funcionamentos nas redes de ensino acontecem muitas vezes de forma fragmentada ou com atuação desarticulada com o ensino regular, dada a pouca experiência que se tem com esse tipo de suporte na realidade das escolas públicas brasileiras.

Neste sentido, o trabalho dos Núcleos psicopedagógicos precisa ser potencializado no Brasil, especialmente na Bahia, pois percebeu-se que muitas escolas ainda não contam com o trabalho colaborativo da área psicopedagógica. A busca por trabalhos sobre Psicopedagogia se mostrou mais latente na Região Sul e Região Sudeste do país, o Nordeste figura na tabela com apenas um trabalho de qualidade que trata da Educação inclusiva com foco no núcleo de apoio nas Instituições Federais. Nessa perspectiva, de acordo com a proposta do trabalho em realizar o exercício de aproximações e diferenças entre as pesquisas elencadas e a investigação em curso, traçamos considerações a partir do que observamos sobre a

variação das palavras-chave: Psicopedagogia, Educação Especial e Educação Inclusiva.

Assim, permaneceram 09 trabalhos que teceram diálogo colaborativo com esta pesquisa, dentre estes, dissertações e teses que discutem sobre a inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial, com análises críticas pertinentes para o desenvolvimento do trabalho psicopedagógico, outras com definições e critérios que se esgotam, a saber:

Quadro 5 - Seleção final (Todos descritores)

TIPO DISSERTAÇÃO OU TESE	AUTOR/ANO	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
Tese	Caroline Elizabel Blasko. 2020	O Psicopedagogo na rede pública municipal: cenários e desafios.	Pontifica Universidade Católica do Paraná.
Dissertação	Amanda do Prado Cezar. 2016	Práticas Psicopedagógicas com o estudante da educação superior: Desafios do Aprender.	Universidade Federal de Santa Catarina- UFC
Dissertação	Geovania Fagundes Ribas. 2019	A política de educação inclusiva no município de Ita-Petinga: entre o plano munici-pal de educação e o chão da escola.	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB.
Dissertação	Marco Polo Pires. 2018	NAPNE e educação inclusiva: alcances, desafios e limites	Universidade Estácio de Sá.
Dissertação	Bruna Lorena Moraes. 2019	Conceitos e discursos da educação inclusiva e especial: políticas públicas e a formação continuada dos professores – o curso AEE- surdos	Universidade Federal de Uberlândia. UFU.
Dissertação	Rosilene Silva Lima. 2017	O núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas- NAPNE nos Institutos Federais da região Nordeste do Brasil: desafios políticos e perspectivas pedagógicas	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. UFRRJ.
Dissertação	Jessica Rodrigues Santos. 2020	Inclusão escolar e os modos de planejamento educacional individualizado nos Institutos Federais Brasileiros	Universidade Federal de São Carlos. UFSCAR.
Dissertação	Rodrigo Dalosto Smolareck. 2017	Legitimidade do espaço psicopedagógico no atendimento educacional especializado.	Universidade Federal de Santa Catarina.
Dissertação	Márcia Altina Silva. 2016	A atuação de uma equipe multiprofissional no apoio a educação inclusiva.	Universidade Federal de São Carlos. UFSCAR.

Fonte: Elaboração da pesquisadora, a partir dos dados obtidos no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, 2021.

Os trabalhos selecionados para leitura, aprofundamento e fundamentação, teórica e metodológica, foram narrados e consubstanciados com a síntese da pesquisa realizada, contendo reflexões sobre o conhecimento produzido.

A tese intitulada “O Psicopedagogo na Rede Pública Municipal; cenários e desafios em Sete Estados Brasileiros: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Acre, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, escrita por Caroline Elizabel Blaszko, propõe uma discussão sobre a psicopedagogia como uma das áreas de conhecimento em processo de construção que desperta interesse nos profissionais e pesquisadores relacionados à educação. Teve por objetivo principal analisar os cenários e desafios dos psicopedagogos nas redes públicas municipais de educação em sete estados brasileiros.

A sustentação teórica sobre a história da Psicopedagogia no Brasil se fundamentou nos estudos de Almeida e Silva (2018), Visca (2010), Rubinstein (2004), entre outros. A metodologia utilizada foi pesquisa qualitativa com abordagem descritiva. Constatou-se a necessidade da formação qualificada dos profissionais psicopedagogos, a regulamentação da profissão para o fortalecimento da identidade e profissionalidade do psicopedagogo, bem como a aproximação dos órgãos representativos da Psicopedagogia. Para além disso, trouxe contribuições em prol da melhoria da aprendizagem discente, do aperfeiçoamento das práticas educativas e da educação como direito de todos.

O estudo concretizado coaduna com esta pesquisa pois demarca o espaço profissional do psicopedagogo e lança novos olhares para perguntamo-nos sobre: Quem é o psicopedagogo atuante na educação brasileira, para além dos sete estados? onde se encontram os demais? O psicopedagogo precisa desenvolver um trabalho interdisciplinar e multiprofissional, estabelecendo aproximações com outros profissionais que atendam o educando, buscando dialogar, discutir e refletir sobre as potencialidades e dificuldades. A atuação do psicopedagogo em parceria com a equipe multiprofissional mostra-se mais eficaz do que a atuação psicopedagógica isolada, pois os conhecimentos e experiências compartilhados entre os profissionais referentes a cada caso atendido contribuem para uma visão mais ampla do aprendente e a realização de um trabalho integrado em prol da evolução e aprendizagem dos atendidos.

A pesquisa de Amanda do Prado Ferreira Cezar, cujo título foi: Práticas Psicopedagógicas com o estudante da Educação Superior: Desafio do Aprender,

buscou conhecer o impacto e as contribuições das intervenções de uma equipe pedagógica interdisciplinar da Universidade Federal de Santa Maria, para ampliar o conhecimento acerca da Educação Especial no contexto do Ensino Superior e contribuir, sobremaneira, com o processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência e/ou dificuldade de aprendizagem, que necessitam de serviços de apoio, para que sejam bem sucedidos na sua vida acadêmica.

O embasamento teórico fundamentou-se nos estudos da Psicopedagogia e Educação Especial a partir da Associação Brasileira de Psicopedagogia – ABPp (1996), e a Declaração de Salamanca – UNESCO (1994), tendo as principais discussões nas abordagens de Sara Pain (1989), Nadia Bossa (2000) sobre a compreensão das necessidades específicas de aprendizagem de cada um, para o processo educacional inclusivo, e, ainda, Scoz (1994) que trata da prática psicopedagógica interdisciplinar, agenciada nos núcleos de apoio, para a integração dos conhecimentos e a troca de informações entre especialistas de diferentes áreas, em prol da elaboração de estratégias diagnósticas e terapêuticas, para atender os estudantes com deficiência.

Do ponto de vista metodológico caracteriza-se como estudo qualitativo do tipo etnográfico, decorrente das observações da pesquisa no Núcleo de Apoio a Aprendizagem da Universidade Federal de Santa Maria. Utilizou-se de entrevista semiestruturada, que se fundou em depoimentos estudados por meio da análise de conteúdo de Bardin (2011).

A presente investigação dialoga com os pressupostos investigativos desse estudo, uma vez que aborda sobre a constituição do Núcleo Psicopedagógico em favor do desenvolvimento de ações preventivas e criação de espaços que oportunizam a relação de atividades curriculares e extracurriculares. Por funcionar no âmbito da Educação Superior potencializa as práticas psicopedagógicas, que por sua vez, abrangem aspectos referentes à autoestima, cognição, personalidade e relações interpessoais, pois muitas dificuldades dos estudantes advêm desses fatores, ou de sua associação, interferindo diretamente no desempenho do destes. Para além disso, valida o trabalho do psicopedagogo, no tocante ao compromisso social e ético de estudar a aprendizagem e as dificuldades que emergem no percurso escolar dos estudantes, em consonância com equipe de profissionais multidisciplinares, para a inclusão social de todos e todas.

A pesquisa intitulada: Inclusão escolar e os modos de planejamento educacional individualizado nos Institutos Federais Brasileiros, de Jessica Rodrigues Santos, discute o incremento das políticas educacionais para inclusão escolar, o crescimento da quantidade de estudantes com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação da Educação Especial no ensino médio e as demandas sobre as ações voltadas a estes estudantes. A problemática deste estudo surgiu após reflexões sobre quais ações pedagógicas seriam utilizadas para assegurar, além do acesso, a participação e a aprendizagem. O objetivo principal da pesquisa constituiu-se em analisar os documentos regulatórios para inclusão escolar e o Plano Educacional Individualizado - PEI, desses estudantes nos Institutos Federais. Embasou-se principalmente nos regimentos legais da Educação Especial e resoluções de trinta e seis Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNES.

O estudo consistiu em pesquisa de campo de caráter exploratório, os achados foram categorizados e discutidos através da análise documental, com apontamentos da existência de poucas regulamentações gerais para Educação Especial e uma diversidade no entendimento sobre o funcionamento dos Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas- NAPNE, além de poucos documentos específicos para o Plano Educacional Individualizado - PEI. Identificaram-se lacunas quanto à autorização e garantia de participação efetiva do estudante da educação especial e sua família na elaboração do Plano Educacional Individualizado - PEI, com base em protocolos avaliativos para a criação de metas mensuráveis e suportes necessários ao ensino e aprendizagem.

O estudo referido acima, ressignifica os serviços dos Núcleos de Apoio aos estudantes com necessidades específicas e tece considerações importantes sobre o Plano Educacional Individualizado - PEI, a partir das concepções de Tannús-Valadão (2011), em que afirma ser um documento que norteia o percurso escolar, descreve as habilidades e necessidades dos estudantes, define metas a serem alcançadas e estabelece os profissionais responsáveis para o seu desenvolvimento. Levando-nos a pensar sobre o contexto escolar, em especial na sala comum, onde o estudante da educação especial, passa a maior parte do seu tempo em um contexto que lhe permite infinitas possibilidades de participação e aprendizagem. Todas essas possibilidades exigem planejamento educacional que pensem nos diferentes sujeitos, este

planejamento requer trabalhar em parceria, nas estratégias, recursos e metodologias diferenciadas.

Ademais, aponta a ausência de Leis, Decretos e Resoluções que regulamentem em âmbito nacional o Plano Educacional Individualizado-PEI, bem como a ausência de regulamentações direcionadas à Educação Especial nos Institutos Federais e a falta de uma política que institucionalizasse o Atendimento Educacional Especializado-AEE nesses Institutos, de forma nacional e efetiva. A análise das resoluções dos Núcleos de Atendimentos a Pessoas com Necessidades Especiais- NAPNEs evidenciou a ausência de uniformização no entendimento do setor, sendo que essa diversidade de definições pode ser o resultado do processo de implementação dos núcleos e/ou da grande alternância de membros que o setor sofre.

Não foram obtidos dados que pudessem definir uma razão específica para isso, todavia o questionamento que perdura é se essas diferenças ocorriam em detrimento da autonomia dos Núcleos de Atendimentos a Pessoas com Necessidades Especiais-NAPNEs ou da ausência de apoio de um órgão maior no que se refere à formação continuada para os membros do núcleo. Essas fragilidades coadunam com o serviço no Núcleo de Apoio Psicopedagógico que ainda não dispõe de condições necessárias para o atendimento das demandas encaminhadas.

Na dissertação de Geovania Fagundes Ribas, cujo título foi “A política de Educação Inclusiva no município de Itapetinga: entre o Plano Municipal de Educação e o chão da escola”, buscou analisar a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI na Rede Municipal de Educação de Itapetinga-BA. Teve como objetivo geral analisar como está se efetivando a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva -PNEEPEI na Rede Municipal de Educação de Itapetinga-BA, identificando os desafios enfrentados e as perspectivas de avanços. O estudo é uma pesquisa qualitativa de base sócio-histórica e valeu-se dos aportes teóricos e metodológicos da Teoria Histórico-Cultural, cujo expoente é o psicólogo e teórico educacional Lev Semyonovich Vygotsky. Em seus estudos, Vygotsky argumentou contra a segregação de crianças com deficiência e a favor de sua inclusão em salas de aula regulares para que pudessem entrar em contato direto com o meio social por meio da mediação do professor e assim serem capazes de desenvolver as suas potencialidades.

Para a coleta de dados foram utilizadas fontes documentais e entrevistas semiestruturadas com professores, gestores, secretaria de educação e especialistas

que atuam no Centro de Atendimento Educacional Especializado - CAEE. Foi possível realizar um diagnóstico da situação municipal quanto aos processos inclusivos que vêm sendo construídos a partir do método do Materialismo Histórico Dialético, bem como uma análise crítica dos discursos ideológicos e das contradições que permeiam a implementação das políticas de inclusão. Este método foi utilizado para embasar a análise das informações obtidas.

Concluiu-se com esse estudo que o município de Itapetinga tem dado passos tímidos na efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva- PNEEPEI, eles representam somente estratégias pequenas que necessitam ser aumentadas em todas as escolas, de modo que seja transformado em espaços realmente inclusivos.

O estudo agrega conhecimento à pesquisa aqui apresentada, visto que discutiu a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva-PNEEPEI, e seus avanços no âmbito nacional, regional e local, com apontamentos importantes sobre os aspectos que submergem a implementação inclusão educacional nos espaços escolares do ensino regular, pois, apesar de ser um tema recorrente, a Educação Inclusiva ainda é um campo carente de estudos, principalmente de estudos que discutam as dificuldades enfrentadas pelos municípios na efetivação das políticas inclusivas, principalmente nesse momento atual, em que os municípios se sentem sobrecarregados, tendo que assumir progressivamente mais e mais responsabilidades, sem o devido apoio financeiro do governo federal.

O estudo evidenciou que os avanços das políticas, aos crescentes debates em torno do respeito à diversidade e às práticas inclusivas que estão sendo desenvolvidas em várias escolas do país, ainda permeiam por dúvidas, angústias, medos, preconceitos e incertezas entre as falas e práticas dos educadores que se comprometem com a inclusão. Esses sentimentos controversos precisam ser compreendidos para que não cresça o descrédito, já existente, nas políticas educacionais inclusivas.

A Legitimidade do Espaço Psicopedagógico no Atendimento Educacional Especializado, título da pesquisa que tem a rubrica de Rodrigo Dalosto Smolareck, teve como objetivo geral conhecer como ocorre a institucionalidade da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado-AEE da Rede Municipal de Ensino de Alegrete-RS, com vistas a contribuir na implementação das ações inclusivas por meio da construção de diretrizes protocolares para atuação

psicopedagógica nas salas multifuncional. O tema do estudo centrou-se nas temáticas: Psicopedagogia, Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado-AEE, Inclusão, tais temas foram delimitados em: espaços psicopedagógicos institucionais, estrutura e funcionamento na atenção aos estudantes da educação especial e com dificuldades de aprendizagem.

Para dar resposta à complexidade da cultura que se constitui no cenário do estudo, a proposta investigativa assume a caracterização, no seu rigor metodológico, de triangulação para recolhimento de dados, numa dimensão qualitativa. Devido à necessidade de compreender legitimamente os requisitos informacionais necessários para classificar este trabalho acadêmico de forma sistematizada, a análise de conteúdo foi confirmada à medida que evoluiu nessa dinâmica de avaliação dos referidos dados.

A proposta de pesquisa voltou-se aos Especialistas em Educação Especial que atuam no Atendimento Educacional Especializado- AEE, com especialização em Psicopedagogia, para trazer as contribuições deste profissional no campo da educação inclusiva. O produto final foi chamado de Diretrizes protocolares referentes à atuação psicopedagógica no Atendimento Educacional Especializado - AEE, estabelecendo-se assim como uma ferramenta para a atuação na área.

As discussões acerca da legitimidade do espaço psicopedagógico e sobremaneira do profissional psicopedagogo no trabalho da educação especial para a inclusão dos estudantes, teceram argumentos favoráveis para a construção dessa pesquisa, no que tange a construção de Diretrizes protocolares para a atuação psicopedagógica no Atendimento Educacional Especializado- AEE, que constitui rede de apoio para as problematizações do contexto vivo da escola regular, no empreendimento de esforços que rompem paradigmas sobre o processo pedagógico da segregação e de posturas educativas homogeneizadoras ao qual não só reconhece como também valoriza a diversidade (PERRENOUD, 2000). Dessa forma, verificou-se que a psicopedagogia tem sido vista no contexto da educação inclusiva como um caminho potencial para consolidar políticas de inclusão em uma concepção multidisciplinar, bem como de suporte técnico para alunos com necessidades educacionais especiais.

A dissertação de Marcos Polo Leal Pires examinou, sob a ótica de professores e gestores, o atendimento de alunos com necessidades especiais no NAPNE do Campus Tijuca II do Colégio Pedro II, nos ensinos fundamental e médio. O estudo

teve como ponto de partida as políticas educacionais modernas mais gerais que direcionam esse processo de inclusão. Uma nova configuração na educação inclusiva foi implantada em 2012 no Colégio Pedro II, unidade vinculada à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Técnica, com a implantação dos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE). No esforço de desenvolver uma proposta de formação inclusiva, foram investigados os alcances, dificuldades e limitações do NAPNE, Campus Tijuca II, que desde 2014 oferece ensino especializado e remediação acadêmica para alunos com deficiência educacional.

Entrevistas semiestruturadas com professores e gestores serviram de base para a pesquisa de campo. A análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) foi usada para interpretar os dados. Constatou-se que, apesar da dedicação dos professores e da gestão, o atendimento às crianças com necessidades especiais no NAPNE Tijuca II ainda encontra desafios devido à falta de recursos materiais e humanos e ao preparo inadequado dos professores para lidar com diversas deficiências.

O levantamento feito mostrou que houve avanços, mas ainda é difícil integrar o NAPNE com outras atividades pedagógicas. Portanto, constatou-se que o NAPNE do Campus Tijuca II ainda está aquém do que é exigido pelas normas de inclusão pública.

A presente investigação trouxe significativas contribuições para esta pesquisa, pois discutiu a implementação dos serviços do Núcleo de Apoio aos Estudantes com Necessidades Específicas de Aprendizagem, para desmistificar as políticas públicas direcionadas a inclusão escolar no Brasil, com vistas para a inserção do estudante no ensino regular, com práticas didáticas diferenciadas, que preconizaramm a superação de preconceitos, dos modelos monoculturais, padronizadores, instituídos ao longo da história, em favor da construção do cidadão autônomo, emancipado e crítico, tal qual reverberou Paulo Freire (1996), para a formação de uma nova sociedade.

A pesquisa sobre Conceitos e Discursos da Educação Inclusiva e Especial: Políticas Públicas e a Formação Continuada dos Professores -o curso AEE Surdos, trouxe discussões sobre o processo de construção histórica e acadêmica dos conceitos de normalidade, anormalidade, inclusão e direito à escolarização do público da educação especial, e como estes são tratados no discurso da inclusão educacional. Foi examinado em uma investigação bibliográfica exploratória qualitativa.

Adicionalmente, esses discursos foram identificados e analisados nas políticas públicas de formação continuada de professores e nos documentos que norteiam esse sistema educacional.

A pesquisa também abordou a dificuldade conceitual em torno da educação especial, com foco na ideia de escola inclusiva. Para dar conta dessas inquietações conceituais, o curso de formação continuada que a Rede Nacional de Formação Continuada em Educação Especial apresentou em 2018 foi examinado, apoiado ou negado. Foi realizada uma reconstrução histórica de como os ideais de educação inclusiva e especial foram sistematicamente desenvolvidos e difundidos, principalmente por meio de políticas públicas. Também foi destacado que é necessário um financiamento adicional para a formação continuada dos professores para que a conceituação, particularmente em relação à normalidade, torne-se um tema de reflexão diária.

Esse estudo possibilitou identificar como surgiu a conceitualização da educação inclusiva e especial, que é de fundamental importância para compreender as nuances do discurso e realidade hoje nas escolas. Essa construção foi permeada de interesses políticos e econômicos que tem reflexos em todas as construções dela decorrentes. A visão da deficiência e da diferença como algo negativo é algo que vem sendo construído socialmente, de maneira subjetiva e foi ganhando força de verdade pela consolidação do discurso construído e propalado com tal finalidade. Para tanto, considerou-se que compreender todo esse processo, de como as diferenças foram ganhando (ou não) espaço na sociedade, de como foram sendo vistas durante sua expansão e consolidação, bem como, a questão da dualidade da norma, do padrão, são fatores fundamentais para se discutir e pensar a educação hoje.

Márcia Altina Bonfá da Silva, na sua pesquisa, com título: a atuação de uma equipe multiprofissional no apoio à educação inclusiva, buscou um sistema de educação que seja inclusivo e que tenha vontade de encontrar os caminhos e procedimentos que tornem possível o ideal de igualdade de acesso, sobrevivência e aprendizado para todas as crianças com necessidades educacionais especiais em sala de aula. À luz da educação presencial tradicional, os serviços de apoio e especialistas são mencionados como alternativas vantajosas à implementação deste princípio. Considerando que há pouca experiência com esse tipo de apoio na realidade brasileira, pode-se levantar a hipótese de que esses serviços de equipes

interdisciplinares, quando existem nas redes de ensino, são novos, fragmentados e desarticulados.

A metodologia de pesquisa utilizada teve como base a pesquisa colaborativa e de acordo com os resultados do estudo, o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar que pode ajudar a construir escolas mais inclusivas, mas somente se for fundamentado em uma única filosofia de trabalho e for capacitado continuamente em projetos colaborativos.

O trabalho em questão assemelha-se a esta pesquisa, pois propõe que a atuação institucional deve ser efetuada não sobre as individualidades, mas sobre o campo das inter-relações constituídas nas redes institucionais cristalizadas, objetivando uma flexibilização nessas relações. A proposta de trabalho dos profissionais da Psicopedagogia, além da prática institucional, implica também em atuar sobre os fatores que interferem na aprendizagem dos alunos que apresentam dificuldades acentuadas na aprendizagem, por meio de intervenção direta, realizada na forma de atendimentos na escola, no contraturno escolar. Com a permissão da administração da escola, o trabalho da equipe incluiu orientar as famílias, compilar relatórios das regiões relevantes, triagens, estudos de caso e recomendações. Juntamente com a participação em conselhos de classe, reuniões administrativas, planejamento escolar e quaisquer outras reuniões agendadas, também discute as circunstâncias dos alunos com dificuldades de aprendizagem com os membros da equipe, gerentes e professores.

A dissertação cujo título foi “O núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas -NAPNE nos Institutos Federais da região nordeste do Brasil: Desafios políticos e perspectivas pedagógicas, de Rosilene Lima da Silva, teve por objetivo caracterizar e discutir as demandas e os desafios dos Núcleos de Atendimentos as Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNEs no processo de inclusão do estudantes da Educação Especial nos Institutos Federais-IFs da Região Nordeste, levando em consideração os documentos institucionais que guiam suas ações. A Teoria Crítica da Sociedade serviu de base para este estudo, em especial as ideias de Adorno, e como guia para a análise das políticas os autores utilizaram o ciclo político criado por Stephen Ball e popularizado no Brasil por Jefferson Mainardes. Como metodologia utilizou-se revisão bibliográfica e levantamento documental, tendo como base de dados 29 coordenadores de Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais – NAPNE dos Institutos Federais – IFs que compõem a

Região Nordeste do país – que responderam a um questionário estruturado instrumento de coleta para complementar as informações incompletas na análise documental.

Os resultados da pesquisa apontaram para avanços significativos na discussão de ideias e princípios que fundamentam a concepção inclusiva de educação; no entanto, os autores detectaram algumas ambiguidades conceptuais na maioria dos instrumentos normativos existentes que são relativos ao público-alvo do NAPNE, à definição e atribuição dos núcleos, bem como à forma como alguns documentos apresentavam as políticas de Educação Especial como única vertente da Educação Inclusiva.

O estudo da pesquisadora Rosilene Silva, tensionou o trabalho dos Núcleos de Apoio às pessoas com necessidades específicas na nossa região, nordeste, partindo de uma compreensão crítica sobre os processos históricos de discriminação e segregação no âmbito social e educacional e visando à apreensão dos desafios a serem enfrentados em prol da humanização de todos os envolvidos e do desenvolvimento de suas potencialidades.

Com essa revisão bibliográfica, foi possível identificar estudos com importantes discussões sobre a Educação Especial na perspectiva inclusiva. Foram encontrados relevantes estudos dos Núcleos de apoio, com intervenções psicopedagógicas e pedagógicas, que versaram sobre várias nomenclaturas, tais quais: Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), autoras: Rosilene Lima (2017), Jessica Rodrigues Santos (2020). Autor: Marcos Polo Pires (2018). Equipe pedagógica interdisciplinar, autora: Amanda Prado Ferreira Cezar (2016). Espaço psicopedagógico, autor: Rodrigo Dalosto Smolareck (2017), Equipe multiprofissional, autora Marcia Altina Silva (2016). No entanto, foram evidenciadas lacunas na implementação de políticas públicas que garantam o direito das pessoas com deficiências, transtornos e altas habilidades, para o desenvolvimento de práticas educacionais coletivas. Neste sentido, observou-se uma lacuna do trabalho dos Núcleos psicopedagógicos na Educação Básica, especialmente na Bahia, em que o número de estudantes da educação especial é elevadíssimo e existe uma queixa persistente da classe de profissionais da educação sobre a falta de habilidades e competências para dirimir práticas pedagógicas condizentes às reais necessidades de aprendizagem dos estudantes.

As pesquisas trouxeram a importância da relação da psicopedagogia com o estudante, para o processo da inclusão social, no tocante as articulações com o ensino regular e as equipes multiprofissionais, bem como os benefícios da prática terapêutica, com projetos que incluem dispositivos de jogos, músicas, brincadeiras e contação de histórias, para a promoção de uma maior interação entre o aluno, professor e pais. O profissional pode exercer um trabalho de acompanhamento e orientação para a família e para o professor, oferecendo possibilidades na elaboração do direcionamento das condutas e estratégias pedagógicas que favoreçam a adequação e a integração do indivíduo especial.

Na psicopedagogia o acompanhamento tem como foco a abordagem do processo de aprendizagem, como e de que forma se desenvolve a relação do indivíduo com o aprender – nos aspectos emocionais, cognitivos e psicossociais.

Um dado que merece atenção é que o diagnóstico da deficiência e o transtorno global do desenvolvimento/ altas habilidades- superdotação, às vezes se territorializa a partir da segregação e da marginalização. A entrada do estudante com deficiência ou transtorno no campo da escola, às vezes, aguça a constituição de estereótipos, aqueles que não se encaixam nas normas e regras, são classificados, normatizados e segregados dentro do próprio espaço escolar, e, desse modo a escola, por muitas vezes, fragmenta a discussão sobre o currículo, planejamento, metodologia, dispositivos e funcionamentos.

Nesta confluência é importante destacar a relevante discussão sobre as políticas existentes em matéria de educação especial e educação inclusiva. Desta análise constatou-se que a concepção e os princípios da educação especial podem ser ressignificados do ponto de vista das concepções atitudinais que corroboram para o processo de identificação e valorização das diferenças, em favor do entendimento da inclusão como parte de um universo social revolucionário, que exige luta, resistência e transformação dos sistemas de ensino para que seus condicionantes sejam enfrentados.

Assim, buscou-se por meio da análise dos trabalhos citados anteriormente, conhecer os novos estudos acadêmicos, como também a necessidade de pesquisas neste âmbito, a fim de não só enriquecer os conhecimentos da academia, mas também corroborar com a luta pela efetivação de práticas inclusivas, com intervenções psicopedagógicas que atendam as especificidades de ensino e aprendizagem dos estudantes.

5 METODOLOGIA: TECENDO CAMINHOS PARA O DESVELAR DA PESQUISA

Pesquisar nos oportuniza narrar o conhecimento de dentro da experiência vivida, de modo corajoso, embasado no comprometimento ético e social, produzindo saberes advindos das práticas educacionais coletivas. “A pesquisa, pois, é o ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa, porém não buscamos nele qualquer conhecimento, buscamos um conhecimento que explique o nosso entendimento da realidade que observamos.” Gatti (2007, p.10). Dessa maneira, compreendemos que a pesquisa é o apontamento desse percurso, visto que o pesquisador horizontaliza a busca pela interpretação da realidade, concomitante com seus dados. Segundo Benite (2009, p. 1):

> A investigação científica é um ato de construção, onde cada envolvido não é apenas mais um dado, ou uma mera informação, pelo contrário, contribui de maneira singular para o desenvolvimento de uma ou mais respostas adequadas ao problema suscitado pelo pesquisador.

Nesta seara, utilizar métodos e técnicas se faz necessário para o fomento da produção do conhecimento científico. “É imprescindível se apoiar em métodos e técnicas, a partir da orientação de concepções teóricas, paradigmas ou matrizes epistêmicas”. Bennite (2009, p. 2). É importante considerar os contextos teóricos e as condições histórico-sociais da produção, com aproximações e afastamentos teóricos e práticos que desvelam características e as experiências como produção de saberes. No entanto, Gatti (2007, p. 62), salienta que: “O método não é roteiro fixo, é uma referência. Ele, de fato, é construído na prática, no exercício do “fazer a pesquisa”. O método neste sentido, está sempre em construção. É incipiente pensar a pesquisa em formatos teóricos enviesados, é preciso ampliar o conhecimento, na busca constante por ressignificações que transformam os saberes e constituem ricas experiências educacionais.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, ancora-se no paradigma do materialismo histórico-dialético, em favor da discussão crítica da educação inclusiva, frente à organização social capitalista que engessa o cotidiano educacional. É de caráter exploratório, tendo como foco principal desenvolver, elucidar e (des)construir conceitos e ideias, podendo servir também para levantar hipóteses ou formular problemas para futuras pesquisas. SILVA (2020).

O Materialismo Histórico Dialético faz parte do método marxista de análise da realidade, das formas de produção da existência material da sociedade e do homem. O marxismo é uma corrente filosófica originada por Karl Marx (1818 – 1883) e Friedrich Engels (1820 – 1895), no século XIX, configurando-se numa crítica ideológica e científica ao modo de produção capitalista, porque se baseia exatamente numa metodologia científica, o materialismo histórico- dialético.

O materialismo histórico-dialético contribui com as pesquisas em educação de forma holística, para a análise das políticas educacionais, tendo em vista a compreensão das relações existentes entre o processo educativo singular e sua totalidade, caracterizada pelas relações produtivas e de poder, com influência da globalização e tecnologias. (Rodríguez 2014, p. 139) discute essas concepções, quando afirma que: “O materialismo histórico-dialético considera que o mundo, por sua própria natureza é material e que os múltiplos e variados fenômenos do mundo e da natureza constituem diversas formas e modalidades da matéria em movimento”.

O Estudo de Caso foi escolhido como método da investigação, amparada pela abordagem qualitativa, não perdendo de vista os objetivos gerais e específicos estabelecidos, para o desenvolvimento do diálogo com o objeto de estudo e uma melhor compreensão dos fenômenos de uma dada realidade. Conforme Yin (2001, p. 21) “o Estudo de Caso contribui para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”, de forma inigualável. Esse estudo se destaca pela relevância social, considerando o contexto atual da Educação Especial e a atenção dispensada a pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD), altas habilidades/superdotação.

Yin (2001) destaca algumas características exemplares para o estudo de caso, tais quais: a narrativa deve demonstrar que houve um esforço exaustivo para levantar as evidências relevantes, o caso deve considerar perspectivas ou hipóteses alternativas às evidências relevantes, o caso deve considerar perspectivas ou hipóteses alternativas, as evidências devem ser poderosas para sustentar as conclusões e ganhar a confiança do leitor quanto à fidedignidade do trabalho e, assim, o relato do estudo deve ser atraente, escrito de maneira instigante de modo que a atenção do leitor seja mantida até o final.

Segundo Gil (2009) o estudo de caso no âmbito da Metodologia de Pesquisa Científica se constitui como uma das modalidades de delineamento para a produção do conhecimento num campo específico, assim como também o são o experimento e

o levantamento. No entanto, por ser caracterizado pela flexibilidade, não pode perder o rigor com indícios de princípios e regras a serem observados ao longo de todo processo de investigação, sem analogia com os experimentos e levantamentos.

As concepções emitidas por Gil ampliam a nossa visão sobre o estudo de caso frente o reconhecimento de sua natureza holística, mediante a proposta de investigação. Deixa evidente que não é um delineamento caracterizado pela simplicidade, mas que exige sensibilidade e perspicácia do pesquisador para analisar e interpretar dados, num constante diálogo que permita a investigação, como um todo, tendo em vista a relação entre as partes que o compõem.

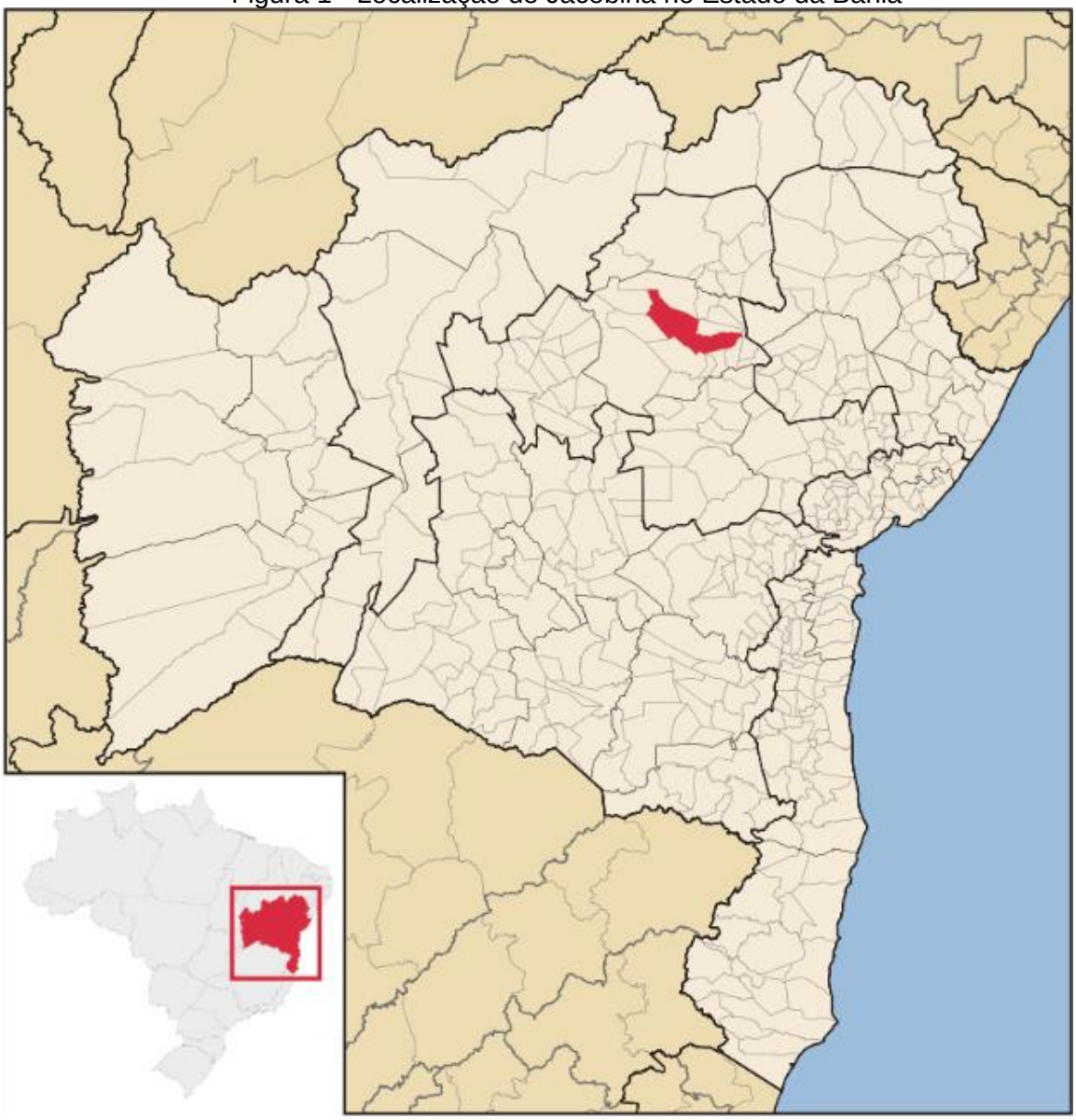
A pesquisa vai sendo tecida em seu caminho, frente o pesquisador e a partir de compromissos e pressupostos no âmbito ético e filosófico, tendo em vista as três fases consideradas importantes de um estudo de caso qualitativo. Segundo Nisbett e Watts (*apud* ANDRÉ, 2005): 1- fase exploratória, 2- delimitação do foco de estudo, 3- análise sistemática dos dados e elaboração do relatório. Essas fases embasam os estudos de casos, são de fato, referências para a condução dos referidos estudos, pois a pesquisa é uma atividade criativa e como tal pode requerer reunião de duas fases, desdobramento e/ou expansão de uma delas e até criação de outras.

Neste sentido, concluiu-se sobretudo, que o estudo de caso enquanto metodologia da pesquisa em educação é uma proposta muito importante e necessária para analisarmos com criticidade a base teórico-metodológica de aspectos da inclusão escolar, considerando a permissão para retratar uma determinada realidade, contextualizando-a. O pesquisador pode descobrir, durante o percurso, novos aspectos que consubstanciam a investigação, corroborando para a potencialização do conhecimento e outras inferências. (CARVALHO, 2014).

5.1 APRESENTAÇÃO DO LOCUS

Com a intenção de explorar a proposta metodológica que orientou a investigação, foi apresentado o Núcleo de Apoio Psicopedagógico- NAPp, que é o nosso lócus de pesquisa, fica situado à Rua Senador Pedro Lago, s/n, Centro, localização urbana, Jacobina-Bahia.

Figura 1 - Localização de Jacobina no Estado da Bahia



Fonte: Jacobina (2022).

Na figura 1 pode ser observado que o Município de Jacobina está localizado na região noroeste do estado da Bahia, no extremo norte da Chapada Diamantina, 330 km da capital, Salvador. Sua população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2021 é de 80.749 habitantes.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAPp foi fundado em três de março do ano de dois mil e dezessete e funciona como parte integrante da estrutura administrativa no âmbito da Educação Básica e da Secretaria Municipal da Educação. Tem como finalidade corroborar com a Educação Inclusiva do Município de Jacobina, apresentando-se como espaço privilegiado na busca contínua da qualidade de vida a partir de vínculos cognitivos, sociais e afetivos.

5.2 QUEM SÃO OS COLABORADORES DA PESQUISA?

Poderíamos dizer que são sujeitos com identidades plurais, que pensam e criam saberes coletivos, enveredando-se em uma teia de sentidos que constituem a pesquisa. De acordo com Gil, apud, Silva (2020) os sujeitos da pesquisa podem ser obtidos por meio de uma amostragem (uma parte), inserido em um universo de indivíduos, considerado o conjunto total, podendo ser selecionados de maneira aleatória ou intencional. Tendo em vista esse pressuposto, a escolha dos participantes será intencional, mediante os critérios a saber: que os sujeitos tenham trabalhado entre os cinco anos de sua implantação e/ou tenham estabelecido parcerias para o desenvolvimento das atividades psicopedagógicas institucionais.

A equipe de trabalho do Núcleo de Apoio Psicopedagógico é composta por: três psicopedagogos efetivos. Em anos anteriores contavam com o apoio de mais três psicopedagogas, mediante solicitação da gestão. Uma coordenadora de núcleo, uma coordenadora da educação especial/inclusiva e outra para apoio funcional. A equipe trabalha em consonância com cronograma organizacional para o acompanhamento psicopedagógico institucional das unidades escolares da rede municipal de ensino da zona urbana, visto que a zona rural, ainda não foi contemplada com esses serviços, pois os funcionários efetivos foram legalizados com carga horária de 20h semanais, para exercerem o trabalho na sede do município.

Em atendimento aos critérios e exigências do Comitê de Ética em Pesquisa-CEP/UNEB e a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde que trata sobre a pesquisa envolvendo seres humanos e da proteção das pessoas/participantes da pesquisa, sendo respeitado o princípio da autonomia, não maleficência, justiça e equidade dos participantes, utilizaremos pseudônimos que mantenham em segredo as suas identidades. Evidenciamos, que a escolha dos pseudônimos para designar os atores educacionais emergem da própria pesquisadora.

Neste sentido, participaram da pesquisa os colaboradores a seguir: 3 psicopedagogos, 3 coordenadoras da educação especial/inclusiva, 3 coordenadores pedagógicos e 3 docentes que tenham sido atendidos e acompanhados pelo serviço do Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

Assim, para nomear os 3 (três) colaboradores psicopedagogos, selecionamos os nomes de três rosas: Dália, Hortência e Margarida, para os 3 (três) colaboradores,

coordenadores da Educação Especial/inclusiva optamos por nomes de pedras: ametista, esmeralda, e cristal, com relação aos 3 (três) docentes, nomes de frutas: Morango, uva e maçã e para as três coordenadoras pedagógicas, foram utilizados nomes de cores: Azul, branco e marrom.

5.3 CONSTRUÇÃO DOS DISPOSITIVOS DOS DADOS

Optou-se pela análise documental para levantar e analisar os principais documentos que direcionam a educação inclusiva no Brasil e o Núcleo de Apoio Psicopedagógico em consonância com o ensino regular nas unidades escolares. Os documentos constituem também uma fonte de informação poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Lüdke e André, (1986). Para além disso, as autoras ratificam que:

> Constituem uma fonte estável e rica. Persistindo ao longo do tempo, os documentos podem ser consultados várias vezes e inclusive servir de base a diferentes estudos, o que dá mais estabilidade aos resultados obtidos; constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador; representam ainda uma fonte ‘natural’ de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39).

Nesse viés, foi construido um cronograma organizacional, versado no quadro 03, para o levantamento dos principais documentos que fazem parte do trabalho cotidiano do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, nos âmbitos: Nacional, Estadual e Municipal, notificados pelos colaboradores da pesquisa, bem como outros não notificados, mas que, de alguma maneira demonstrou-se relevante para a nossa proposta investigativa.

Quadro 6 - Documentos Norteadores do Núcleo de Apoio Psicopedagógico-Núcleo de Apoio Psicopedagógico-NAPp

Nacionais	Municipais	NAPp/Lócus investigado.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. (BRASIL, 1996); Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. BRASIL (2008); Plano Nacional de Educação-PNE (2014-2024) Base Nacional Comum Curricular-BNCC. (BRASIL, 2018).	Plano Municipal de Educação-PME (2022); Currículo Municipal de Jacobina. (2021).	Proposta de Trabalho Anual do Núcleo de Apoio Psicopedagógico-NAPp; (de 2018 a 2022) Projeto Psicopedagógico de Formação Continuada (2018 a 2022); Relatórios Psicopedagógicos. (2018 a 2022);

Fonte: elaborado pelo pesquisador (2022)

Para agregar conhecimento à investigação, foi aplicado questionário fechado de cunho objetivo com os sujeitos participantes, tendo em vista que: “O questionário é entendido como uma técnica de investigação que utiliza um número significativo de questões apresentadas por escrito aos sujeitos, buscando conhecer opiniões, interesses, entre outros aspectos” (Gil, 2010, *apud* SILVA, 2020, p. 102).

O próprio pesquisador constituiu o questionário, com um total de 10 perguntas fechadas, a partir das concepções teóricas agenciadas nesta pesquisa, para reconhecer as questões socioprofissionais que demarcam o trabalho com os estudantes atendidos pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

Com o intento de explorar as concepções, experiências e motivações dos colaboradores da pesquisa com foco nos objetivos propostos na investigação, optamos pela entrevista semiestruturada, visto que a mesma é mais flexível e pode responder às perguntas sem ficar limitado a um nível rigoroso de direção e mediação.

Segundo Gill (2008) a entrevista semiestruturada é composta de diversas questões que ajudam a definir os temas a serem investigados, servindo de guia para o entrevistador. Essa técnica permite obter profundidade de conhecimento nos fenômenos investigados, por não estarem presas a questões padronizadas. A construção do roteiro da entrevista semiestruturada foi feita com base nas discussões e orientações de Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2004) e nas revisões de literatura, onde foram observados os instrumentos e técnicas utilizadas pelos pesquisadores. O roteiro da entrevista semiestruturada, depois de elaborado, foi apresentado para o orientador Prof. Drº Osni Oliveira Noberto da Silva do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação e Diversidade, para a revisão e validação.

5.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise e interpretação dos dados catalogados foram inspirados na hermenêutica-dialética, pois se utilizou do diálogo na construção e interpretação da cultura, como forma de educar e educar-se, sendo que a compreensão hermenêutica do processo de educar se realiza através da linguagem que antecede abertura ao outro.

> Só através do diálogo é possível aprender de forma evolutiva, incorporando os dados históricos de pesquisas realizadas, para compreender o contexto estudado e as atitudes dos participantes, garantindo a fusão de horizontes de interpretação como elemento de acesso ao mundo e abertura para a conversação e o aprender transformador. (MORAES; CONTE, 2017, p. 1948).

Tendo em vista a ótica da pesquisa qualitativa, o investigador precisa, na maioria das vezes, emergir de dentro da cultura que será pesquisada, com foco na análise em tudo que acontece no campo pesquisado, de onde surge seu caráter interpretativo, que confere intencionalidade à ação e ao ato de (res)significar. A educação implica um ato de entendimento e a busca de sentido hermenêutico se lança nas atitudes das pessoas envolvidas, por meio de crenças, concepções do grupo investigado, para comungar emoções e sensibilidades que validam a pesquisa.

Segundo Minayo (1996, p. 231) “[...] o método hermenêutico-dialético é o mais favorável para dar conta de uma interpretação aproximada da realidade”. Essa metodologia coloca a fala em seu contexto para entendê-la a partir do seu interior e no campo em que é produzida.

Com esse entendimento vamos trabalhar nosso sujeito de pesquisa tendo em vista as implicações históricas, sociocultural, política, econômica e educacional, com foco no trabalho desenvolvido no lócus de pesquisa. Portanto, acreditamos que é possível se chegar ao conhecimento mais próximo e possível da realidade, por meio de uma prática dialética interpretativa que valida os fenômenos sociais, mediante a atividade criadora.

A hermenêutica pode ser compreendida como a maneira de interpretarmos qualquer coisa no processo de autoformação e educação que interessa e forma o ser humano. A interpretação é baseada em um texto, um gesto, uma maneira de pensar,

uma declaração de abertura e uma conexão com outra pessoa que é capaz de se comunicar e participar. Ao interpretarmos qualquer coisa, nos relacionamos diretamente com a visão de mundo que temos, que é derivada de nossas experiências anteriores. É o que também a hermenêutica indica sobre como realizamos o processo de (re)conhecer-nos a partir das experiências no mundo (SIDI; CONTE, 2017).

De acordo com Gadamer (2005, p. 489), “[...] todo compreender é sempre algo mais que a mera compreensão.” Nós partimos do conhecimento, também, de que a compreensão que se exerce nas ciências do espírito é, essencialmente histórica, isto é, que nelas também, um texto só pode ser compreendido se em cada caso for compreendido de uma maneira diferente.

6 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

6.1 SOB A ESCUTA DOS QUESTIONÁRIOS

A construção desse capítulo deu-se para apresentar os resultados da pesquisa, coletados por meio de questionário, para a amostragem das respostas indicadas pelos colaboradores, as quais, por sua vez, foram agrupadas em categorias, que reverberam o perfil sociocultural e identificam as relações entre formação e a atuação profissional dos envolvidos, bem como, a importância do serviço de psicopedagogia na área educacional e seus reflexos na inclusão educacional dos estudantes com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento/altas habilidades, possibilitando a construção de um diálogo com os objetivos geral e específicos propostos nesta dissertação.

Embora o questionário tenha uma linguagem que consideramos técnica e objetiva, ele amplia as possibilidades de interpretação e compreensão dos sentidos da pesquisa, pois evidencia o contexto dos dados angariados: dos pesquisados, do cotidiano e da prática, ao longo das infinitas experiências e convivências.

Vislumbra um horizonte hermenêutico de forma não linear, com o intento de constante renovação, em um projetar-se que reside na conversação, na complexa fronteira do ilimitado. A pesquisa e metodologia da hermenêutica no âmbito educacional ofertam grandiosos recursos para a interpretação textual e discursiva, bem como amplia e aprofunda visões de mundo, com ênfase na interatividade que se busca reconhecer na realidade vital. Nesse sentido, Jesus (2014, p.233), relata que: “Em síntese, trata-se de pensar em uma escola real para seres reais, não em uma escola ideal para a manutenção e justificação das desigualdades históricas e socialmente construídas”. Assim, só é possível pensar na concepção histórico-dialética na Educação, tendo em vista a própria dinâmica da sociedade em que se vive. No entanto, os limites não são da permanência, mas sim, da sensibilidade e mobilização para a conscientização.

As informações dos pesquisados foram apresentadas, mediante a necessidade de conhecer os sujeitos que produziram os dados da pesquisa. Participaram do estudo doze pesquisados, de modo que seus dados foram mapeados e serão apresentados no quadro abaixo.

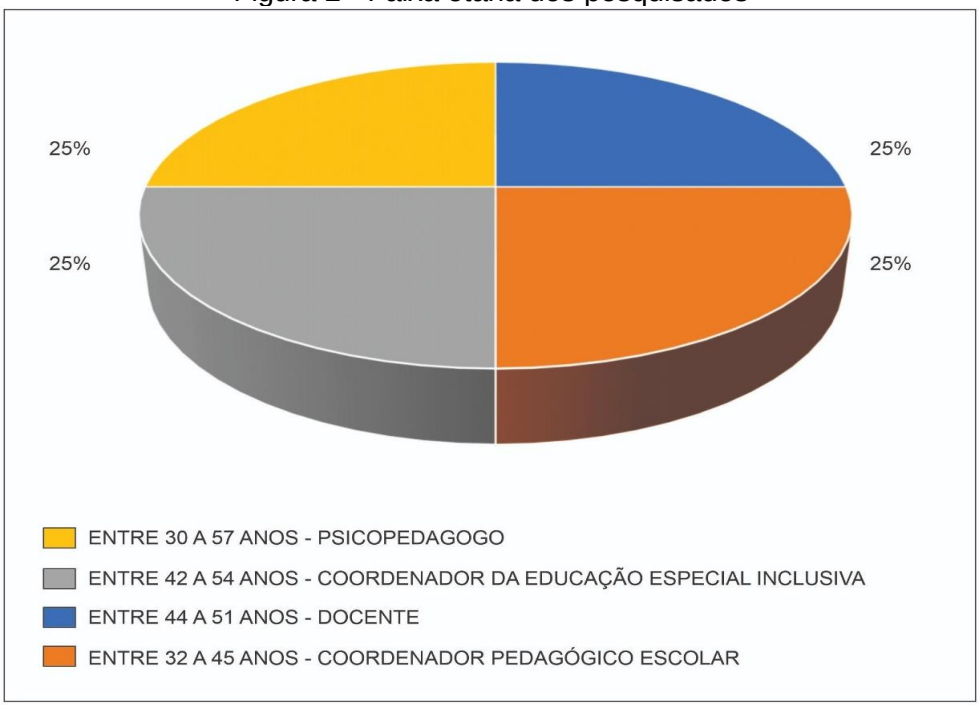
Quadro 7 - Dados dos participantes

Participantes/ Pseudônimos	Sexo	Idade	Nível de escolaridade	Tempo de trabalho na Educação básica
Psicopedagogo. (Dalia)	Masculino	57 anos	Pós-graduação em Psicopedagogia.	10 anos
Psicopedagoga. (Hortênsia)	Feminino	37 anos	Pós-graduação em Psicopedagogia	14 anos
Psicopedagoga. (Margarida)	Feminino	30 anos	Pós-graduação em Psicopedagogia	5 anos
Coordenador da educação especial inclusiva. (Esmeralda)	Feminino	54 anos	Graduação em Pedagogia com especialização em Psicopedagogia.	34 anos
Coordenador da educação especial inclusiva. (Ametista)	Feminino	52 anos	Mestrado	18 anos
Coordenador da educação especial Inclusiva. (Cristal)	Feminino	42 anos	Pós-graduação em Psicopedagogia.	10 anos
Docente (Morango)	Feminino	51 anos	Pós-graduação em Psicopedagogia.	30 anos
Docente (Uva)	Feminino	49 anos	Graduação em Pedagogia.	5 anos
Docente (Maçã)	Feminino	44 anos	Graduação em Letras com língua inglesa e literaturas.	23 anos
Coordenadora pedagógica escolar. (Branco)	Feminino	40 anos	Pós-graduação em Neuropsicopedagogia.	20 anos.
Coordenadora pedagógica escolar (Azul)	Feminino	32 anos	Mestranda do curso em Educação e Diversidade.	12 anos
Coordenadora pedagógica escolar. (Marrom)	Feminino	45 anos	Pós-graduação em Psicopedagogia.	18 anos

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Seguem as representações dos dados nas figuras apresentadas abaixo. A figura 2 trouxe a classificação dos profissionais acerca da idade, constatou-se que:

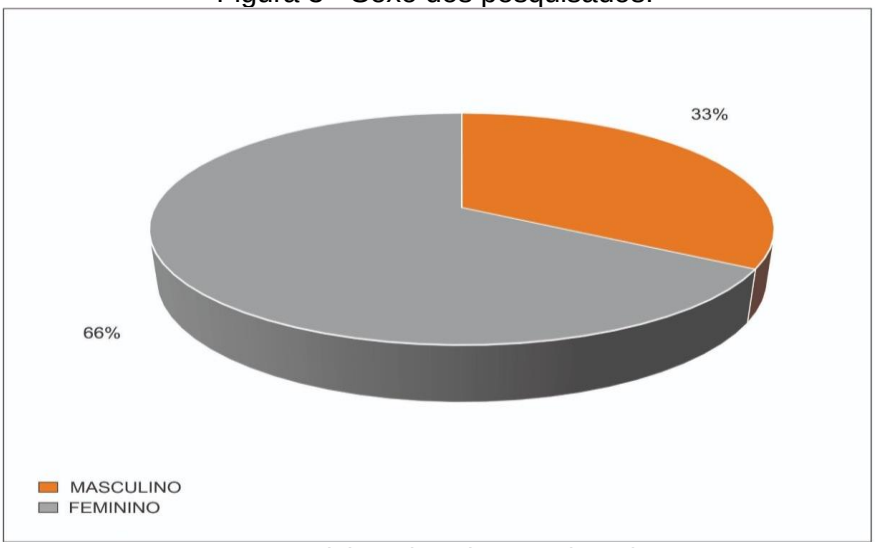
Figura 2 - Faixa etária dos pesquisados



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Os pesquisados apresentaram faixa etária entre 30 a 57 anos. Margarida é a psicopedagoga mais nova e o trabalho no Núcleo de Apoio Psicopedagógico foi o seu primeiro emprego. Hortênsia e Dália estão na Instituição desde a sua fundação. Dália é o pesquisado mais velho e do sexo masculino. Para o cargo de coordenador da Educação especial inclusiva a faixa etária apresentou-se entre 42 a 54 anos.

Figura 3 - Sexo dos pesquisados.



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

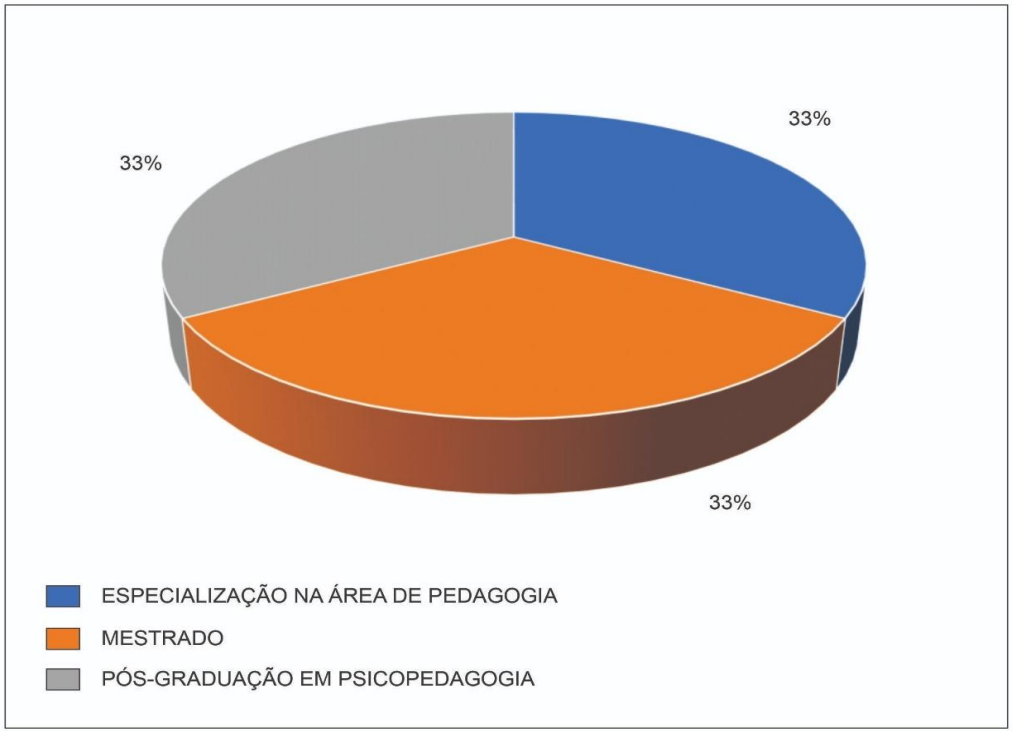
Somente um pesquisado é do sexo masculino, este é psicopedagogo e trabalha no Núcleo de Apoio Psicopedagógico. O resultado tem similaridade com o estudo de Silva (2020), em que 34 (95%) dos docentes que trabalham no Atendimento Educacional Especializado (AEE), especificamente com pessoas que têm deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades superdotação são do sexo feminino e apenas 1 (3%) são do sexo masculino.

Esses dados dialogaram também com o Censo Escolar do Ministério da Educação, tendo em vista a Educação Infantil em que atuam 595 mil docentes. São 96,3% do sexo feminino e 3,7% do sexo masculino. No ensino fundamental, atuam 1.373.693 docentes. Nos anos iniciais, 88,1% são do sexo feminino e 11,9% do sexo masculino. As faixas etárias com maiores concentrações são as de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos. Nos anos finais do ensino fundamental, atuam 752.667 docentes. São 66,5% do sexo feminino e 33,5% do sexo masculino.

6.2 NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PESQUISADOS.

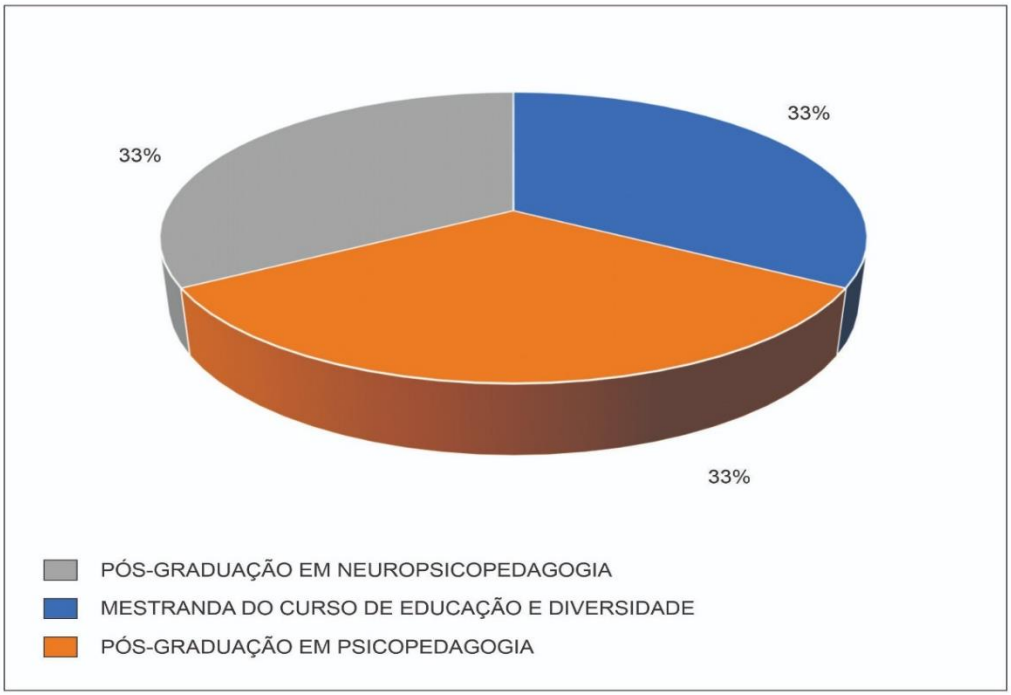
Todos os psicopedagogos têm Pós-graduação em Psicopedagogia.

Figura 4 -Coordenador da Educação Especial/Inclusiva.



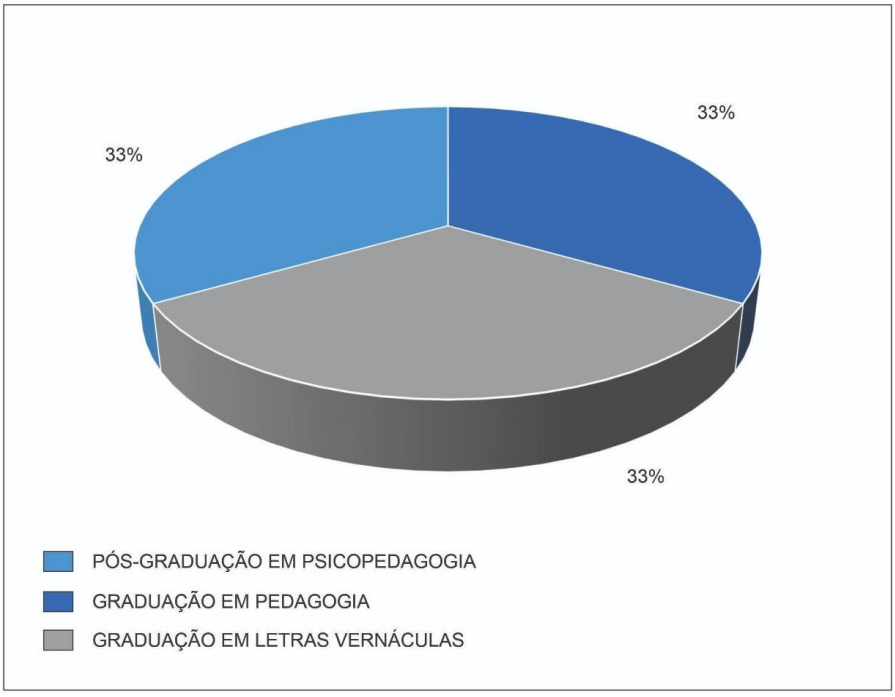
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Figura 5 - Coordenador Pedagógico Escolar



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Figura 6 - Docente



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Os dados demonstraram que todos os profissionais já cursaram a graduação. A grande maioria tem pós-graduação Latu Sensu, no entanto apenas um profissional tem pós-graduação *Strictu Sensu*. Observa-se um avanço considerável no âmbito

educacional, visto que os profissionais têm mais oportunidades para realizar estudo e pesquisa, embora não se tenha chegado a um patamar ideal.

Os dados do censo escolar do Ministério da Educação coadunaram com esta pesquisa, quando observada a escolaridade dos docentes da Educação Infantil: 80,3% possuem nível superior completo (78,1% em grau acadêmico de licenciatura e 2,2%, bacharelado) e 12,3% têm curso de ensino médio normal/ magistério. Foram identificados ainda 7,3% com nível médio ou inferior (BRASIL, 2021). Desde 2017, nota-se um crescimento no percentual de docentes graduados com licenciatura atuando na educação infantil, passando de 65,9% em 2017 para 78,1% em 2021 (BRASIL, 2021). Nos anos iniciais do ensino fundamental, atuam 741.161 docentes. Desses, 86,4% têm nível superior completo (83,4% em grau acadêmico de licenciatura e 3,0%, bacharelado) e 9,2% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 4,4% com nível médio ou inferior. (BRASIL, 2021). Nos anos finais do ensino fundamental, 92,5% dos docentes possuem nível superior completo (89,6% em grau acadêmico de licenciatura e 2,9%, bacharelado). O percentual de docentes com formação superior em licenciatura aumentou 7,6 p.p. entre 2017 e 2021 (BRASIL,2021).

Dada a relevância do número de pesquisados com especialização no curso de psicopedagogia, sem premeditações para a participação na pesquisa, salienta-se a importância dessa área do conhecimento, ao longo do tempo, nos contextos escolares educacionais, contribuindo no acompanhamento e assessoramento dos educadores na formação em serviço, bem como à escola, às famílias e comunidade, com ênfase na garantia de processos de ensino e aprendizagem de qualidade e no entendimento de que aprender é para todos, independente das dificuldades, instaurando um espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, que seja articulador da escola em seus diferentes contextos e diversidades.

Ainda assim, segundo a Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), (Nota Técnica, 2021) o exercício profissional do psicopedagogo carece de reconhecimento e validação para integrar equipes interdisciplinares dos processos de ensino e aprendizagem.

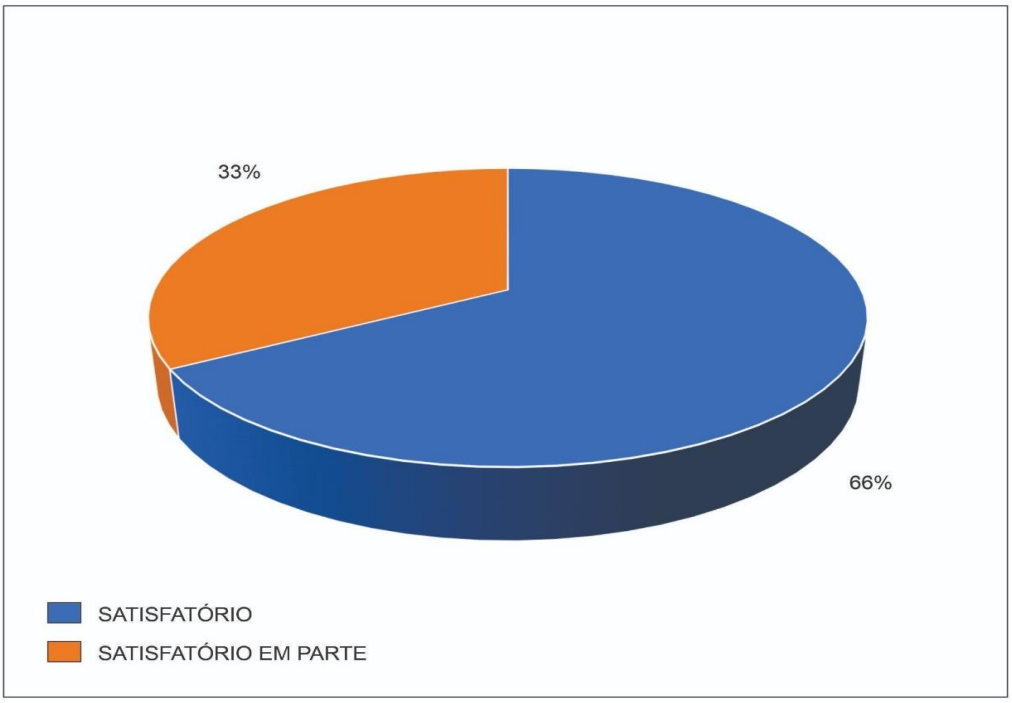
Na pesquisa de Blasko (2020), ficou evidente que dos 26 estados brasileiros e um Distrito Federal, os quais são compostos por 5.570 municípios, 994 destes municípios, possuem psicopedagogos atuando na área da educação na rede pública municipal, 77 variando de 1 a 70 profissionais psicopedagogos por município no Brasil,

totalizando 2.106 psicopedagogos atuando no cargo específico. Tal dado demonstra o crescimento de profissionais na área da Psicopedagogia e sinaliza a necessidade da formação e regulamentação do cargo em nível nacional.

Sobre as percepções das Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação de Jacobina, no âmbito do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico para a Educação Especial inclusiva, seguem as considerações:

Todos os psicopedagogos relataram satisfação em parte.

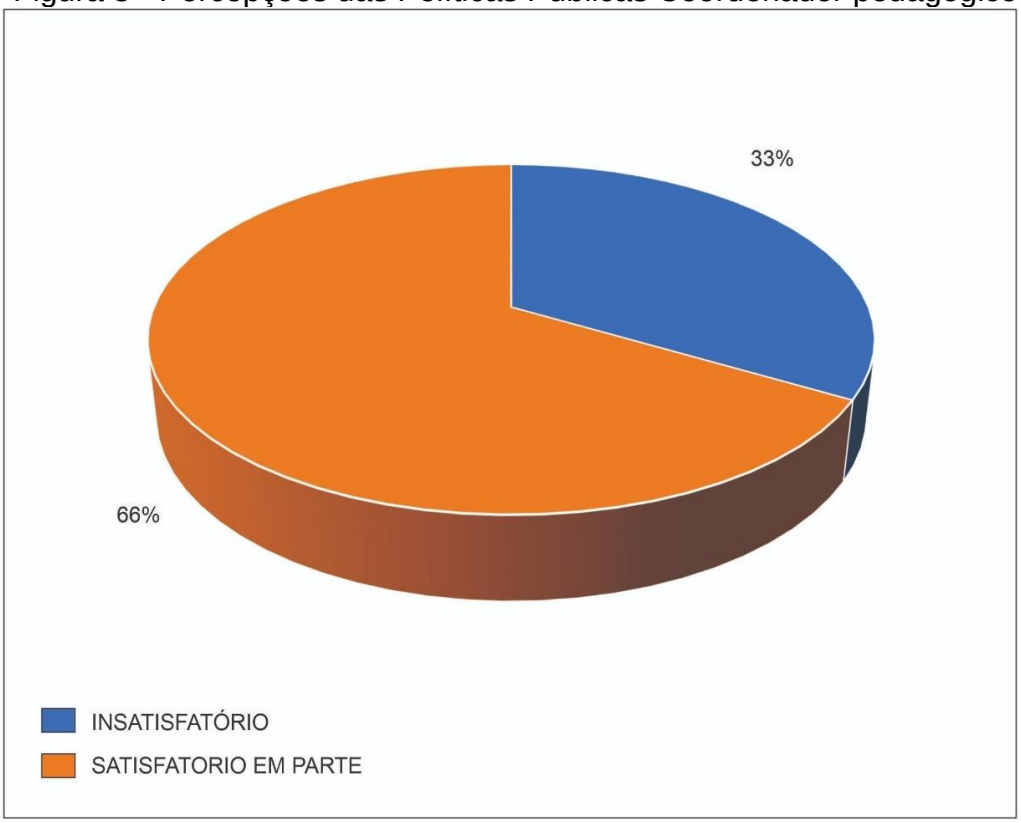
Figura 7 - Percepções das políticas públicas - Coordenador da Educação



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Os docentes apontaram 100% de satisfação.

Figura 8 - Percepções das Políticas Públicas Coordenador pedagógico



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Sobre as percepções das políticas educacionais para a educação especial inclusiva da Secretaria Municipal da Educação no âmbito do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico, apenas dois coordenadores da educação especial inclusiva afirmaram que são satisfatórias, um coordenador pedagógico escolar considerou satisfatória e a grande maioria dos pesquisados relataram que são satisfatórias em parte.

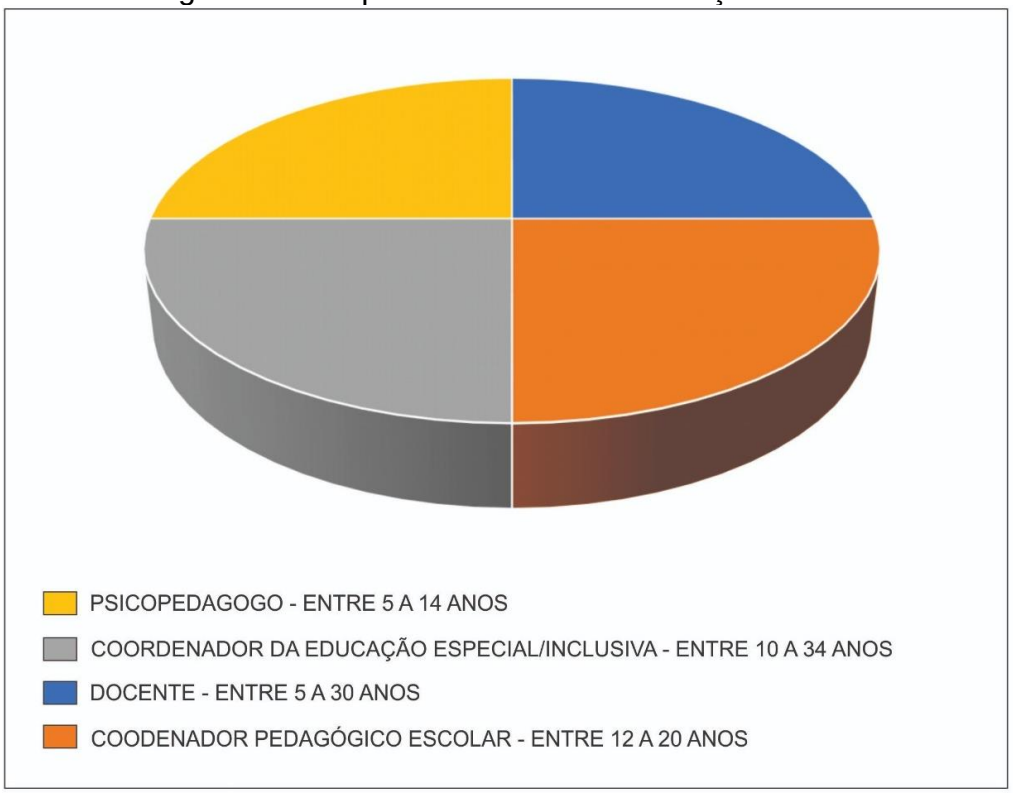
Embora o questionário tenha um cunho de respostas fechadas, alguns pesquisados estenderam seus relatos com justificativas sobre as satisfações multifacetadas das políticas educacionais da educação especial inclusiva, a saber: escassez de profissionais psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais e pedagogo para a formação da equipe multidisciplinar. Necessidade de melhoria da articulação entre o serviço do Núcleo de Apoio Psicopedagógico com as unidades escolares e investimento financeiro para atender as demandas e qualificar os serviços prestados.

Blasko (2020) ao analisar o panorama do serviço psicopedagógico nos sete estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Acre, Rio Grande do

Norte, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul observou-se que há uma carência relevante de psicopedagogos. O Estado do Paraná desponta na frente, pois é formado por 399 municípios, dos quais 202 deles possuem o profissional psicopedagogo atuando no setor educacional da rede pública municipal.

Silva (2016) validou os serviços de apoio ao professor e à comunidade escolar, com a participação de profissionais especialistas em diferentes áreas, voltados ao contexto escolar e suas demandas através da Consultoria Colaborativa Escolar- CCE, prevista na literatura norte-americana. Nesse viés, discute-se que a CCE ainda é pouco explorada no contexto brasileiro em razão do entendimento difuso sobre a concepção do trabalho desses profissionais em contexto escolar, apresentando-se como fruto da política de baixo financiamento da educação no país.

Figura 9 - Tempo de trabalho na Educação Básica



Fonte: elaborado pelo autor: (2022)

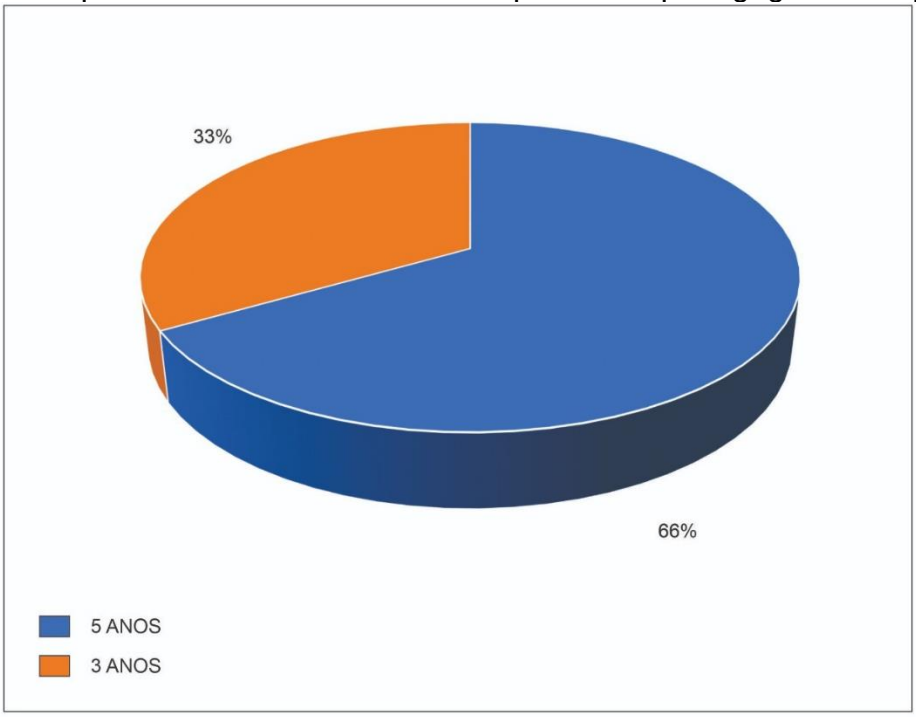
Ametista e cristal demonstraram ter vasta experiência na educação básica e na educação especial/inclusiva. Já Esmeralda afirmou não ter desenvolvido essa atividade antes, mas relatou o compromisso social com as atividades e o aprendizado que adquiriu. As docentes estão na faixa etária entre 44 a 49 anos. Morango e uva relataram vigor para o desenvolvimento das atividades diárias, já a mais experiente

deixou nítida a expressão de cansaço. Para o cargo de coordenador pedagógico escolar temos profissionais com a faixa etária entre 32 a 45 anos.

Esses dados mostraram que os profissionais envolvidos no âmbito educacional estão na faixa etária entre 30 a 57 anos. A mais nova é uma psicopedagoga que tem 5 anos de trabalho e o mais velho tem 20 anos de serviço.

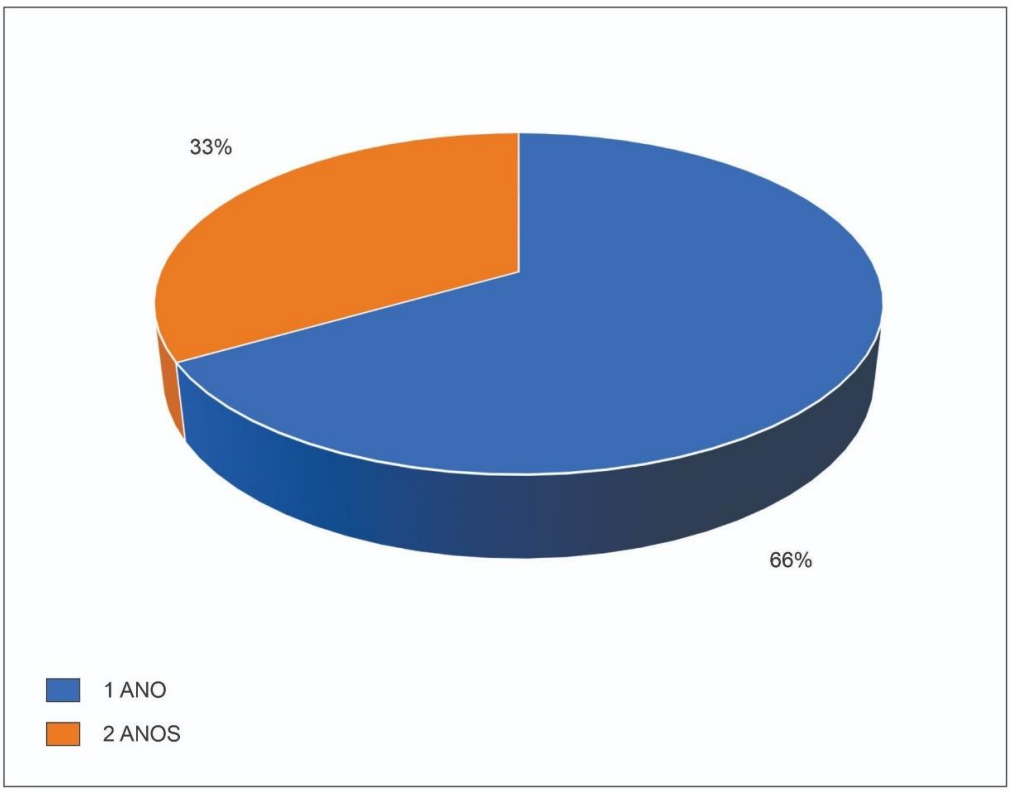
Tendo em vista os dados do Censo Escolar do Ministério da Educação na Educação Infantil a distribuição das idades se concentra nas faixas etárias de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos. No Ensino Fundamental as faixas etárias com maior concentração são as de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos.

Figura 10 - Tempo de trabalho no Núcleo de Apoio Psicopedagógico- NAPp



Elaborado pelo autor (2022)

Figura 11 - Tempo de trabalho no Núcleo de Apoio Psicopedagógico Coordenador da Educação Especial inclusiva



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Sobre o trabalho Institucional do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, destacou-se que um psicopedagogo, (Dália), atua desde a sua fundação, enquanto que Hortência foi nomeada durante três anos para corroborar com o atendimento das demandas. A psicopedagoga Maragarida foi contratada temporariamente para atender algumas demandas da zona rural, pois o concurso público para psicopedagogo não contemplou esse lugar.

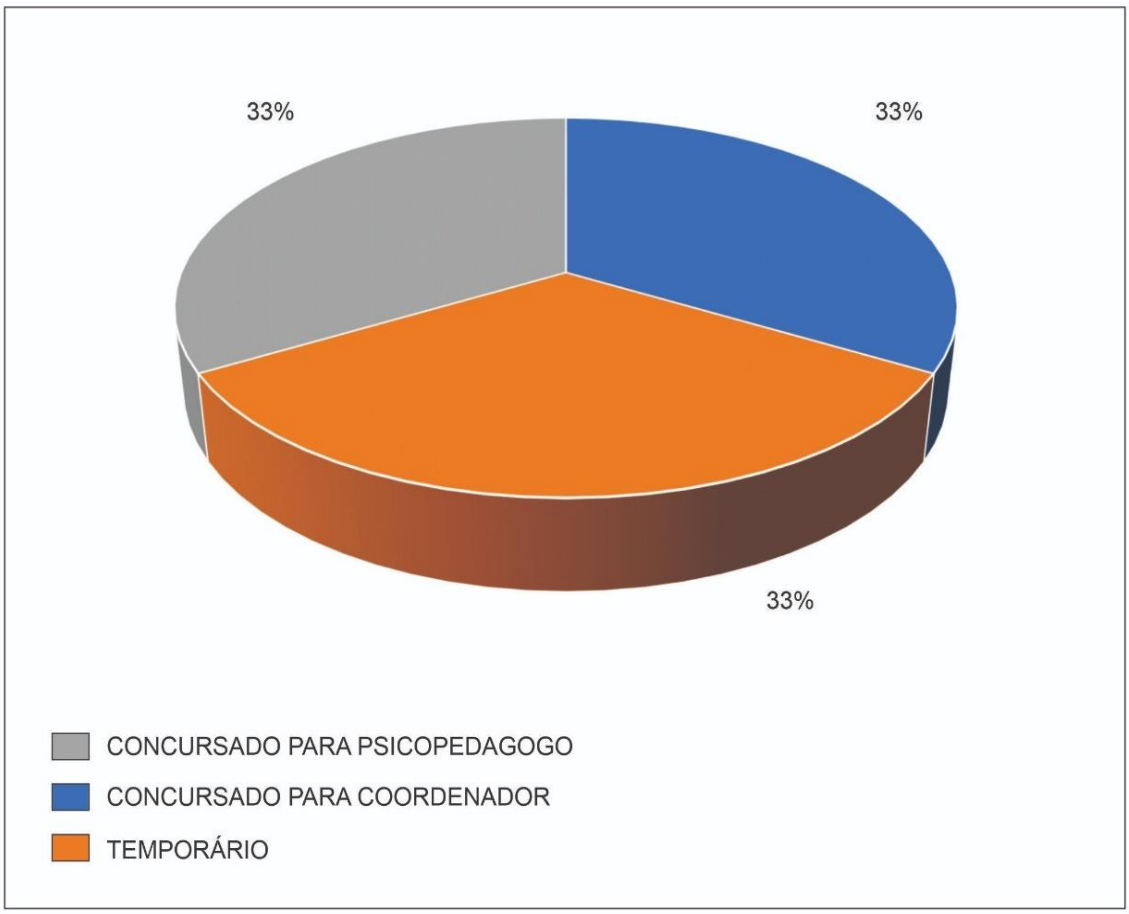
As evidências contribuíram para a sinalização de uma lacuna na formação de profissionais que compõem o Núcleo de Apoio Psicopedagógico. Faltam profissionais para a constituição de uma equipe multidisciplinar que atendam aos anseios e demandas da rede municipal de ensino de Jacobina, no tocante a qualificação dos serviços de inclusão educacional de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.

A Lei de nº 13.146 de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), no Artigo 2º § 1º considera importante a equipe multiprofissional e interdisciplinar para a avaliação biopsicossocial frente aos impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os

fatores socioambientais, psicológicos e pessoais em favor da qualidade da inclusão social.

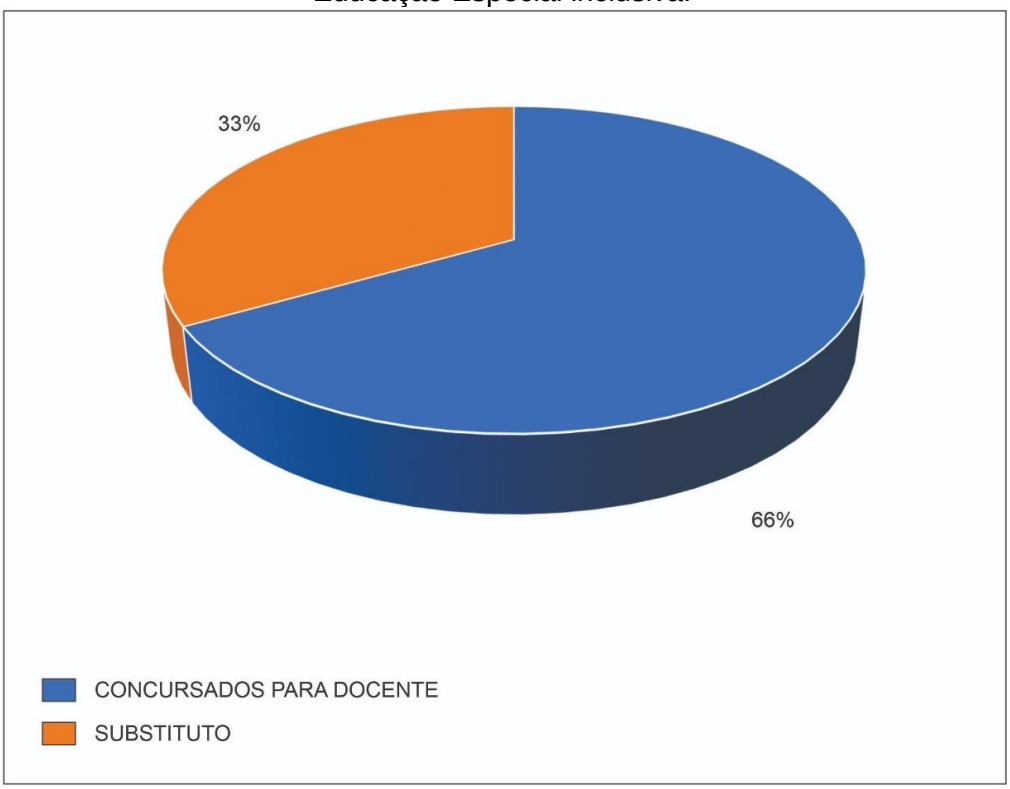
Essas propostas reafirmaram o princípio educacional da equipe multidisciplinar, para corroborar na divisão e no compartilhamento de responsabilidades, com o intento coletivo da resolução dos problemas escolares, a fim de melhorar o ensino ofertado pela escola, as competências profissionais da comunidade escolar e as habilidades que possam responder às dificuldades que emergem nesse espaço.

Figura 12 - Vínculo de contrato de trabalho relacionado a sua atividade



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

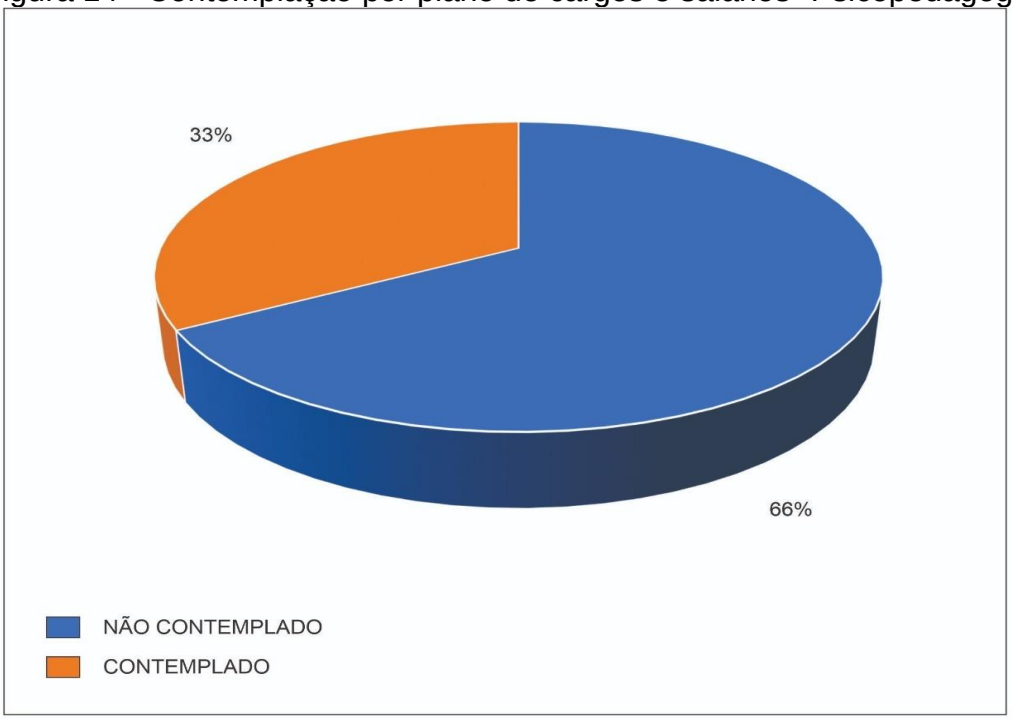
Figura 13 - Vínculo de contrato de trabalho relacionado a sua atividade Coordenador da Educação Especial inclusiva.



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

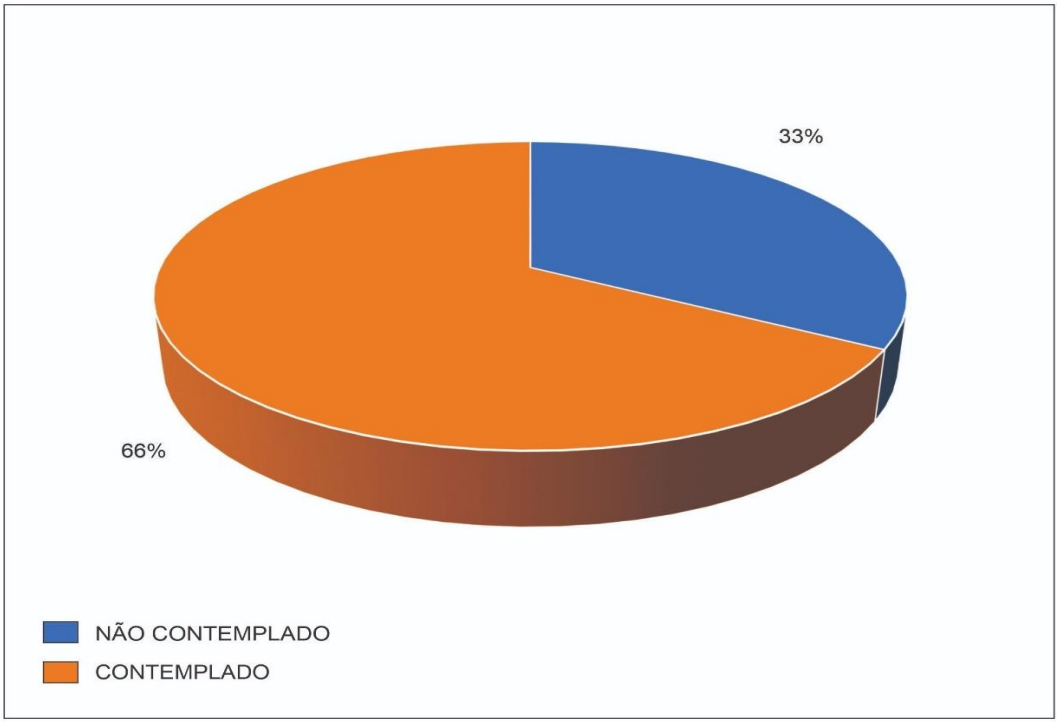
Todos os docentes e coordenadores(as) pedagógicos (as) são concursados(as). Por sua vez, não existe um vínculo direto com o trabalho do Núcleo de Apoio Psicopedagógico- NAPp. Apenas o psicopedagogo (Dália) é concursado para o cargo, os outros dois exerceram atividades por tempo determinado. Isso fragilizou o trabalho Institucional, dadas as possibilidades de um olhar ampliado sobre o sujeito cognoscente que é visto como um ser totalmente inserido em um contexto. Segundo Cezar (2 016) é importante o psicopedagogo compreender o estudante integralmente, desenvolvendo um trabalho de avaliação diagnóstica psicopedagógica em que se procura conhecer o estudante como ele é. Considerando todos os aspectos que o constitui.

Figura 14 - Contemplação por plano de cargos e salários- Psicopedagogo



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Figura 15 - Contemplação por plano de cargos e salários- Coordenador



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Os docentes e coordenadores escolares relataram 100% de contemplação.

Sobre o plano de cargos e salários municipal, os psicopedagogos relataram que ainda não foram incluídos no referido documento, o que inviabiliza a valorização profissional econômica e, sobretudo, social.

As Diretrizes da formação de psicopedagogia no Brasil instituídas pela Associação Brasileira de Psicopedagogia-ABPp, Seção Distrito Federal apresenta o perfil profissional do Psicopedagogo: profissional que estará habilitado para intervir e atuar nos processos de aprendizagem dos indivíduos, grupos, comunidades e instituições. Para além disso, traz a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), inserida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), no ano de 2002, para a psicopedagogia:

> Família Ocupacional 2394-25 dos Programadores, Avaliadores e Orientadores de Ensino, deve assegurar: a) a produção e divulgação do conhecimento científico e tecnológico relacionado com a aprendizagem humana; b) os compromissos éticos e políticos com a Educação de qualidade para todos; c) a articulação com os demais profissionais da Educação e da Saúde para a construção de uma sociedade justa, respeitando a equidade e a diversidade, onde todos tenham o direito ao aprender. (ABPDF, 2010).

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte- CE do Senado rejeitou, a emenda que trata do projeto de regulamentação do exercício da atividade de psicopedagogia. A referida emenda 5 ao PLC 31/2010 previa a diminuição de 600 para 450 horas de duração mínima dos cursos de Especialização na área de psicopedagogia exigidos para que diplomados em psicologia, pedagogia ou fonoaudiologia possam exercer a atividade. Dessa forma a diminuição da carga horária poderia indicar aligeiramento da formação, já que ela é dividida em 75% de aulas consideradas teóricas, o que garante as 450 horas iniciais e mais 25% de atuação supervisionada, que são as 150 horas restantes.

A regulamentação do exercício do psicopedagogo precisa ser institucionalizada com subsídios legais à sua prática profissional, definindo obrigações, direitos e deveres, pois se ela existe de fato, porque não de direito?

6.3 MEMÓRIA DAS ENTREVISTAS

Após a realização das entrevistas, realizou-se o tratamento e análise dos dados angariados, mediante a perspectiva da abordagem do materialismo histórico-dialético,

com o intento de compreender os significados existentes para além da realidade apresentável, em sua totalidade, em favor da construção de novos sentidos para uma realidade transformada.

Foram eleitas três categorias, originadas a partir das questões elaboradas para as entrevistas, do ponto de vista profissional dos participantes, a saber: Compreensão sobre inclusão, Trabalho do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Educação Especial Inclusiva para corroborar na relação: pesquisador-objeto no decorrer de toda pesquisa. Foram criadas subcategorias, considerando que apenas as categorias não são suficientes para a definição da metodologia na investigação. Apesar das categorias serem universais e concretas, não substituem o contato com o conteúdo na compreensão de um objeto, sendo necessário, portanto, que o pesquisador elabore categorias de conteúdo específicas.

Nessa perspectiva, com base nos objetivos específicos elencados, nas questões elaboradas e na apresentação recorrente de determinados assuntos dos dados coletados, foram construídas as subcategorias: Desafios do NAPp para a inclusão educacional, possibilidades do NAPp para a inclusão educacional e relevância da prática profissional.

Sendo importante salientar que a transcrição foi fiel a fala dos sujeitos, visto que, para garantir a fidedignidade das mesmas, os erros comuns e a linguagem coloquial falada foram preservados. A partir desses pressupostos, seguem abaixo as análises por categorias.

6.4 COMPREENSÃO SOBRE INCLUSÃO

Inicialmente os pesquisados foram incitados a falarem sobre inclusão, um prelúdio, para que pudessem trazer as histórias e memórias da inclusão pela perspectiva da compreensão do termo e suas implicações sociais, com tensionamentos para uma cultura educacional inclusiva dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades /superdotação.

Quadro 8 - Análises das entrevistas- Psicopedagogo

Psicopedagogos/ pseudônimos	**Categoria- Inclusão**
Dalia	É por assim dizer o ato de acrescentar ou incluir. Do ponto de vista psicopedagógico, uma pessoa que estava sendo excluída por algum motivo, por alguma característica sua, por alguma deficiência, por alguma limitação.
Hortênsia	Como a própria abrangência da palavra, vai além da deficiência, serve para todos: raça, cor, credo, até no grupo de pessoas adultas, ocorre a inclusão, condição econômica, muitas crianças passam por isso em sala de aula. Inclusão é incluir todos, não apenas as pessoas com deficiência.
Margarida	Inclusão, são várias perspectivas dentro do meu olhar. Incluir tem todo um posicionamento, não é eu pegar uma criança com deficiência ou transtorno e trabalhar com ela igual a uma criança, que não tem. Não é isso. Dentro da perspectiva dela tem possibilidades a serem trabalhadas, assim como as que não têm. A inclusão exige equipe, trabalho e interação com esse indivíduo. Uma criança que tem autismo, vamos precisar interagir com ela. A gente vai precisar olhar dentro da perspectiva do autismo para incluí-la dentro do processo de aprendizagem, de vivência, de socialização, para mim isso é INCLUSÃO. Você observar os benefícios de vida desse indivíduo.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

As falas dos psicopedagogos reverberaram a força que a própria palavra tem, a de incluir todos e todas no contexto social, tendo em vista as especificidades das condições de cada um. Desse lugar de fala a inclusão se potencializa em favor do trabalho em equipe para a interação das pessoas que têm deficiências e transtornos. Claudia Werneck escritora pioneira na disseminação do conceito de sociedade inclusiva, em sua obra “Quem cabe no seu todos? nos provoca a refletir sobre nossas possibilidades de aceitação ou negação do outro, para a identificação do processo de exclusão, sobre aqueles que não participam do processo produtivo, do acesso a bens culturais, saúde, educação, lazer, enfim aqueles que não vivenciam os componentes da cidadania.

Quadro 9 – Análise das entrevistas do Coordenador da Educação Especial Inclusiva.

Coordenador da Educação Especial/Inclusiva pseudônimos	**Categoria- Inclusão**
Ametista	Inclusão é um movimento para todos e todas, o estrangeiro, o filho da prostituta, da psicose infantil, as crianças com fome, anemia falciforme, todo sujeito que demanda um olhar mais atento.
Cristal	Definir inclusão é falar de oportunizar uma dignidade humana, não podemos direcionar ou relacioná-la apenas para o público-alvo da Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, mas para toda pessoa que não tenha acesso ou permanência em diferentes setores da sociedade (educação, trabalho, saúde, cultura...).
Esmeralda	Dera, eu vou tentar trazer na minha fala Vygotsky, ele disse na década de 20, que deve-se trazer possibilidades- eu caminho nessa linha. Todos nós somos especiais, inclusão é esse espaço amplo que busca contemplar todas as potencialidades do indivíduo, a gente sabe falar, mas não sabe fazer, consegue explicar. Quando a gente estuda Educação Especial é diferente do trabalho prático, são tantas barreiras, tantos desafios, é uma coisa que você pensa que sabe, mas se sente impotente, não por não ter conhecimento, mas pelos desafios.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

As coordenadoras da educação especial inclusiva trouxeram relatos que coadunaram com as psicopedagogas, no sentido de incluir todos e todas. Ainda assim, Cristal esclareceu sobre a necessidade de pensarmos na inclusão para além da Política da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Esse fragmento de sua fala nos permitiu trazer à tona que: adentramos o século XXI com a efervescência da inclusão social, com veiculação em massa nas redes sociais, debates, discussões polemizadas, no entanto, ainda urge a necessidade de garantir a inclusão no fazer prático coletivo, que se evidencia nas lacunas da segregação, marginalização, miséria e pobreza. Por outro lado, Esmeralda lembrou de Vygotsky, defende que a inclusão atua como um campo de possibilidades nas interações sociais, em que o sujeito pode dar sentido a sua vida e pode ser autônomo, participativo e ativo na construção desse mundo.

Quadro 10 - Análises das entrevistas- Docente

Docente pseudônimos	Categoria- Inclusão
Morango	É oportunizar todos aqueles, dentro da normalidade que nós chamamos, e não são. É garantir direitos, direitos esses que sejam constitucionais ou não, então quando se inclui, não é pensar só no seguimento, no grupo, mas de uma forma geral. Direitos não só constitucionais, mas, para além disso, tem coisas ocultas que precisam ser garantidas, as vezes a gente se prende no direito, ás vezes quem tá do outro lado se acomoda, “eu já estou garantindo isso. E as vezes o direito constitucional está bem em evidência, mas nós temos coisas ocultas que precisam ser repensadas. Ex: quando eu atendo a criança e deixo de atender a família, eu estou incluindo a criança, mas a família está sendo excluída.
Uva	Inclusão: incluir, receber, aceitar alguma coisa que é do nosso convívio.
Maçã	Incluir as crianças que têm necessidades educacionais, tanto para o desenvolvimento social, quanto escolar, eles podem desenvolver habilidades. Acredito no potencial desses estudantes. Tem uns que vão desenvolver coisas básicas, para uns escovar os dentes é sucesso. Inclusão eu acho que já caminhou um pouquinho, mas falta muito.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Há uma marca nas falas das docentes sobre inclusão, concentrada nas especificidades das pessoas com deficiências e transtornos. A docente morango constituiu uma fala sobre “normalidade” que causou alguns ruídos, segundo a mesma, existem pessoas que são consideradas anormais, mas camufladas pela sociedade, como ditas normais. Nesse sentido, nos chamou a atenção, mediante palavras bem simples, sobre os direitos constitucionais e sua abrangência social, no sentido de favorecer o coletivo de pessoas necessitadas. Veríssimo (2001) discute sobre a inclusão social a partir do desenvolvimento de atitudes afirmativas, públicas e privadas, pela qual a sociedade se adapta para incluir, em seus sistemas sociais gerais, como processo bilateral de mudança de mentalidade e atitudes.

Quadro 11 - Análises das entrevistas- Coordenador Pedagógico escolar.

Coordenador pedagógico escolar. pseudônimos	Categoria- Inclusão
Azul	Inclusão: a primeira palavra, adentrar. Incluir algo que vai ser favorável para todos. Dificuldade para lidar com o outro na prática, não é algo fácil, é muito difícil, por causa da imensidão de pessoas, serem atendidas, por ignorância, por preconceito, depende só de mim.
Branco	Inclusão? Então incluir é você acolher as diversidades. Para incluir a gente não fala de pessoas diferentes. A inclusão requer um olhar diferente, as atividades precisam ser adaptadas. Todas as demandas requerem um olhar diferente, vem do amor, do interior. A maior formação é interna.
Marrom	Inclusão é algo muito abrangente, vem do verbo incluir, é aquilo que a gente não separa.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

A visão das coordenadoras pedagógicas sobre inclusão se relacionou com o acolhimento às diversidades, com vistas para o desenvolvimento da aprendizagem humana em convergência com as políticas de inclusão escolar. A coordenadora azul destacou a dificuldade que temos para lidar com as diferenças, o que incorreu de preconceito e ignorância. Nessa perspectiva, o professor Antonio Nóvoa (2019) nos convidou a pensar sobre a importância dos estudos de casos nas mesas contemporâneas de atividades complementares dos docentes junto aos seus coordenadores pedagógicos, como forma de conjecturar práticas inclusivas, a partir das reais necessidades dos estudantes, para quebrar paradigmas, frente aos modelos engessados impostos nos sistemas de ensino.

Ao associar a inclusão com as concepções dos psicopedagogos, coordenadores da educação especial na perspectiva inclusiva, docentes e coordenadores escolares, mobiliza-se uma gama de expectativas no âmbito conceitual, teórico, prático-metodológico e pedagógico.

Os processos de inclusão foram dimensionados nas categorias social e escolar. A primeira teve vínculo com os processos de inclusão nos diferentes setores da sociedade, já a segunda vinculou-se ao universo escolar.

Emergiu, nesse sentido, um processo de discussão acerca das mudanças que precisam ser implementadas na sociedade, em especial na escola, para a oferta de um ensino de qualidade com inclusão para todos e todas os(as) estudantes.

6.5 TRABALHO DO NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO

Ouvimos os profissionais acerca do trabalho do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, tendo em vista as demandas profissionais relacionadas.

Quadro 12 - Análises das entrevistas- Psicopedagogo

Psicopedagogo	Categoria- Núcleo de Apoio Psicopedagógico
Dalia	Primeira coisa que o NAPp precisa fazer: olhar para o profissional que vai realizar o trabalho psicopedagógico, olhar principalmente pela valorização do seu trabalho e na sequência criar parcerias com a família, com a Escola e principalmente com os alunos que vão nos ajudar a enxergar melhor as situações que necessitam de cuidado.
Hortênsia	O NAPp precisa atualizar o seu projeto, inicialmente quando o projeto foi pensado por nós, o público-alvo era estudantes com transtornos de aprendizagem, focamos no projeto de psicopedagogia. Deveria ser fundido, aberto para pessoas especiais. Ficou como se estivesse dois combos de abrangência, deveria ter um foco só, mas que atendesse os dois públicos. Neste sentido, é preciso implementar um fundo de recursos para o núcleo, não sei como, já deveria ser estipulado um valor.
Margarida	O primeiro passo para o desenvolvimento do trabalho do NAPp é criar ações para alcançar o indivíduo que está ali no processo de aprendizagem. A psicopedagogia e a educação especial inclusiva precisam estar juntas em parceria, não só essas duas áreas, mas outras, para alcançar os alunos e trazer resultados esperados para o desenvolvimento daquela criança.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

As falas dos psicopedagogos(as) ecoaram como narrativas sobre o trabalho do Núcleo de Apoio Psicopedagógico-NAPp, principalmente no que diz respeito às articulações com outras Instituições, famílias, sobretudo, com as Unidades Escolares. Para além disso, versou sobre a necessidade de definir uma proposta formativa que possibilite a ampliação dos serviços demandados, numa conjuntura inclusiva convergente, com vistas para a valorização dos profissionais psicopedagogos.

Quadro 13 - Análises das entrevistas- Coordenador da Educação Especial Inclusiva

Coordenador da Educação Especial Inclusiva	**Categoria- Núcleo de Apoio Psicopedagógico**
Ametista	“Dera” na minha perspectiva o NAPp é um projeto que precisa de um “trampolim”, é preciso identificar quem é o “meu público” e ter um ponto de partida. Trazer profissionais que nos ajudem nos prognósticos: psicólogos, fono, etc. Creio que não seja só de Jacobina. Quem o NAPp vai atender? Será que o NAPp pode atender tudo? Seria o público específico de cada um? Público do AEE com os seus, psicopedagogo também, específico- PSICOPEDAGOGO NÃO TEM POSSIBILIDADE DE ATENDER O PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL- SÃO POUCOS. As Escolas misturam tudo, deficiência com autismo, TOD...
Cristal	Trabalhar com a Educação Especial Inclusiva no NAPp foi uma experiência rica de muitos saberes, embora com muita dificuldade de integração das outras coordenações, inclusive do núcleo de atendimento Psicopedagógico. Trabalhávamos em parceria em alguns eventos e projetos de estudos, apenas. Hoje, já não mais nessa função, percebo que houve uma mudança significativa, ou seja, Coordenação de Educação Especial Inclusiva/Núcleo de Atendimento Psicopedagógico parceiros nas ações. Percebo, porque recebi o convite para atuar em uma sala de AEE e estou recebendo formação continuada e acompanhamento da referida Coordenação.
Esmeralda	O NAPp pode contribuir na própria formação do docente, o professor que tem uma sala cheia, mas tem dois alunos especiais... o Núcleo pode contribuir, fazer com que o professor entenda que ele tem uma Rede de apoio, “o professor não está só” o professor teme muito, ele está muito inseguro, devido a muitas demandas. Eu via dentro do pouco espaço de tempo, uma grande parceria, tem que dar as mãos, havia uma confusão dentro do papel de um e do outro, apesar de serem demandas diferentes, precisa descolonizar olhares.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Emergiu, novamente, a necessidade de articular os serviços do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico com as unidades escolares, principalmente com os profissionais gestores e docentes. Delimitou-se também a urgência para a promoção de uma proposta de trabalho que atenda com mais precisão o público abrangente.

Quadro 14 - Análises das entrevistas- Docente

Docente	Categoria- Núcleo de Apoio Psicopedagógico
Morango	Pelo período que estou trabalhando em Jacobina, claro que há avanços no Núcleo de Apoio Psicopedagógico, não está como NÓS desejamos, porque é um processo e processo passa por todo esse caminhar, mas tem melhorado bastante, tem contribuído, claro, que precisa ter um olhar melhor, a demanda é grande, cada dia a gente se surpreende com crianças que precisam desse atendimento e talvez A FALTA DE PROFISSIONAIS impede esse avanço mais rápido.
Uva	"Dera" o Núcleo desenvolveu atividades de formação com os professores que foram excelentes, mas não estou vendo esse ano, coloca o mediador para ficar com a criança. Não tenho orientações, preciso de atividades adaptadas para os alunos especiais.
Maçã	A questão primordial é que o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico tem muita demanda para poucos profissionais, falta Assistente Social, monitores, um espaço mais adequado, algumas precariedades, além disso nós docentes não temos um tempo para dialogarmos com o Núcleo.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Essas exposições dos docente levaram à reflexão sobre a necessidade de diálogo com o Núcleo de Apoio Psicopedagógico, a falta de equipe multiprofissional, mas, também sobre a importância que o mesmo tem para a Rede Municipal de Ensino.

Quadro 15 - Análises das entrevistas- Coordenador Pedagógico Escolar

Coordenador Pedagógico Escolar	Categoria- Núcleo de Apoio Psicopedagógico
Azul	O NAPp precisa de sensibilização e mobilização, Escola x NAPp, não tem que ser algo eventual, não só por datas. O Núcleo tem a capacidade e a responsabilidade de mobilizar a Rede Municipal de Educação. Eu acho que falta mais comunicação, mais diálogo. EU ACHEI QUE NEM EXISTIA MAIS, ESSE ANO EM ESPECÍFICO. Com a chegada dos mediadores, o que me deixa muito inquieto, só se preocupa com o AEE.
Branco	O Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Jacobina é um marco, estou trabalhando há sete anos nessa cidade e percebo o quanto os docentes, coordenadores e alunos sentem-se apoiados. A fragilidade é que precisa de mais profissionais. Temos uma demanda grande, principalmente nos bairros vulneráveis.
Marrom	Uma das primeiras coisas que acho que tem que ter no NAPp é o atendimento clínico, só o Institucional não atende, os dois precisam ter, lógico que o clínico abrange outras coisas, tem que ter recursos e uma parceria muito boa com a Escola. Uma outra coisa que percebo é que a partir dessa parceria é entender o que são as dificuldades de aprendizagem e educação especial, cada uma tem suas especificidades.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

As coordenadoras pedagógicas escolares expressaram pensamentos que impulsionam o trabalho do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, no entanto, salientaram sobre a importância da construção dialógica frente, mais uma vez, a organização do seu projeto de trabalho.

Esse recorte de vozes dos profissionais sobre o Núcleo de Apoio Psicopedagógico-NAPp povoou sentimentos sobre o trabalho diário do espaço que

cada um ocupa, incorporando a pesquisa à vida, dentro dos estratos sociais que clamam pela construção de políticas e práticas significantes. Coadunou com as concepções do Código de Ética do Psicopedagogo no Parágrafo 1º que relata sobre a Educação e Saúde como campo de atuação da psicopedagogia em favor do processo de aprendizagem.

Nessa direção, vimos que o Núcleo de Apoio Psicopedagógico participa como elemento propulsor nas definições das funções profissionais frente ao ato pedagógico de aprender. Corrobora com as unidades escolares, principalmente nas situações de insucesso escolar, mobilizando condições pedagógicas para intervenção e valida o espaço profissional do psicopedagogo, que é considerado hoje, o profissional do futuro, com vistas para melhorar os mecanismos de aprendizagens de crianças e adolescentes.

As lacunas apresentadas no trabalho do referido núcleo lançaram um olhar horizontal aos poucos recursos humanos, econômicos e sociais no gerenciamento das políticas públicas, que concernem para a analogia de um deserto institucional e nos levam para um enfrentamento social de luta e superação das desigualdades construídas para garantir o privilégio de existir. O Código de Ética do Psicopedagogo, parágrafo 3º, ratifica que: a atividade psicopedagógica tem como objetivo, dentre outros: promover a aprendizagem, contribuindo para os processos de inclusão escolar e social. Urge a necessidade de potencializar os serviços da Instituição frente a ótica interdisciplinar da área psicopedagógica com a educação especial inclusiva, de atuação preventiva nas escolas, nos cursos de formação, auxiliando o professor nas condições de aprendizagem dos estudantes.

Neste ínterim, é importante discutirmos sobre as competências, atitudes e habilidades propostas no Projeto de Lei 3124/97 da Comissão de Regulamentação e cursos da Associação Brasileira de Psicopedagogia ABPp, que trata especificamente das intervenções psicopedagógicas no processo de aprendizagem e suas dificuldades, tendo por enfoque o sujeito que aprende em seus vários contextos: da família, da educação (formal e informal) da empresa, da saúde.

Os profissionais foram estimulados a falar um pouco sobre a educação especial inclusiva no tocante ao trabalho desenvolvido no Núcleo de Apoio Psicopedagógico-NAPp em favor do diálogo sobre as demandas encaminhadas e a efetividade dos serviços prestados.

Quadro 16 - Análises das entrevistas- Psicopedagogo

Coordenador Pedagógico Escolar	Categoria- Educação Especial Inclusiva
Dália	A Educação Especial Inclusiva só será efetivada através da coordenação pedagógica e de outros agentes, dos professores, da própria direção, tem que haver integração entre vários atores, das várias Instituições que fazem parte da Instituição Escolar, começando pela Secretaria de Educação.
Hortênsia	O público da educação especial é um público fragilizado emocionalmente, o psicopedagogo pode ajudar na orientação do professor no desenvolvimento das atividades pedagógicas, que corroboram no desenvolvimento cognitivo. Sobre o trabalho do Núcleo de Apoio Psicopedagógico com a educação especial inclusiva, na verdade, o diálogo só acontecia quando tinha algum encaminhamento, quando precisava de mediador, apesar de trabalharmos na mesma secretaria, o diálogo só acontecia quando tinha encaminhamento, ou quando tinha programação em Rede, quando erámos convidadas.
Margarida	Nós trabalhamos com a Educação Especial Inclusiva, mas de fato poderíamos ter ampliado o DIÁLOGO, estreitar mais os laços, pois são duas áreas que podem desenvolver ações conjuntas, poderiam ter fortalecido para o alcance maior. Então, se quisermos que a psicopedagogia e a educação especial inclusiva cresçam é preciso não pensarmos nas nossas caixinhas.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Os relatos de Dália foram acerca do trabalho atual do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, uma vez que exerce o cargo de psicopedagogo com vínculo efetivo. Suas concepções a respeito da Educação Especial Inclusiva foram baseadas na integração das instituições e seus profissionais.

Hortênsia e Dália atuaram no NAPp e sinalizaram sobre a distância entre a psicopedagogia e a educação especial inclusiva, uma vez que o trabalho era separado, os psicopedagogos lidavam com as dificuldades de aprendizagem e o coordenador da educação especial inclusiva com os estudantes que têm deficiências e transtornos, por isso o diálogo ficava limitado e o trabalho fragmentado.

Crahim (2018) nos alerta sobre o NAPp enquanto equipe multiprofissional formada por pedagogos, psicólogos e especialistas em psicopedagogia, sustentando, assim, um fundamento muito importante da equipe que é um olhar diferenciado, que garante a diversidade do pensamento, cujas interfaces são entrelaçadas pela psicopedagogia, que é uma área comum, permitindo e facilitando a interdisciplinaridade durante os atendimentos.

Quadro 17 - Análises das entrevistas- Coordenador da Educação Especial Inclusiva

Coordenador da Educação Especial Inclusiva	**Categoria- Educação Especial Inclusiva**
Ametista	Atualmente o Núcleo de Apoio Psicopedagógico trabalha com as demandas recebidas. O que mais nos preocupa é colocar o deficiente para o psicopedagogo atender. Faço a filtragem, faço o estudo de caso ... Nós temos um encontro mensal e estabelecemos uma interlocução conforme as demandas e todos os casos encaminhados ao psicopedagogo passam por mim.
Esmeralda	A coordenadora da educação especial fazia os encaminhamentos para os psicopedagogos no Núcleo de Apoio Psicopedagógico e como já disse: o professor precisa se sentir apoiado, acolhido.
Cristal	Atualmente estou atuando em uma sala de Atendimento Educacional Especializado-AEE e percebo o avanço do Núcleo de Apoio Psicopedagógico frente a Educação Especial, uma vez que, os laços formativos e sociais se integraram mais com a proposta da inclusão.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Ametista atua no NAPp e relatou que o formato de trabalho está diferenciado, ainda assim, há dificuldade para que o psicopedagogo atenda aos estudantes com deficiências e transtornos, o que é bem reflexivo, pois o trabalho da referida Instituição é de base psicopedagógica e integra em seus objetivos a intenção de corroborar para que os estudantes com necessidades educativas especiais sejam incluídos nos seus processos de ensino e aprendizagem escolar.

Cristal reconheceu a importância que o Núcleo tem para a Rede Municipal de Ensino de Jacobina e demarcou os avanços frente as ações implementadas, enquanto que Esmeralda focou na necessidade de a Instituição acolher os docentes frente as especificidades formativas inerentes ao trabalho de inclusão educacional dos estudantes com deficiências e transtornos.

Quadro 18 - Análises das entrevistas- Docente

Docente	Categoria- Educação Especial Inclusiva
Morango	A gente vê muito discurso, até da Secretaria, já estou garantindo a vaga no regular... às vezes a família passa por outas dificuldades, e você precisa ir por outros caminhos, buscar Assistente Social... não basta chegar à Escola e ter a matrícula. O NAPp tem acompanhado a Escola, pelo menos os mediadores que traz esse cuidado, mesmo eles não tendo a formação. O Núcleo tem esse olhar para esses profissionais. O NAPp vem à Escola, dá orientações, tem melhorado sobre a Psicopedagogia X inclusão, sim. Seria muito importante se cada unidade tivesse esse profissional, o professor tem muita dificuldade em lidar com essas questões.
Uva	Esse ano teve uma live do NAPp dando orientações e disponibilizando a sua presença, os professores reclamando porque o psicopedagogo atendia durante o dia, agora atende à noite, a maior demanda é durante o dia, os pais da zona rural não têm como trazer.
Maçã	O Núcleo nos ajuda com formação e orientações sobre o aluno com deficiência, mas a gente não tem um tempo para dialogar com o NAPp e muitas vezes os estudos de casos ficam sem feedback.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

O recorte das falas reverberou sobre as lacunas que os serviços do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico apresentam na comunidade escolar, uma vez que, deixa demarcado a ausência de uma conjuntura profissional que atenda as demandas escolares com mais precisão, com vistas para o diagnóstico e prognóstico das dificuldades escolares e ou necessidades educativas específicas, que possibilitem a inclusão educacional de todos e todas.

Quadro 19 - Análises das entrevistas- Coordenador Pedagógico Escolar

Docente	Categoria- Educação Especial Inclusiva
Azul	No momento não estou tendo diálogo com o NAPp. Em outros tempos já tivemos um bom diálogo, estávamos tendo bons resultados, atendiam os alunos que têm deficiências e com dificuldades. Agora o psico vem à noite e não tem como os pais acompanharem.
Branco	O diálogo com o NAPp é bom, o trabalho ajuda, embora os recursos sejam poucos, precisamos intensificar os estudos sobre as deficiências e transtornos.
Marrom	Antes esse trabalho era bom, agora está muito distante eu não recebo a devolutiva, as crianças da Educação Especial são atendidas na SEMEC, eu não recebo a devolutiva...

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

O trabalho do coordenador pedagógico é a base articuladora para o bom desenvolvimento das ações escolares, o diálogo com os profissionais que integram o Núcleo se faz necessário para apoiar os estudantes com deficiência, ou transtornos globais do desenvolvimento e outras especificidades de ensino e aprendizagem.

Quando há uma ruptura nesse diálogo, as práticas inclusivas se engessam e o trabalho fica estagnado no âmbito teórico.

Em linhas gerais, os dados evidenciados pelos profissionais demonstram que o Núcleo de Apoio Psicopedagógico é um projeto diferenciado que gesta força e inovação para a Rede Municipal de Ensino do Município de Jacobina, porém, apresenta fragilidades, que podem ser ressignificadas. Cristal vem expressando essa evidência e Barbosa e Souza (2010) acresce nossas discussões, quando afirma que: Se precisamos aprender o novo é porque não o conhecemos; se não o conhecemos, teremos dificuldades para operacionalizar com ele; então, precisamos enfrentar essas dificuldades para aprender.

As falas se avolumaram frente a ausência de diálogo e trabalho de equipe articulada entre os pares que constituem o Núcleo de Apoio Psicopedagógico com os profissionais das unidades escolares e a comunidade externa. Um diálogo propositivo, com vistas para a formação docente continuada, os estudos de casos, as intervenções psicopedagógicas, sobretudo o planejamento pedagógico do ano letivo e as ações práticas inclusivas do dia-a-dia da sala de aula. Dialogar com as contribuições da dialética, que, ao oportunizar o encontro entre teoria e prática, possibilita o tensionamento e a compreensão da realidade estudada e sua transformação.

Esses dados se aproximaram com o estudo de Silva (2016), em que o objeto foi a atuação de uma equipe multiprofissional formada por: três fonoaudiólogas, três psicólogas e uma pedagoga, que atuavam em cinco escolas de uma rede municipal de ensino do interior do estado de São Paulo. Nas entrevistas realizadas os participantes que compunham a equipe multiprofissional relataram não haver trabalho articulado entre seus componentes. Uma participante relatou não se sentir parte de uma equipe, a fala da mesma foi: "não temos horários em comum para refletirmos sobre as nossas ações e as ações que são realizadas nas outras escolas” (EIPsic2).

Portanto, essas atividades não se configuram como trabalho de equipe, compreendida nos dizeres de Garcia (1994) como sendo um conjunto de indivíduos com diferentes profissões e diferentes campos de saber, formações e percursos diferentes, que se encontram dentro de um determinado espaço e contexto, reunidos no mesmo espaço. Entender o multiprofissionalíssimo como ação separada entre as áreas do saber, dificulta o estabelecimento de relações produtivas, fragmenta as ações e o entendimento dos sujeitos pertencentes a esse espaço, dificultando até mesmo o sentido de pertencimento (GARCIA, 1994).

Diante de tal cenário e dos aspectos que permeiam a práxis psicopedagógica do Núcleo de Atendimento, é possível pensar na dicotomia que se estabeleceu entre a educação especial inclusiva e os serviços psicopedagógicos, atentando para o importante papel da Psicopedagogia no Brasil, que tem se firmado como ciência pelo relevante serviço que lhe outorga no campo dos estudos no que se refere ao fenômeno de aprender, distanciando-se do pensamento superficial e desintegrado para assumir uma nova postura frente às intervenções humanas em seu espaço de vivência, nas manifestações educativas e na complexidade da aquisição das aprendizagens, tendo como centro de suas inquietações as relações do ser humano com os objetos de conhecimento, buscando a compreensão destas aquisições e da forma de concebê-las, na perspectiva de problematizar o saber em sua dimensão legítima da apropriação. Smolareck (2017).

Na pesquisa do referido autor foram lançadas inquietudes sobre as práticas psicopedagógicas e o Atendimento Educacional Especializado numa perspectiva inclusiva que balize o espaço de atuação do profissional da psicopedagogia em educação especial, no sentido de oferecer-lhe diretrizes protocolares que possam guiá-lo em sua atuação num contexto multiprofissional, dada a especificidade das deficiências e o necessário repertório teórico-metodológico para que se potencialize, pelo atendimento nas salas de recursos multifuncionais.

Assim, percorrer esta via de reflexão mobilizou uma gama de alinhamentos pedagógicos e psicopedagógicos que acalorou o processo de discussão acerca das políticas públicas que favoreçam mudanças que devem ser implementadas no Núcleo de Apoio Psicopedagógico, no intuito de oferecer um trabalho com mais qualidade para todos os estudantes.

6.6 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Para aprofundar o conhecimento da pesquisa, estabelecemos um diálogo sobre o Núcleo de Apoio Psicopedagógico frente os desafios da Educação Especial Inclusiva dos estudantes com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento.

Quadro 20 - Análises das entrevistas- Psicopedagogo

Psicopedagogo	Categoria- Desafios do Núcleo de Apoio Psicopedagógico
Dália	Os desafios podem estar justamente na parte da sociedade que é considerada já incluída, porque essa parte da sociedade tem uma série de limitações, para aqueles que vão ser incluídos, e a principal delas é o preconceito, a discriminação, que devem ser trabalhadas no público, já incluído.
Hortênsia	Primeiro caminho é o diálogo, desmistificar o trabalho do psicopedagogo, o papel não é tirar o aluno da sala, mas, ajudar o professor no planejamento da aula para incluir o aluno. Construir essas ações para ajudar.
Margarida	Em se tratando do trabalho meu olhar é que temos muitos desafios, um deles é a interlocução do diálogo, principalmente com outras áreas profissionais que corroboram com as crianças que têm deficiências, o olhar do fono, psicólogo, pediatra e neuro, potencializa o trabalho. Outro desafio é o processo familiar, de como o desenvolvimento extraescolar pode acontecer, de como deve ser feito, como ter esse cuidado, e, claro o diálogo com a Escola. Então: esses três: Escola, família e afinco com outras áreas.

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Na ótica dos psicopedagogos a lacuna dialógica surgiu novamente entre os profissionais do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico com os profissionais escolares e a articulação com a famílias, acrescendo dois grandes desafios para a referida Instituição.

Cabe destacar o relato de Dália sobre o preconceito, justamente por aqueles que se sentem incluídos na sociedade. Embora estejamos no Século XXI em que tantos avanços foram evidenciados na educação especial inclusiva, especialmente para a quebra de paradigmas de exclusão, ainda vivenciamos constantemente práticas de exclusão.

Evidenciamos também a fala de Hortênsia sobre a desmistificação do trabalho do psicopedagogo. É necessário refletirmos sobre a importância do psicopedagogo, principalmente no ambiente escolar inclusivo, em prol da condução da criança com deficiências e transtornos. No Brasil, a psicopedagogia começou a ser difundida na década de 80 do século XX, através de profissionais que se voltaram para o estudo das causas e intervenções dos problemas de aprendizagem (BARROSO DE JÚNIOR, 2012).

Atualmente, as discussões sobre a psicopedagogia e o psicopedagogo emergem em favor do estudo para a compreensão de como as pessoas constroem o conhecimento. Está voltada para a educação e atuará tanto nos processos de aprendizagem como nos aspectos cognitivos, emocionais e corporais. Para além disso, age tanto no processo normal do aprendizado como na percepção de

dificuldades, no diagnóstico e na interferência do planejamento das instituições e, ainda na intervenção (BARROSO DE JÚNIOR, 2022).

Quadro 21 - Análises das entrevistas- Coordenador da Educação Especial Inclusiva

Coordenador da Educação Especial Inclusiva	Categoria- Desafios do Núcleo de Apoio Psicopedagógico
Ametista	Sem nenhuma dúvida em Jacobina é o capacitismo em nós mesmos, no outro, nas famílias. Os esquemas mentais cristalizam. Ainda falta: formação de profissionais no AEE; manter uma formação continuada em serviço. Três pilares estão ligados: Metodologia atitudinal, comunicacional e acessibilidade.
Esmeralda	O psicopedagogo contribuir na própria formação docente, no projeto pedagógico da escola. Corroborando com as práticas de sala de aula, fazendo o professor compreender que ele não está só.
Cristal	Então, os maiores desafios que encontramos na Escola ou em uma sociedade que não avançou no sentido da inclusão, é o de repensar suas regras, modo de atuar, algumas práticas naturalmente excludentes, que consideram que as diferenças existem em alguns e não em todos. Além das dificuldades de estrutura física adequada nas escolas, falta de afetividade e empatia de alguns professores. A visão de que os alunos com transtornos e ou/deficiências não são alunos de toda comunidade escolar e sim da professora do AEE e dos mediadores em sala de aula. Mas, seguimos em busca de promover a dignidade humana "de/para TODOS".

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

As falas do ponto de vista do coordenador da educação especial inclusiva esboçaram novamente o preconceito presente em nossa sociedade. Ametista despontou com o capacitismo, que consiste na crença de que pessoas fisicamente aptas são superiores às pessoas com deficiência. Segundo, Camargo (2019). parte-se do princípio de que pessoas com deficiência possuem um “nível de classe secundário”, sendo consideradas inferiores por seus pares sem deficiências, originando atitudes prejudiciais e comportamentos excludentes fundamentados na deficiência, independentemente de sua origem (física, intelectual, sensorial). Campbell (*apud* CAMARGO, 2019) aprofunda essa discussão em favor da análise do capacitismo frente a incorporação profunda e subliminarmente dentro da cultura. Devido à postura dominante de pessoas que são consideradas "normais" na sociedade, criam uma conotação ruim para àqueles que não se encaixam no molde de normalidade socialmente prescrito.

Cristal traz desafios importantes para potencializar a inclusão educacional, tais quais: a afetividade, esta que é a base da interação humana para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem Wallon (1975). Essa relação perpassa pelo

reconhecimento das diferenças. É preciso reconhecer as diferenças que despontam. Chamar a criança pelo nome, mostrar que ela tem visibilidade no grupo pelas suas diferenças, propor atividades que mostrem essas diferenças com demonstração de sua expressividade.

Outro ponto importante é o comprometimento social de todos os profissionais da educação, sem distinção de cargos docentes, com uma visão macro, de que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e demais modalidades educativas, prestando atendimento educacional especializado (AEE) aos estudantes com necessidades educacionais especiais - com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mediante a oferta de serviços e recursos específicos, com o apoio de professor especializado. Essa proposta está evidente na base legal dos documentos referentes e bem delineada no ato normativo da Coordenação da Educação Especial do Estado da Bahia (2022).

Quadro 22 - Análises das entrevistas- Docente

Docente	Categoria- Desafios do Núcleo de Apoio Psicopedagógico
Morango	O desafio é o de incluir mesmo, entender que aquela criança não está ali só pelo direito, é preciso compreender que além do direito ela é um ser humano.
Uva	Dera eu não estou vendo esse ano o trabalho do Núcleo com os professores, coloca o mediador para ficar com a criança, não tem orientações, eu preciso de atividades adaptadas... Então esse é o desafio, orientar o professor para trabalhar com as crianças que têm transtornos, alguns que ficam agressivos, tem que saber falar, saber chegar...
Maçã	Dialogar com os profissionais do NAPp, principalmente os psicopedagogos, para nos ajudar a intervir nas questões das dificuldades.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Na visão docente os desafios apareceram a priori pela formação humana, para além dos direitos institucionais, isso nos fez perceber o quanto Paulo Freire e sua teoria continuam vivos em nós, nas aspirações e práticas educativas, pois as mesmas são construídas com o movimento humano, com o sujeito interagindo na sociedade, reclamando os seus direitos de cidadão, construindo a história dos excluídos em processo de superação. Em síntese, não é possível pensar uma teoria pedagógica que não esteja atrelada à compreensão que se tem do homem e do mundo (FREIRE, 1967, p. 124).

O diálogo, as orientações e acompanhamentos pelos profissionais do NAPp para os profissionais das unidades escolares, apareceram novamente, neste caso

específico, para os docentes identificarem as necessidades específicas do educando possibilitando melhoria na sua inserção no processo de escolarização, desde a educação infantil, ao longo do seu percurso escolar.

Quadro 23 - Análises das entrevistas- Coordenador Pedagógico Escolar

Coordenador pedagógico escolar.	**Categoria - Desafios do Núcleo de Apoio Psicopedagógico**
Azul	São as condições de trabalho, as demandas são altíssimas.
Branco	Diálogo entre os pares.
Marrom	Articulação com as famílias, alguns pais não entendem o trabalho do NAPp.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Assim, entendeu-se que a própria constituição do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico foi um grande desafio para o Município de Jacobina, uma vez que este, situa-se em uma sala da Secretaria Municipal da Educação com espaço e acessibilidade limitada e um número reduzido de profissionais, em específico psicopedagogo, já que a Instituição prima pela ciência psicopedagógica para qualificar os serviços educacionais da Rede Municipal de Ensino.

Nessa seara, observamos que urge a necessidade do trabalho coletivo dos representantes políticos para o desenvolvimento de ações em prol da realização de concurso público na área da psicopedagogia para mudar o cenário atual apresentado.

Evidenciou-se a importância do comprometimento dos representantes políticos, os quais podem deliberar para a criação de cargos, funções, projetos e leis que contribuam para a realização de concursos públicos, para regulamentação da profissão e fortalecimento da Psicopedagogia no Brasil. Conforme os representantes da Comissão de regulamentação (ABPp, 2019) os deputados federais informaram que se os municípios criarem o cargo de psicopedagogo, mesmo sem a regulamentação do cargo a nível nacional, ele tem validade e fidedignidade.

A falta de recursos financeiros destinados diretamente para o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico inviabiliza sua autonomia funcional. Dada a condição de que o FUNDEB, mesmo com as novas formulações, versado em Novo FUNDEB não destina verbas para atender às Instituições psicopedagógicas. Côrtes (2011) discutiu sobre o apoio político para a inserção do profissional psicopedagogo nas instituições educacionais, o assessoramento aos professores e o desenvolvimento do trabalho em equipe, bem como a necessidade de dar continuidade ao trabalho psicopedagógico já iniciado. Destaca-se também os desafios encontrados, como a

falta de esclarecimento quanto ao papel da Psicopedagogia Escolar, a necessidade da regulamentação da profissão e a falta de espaço e estrutura para os psicopedagogos desenvolverem as atividades nas instituições educacionais.

A partir das categorias construídas, foram eleitas as subcategorias: possibilidades do NAPp para lidar com a educação inclusiva, estratégias pedagógicas significativas para o NAPp e relevância da prática profissional, considerando as principais concepções que respondem as questões levantadas na pesquisa, tendo em vista a convergência dos pontos similares e muitas vezes repetitivos.

No percurso das entrevistas apareceram valiosos relatos sobre as possibilidades de trabalho do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, ao falarem sobre os desafios, demarcaram também algumas possibilidades, que ocasionaram múltiplas reflexões e novos direcionamentos sobre a temática do estudo.

6.7 POSSIBILIDADES DO NAPp PARA LIDAR COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Para os três psicopedagogos o Núcleo de atendimento Psicopedagógico pode desenvolver, o que consideraram primordial para a melhoria da qualidade educacional, que é a formação continuada para os docentes e coordenadores pedagógicos sobre a educação especial inclusiva, tendo como princípio os fatores socioemocionais, consideráveis para o sucesso do trabalho de interlocução do ensino e aprendizagem.

Na LDBEN/1996, em seu artigo 59, inciso III, estabelece “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado [...]” (BRASIL, 1996). Já no Decreto nº 7.611/2011 estabelece a “formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem [...]” (BRASIL, 2011, Art. 5º, § 2 o, inciso IV).

Quadro 24 - Análises das entrevistas- Psicopedagogo/ principais falas

Psicopedagogo	Subcategoria- Possibilidades do NAPp para lidar com a Educação Especial Inclusiva
Hortênsia	A gente lembra de muitas crianças que foram atendidas, dos relatos das famílias e de quando íamos transpor os relatos para os profissionais e eles diziam não saber de algo tão fundamental para o ensino e a aprendizagem. Pela falta de empatia eles não consideram os fatores socioemocionais relevantes para o sucesso da aprendizagem, que se restringe a parte técnica do processo. A formação continuada instituída pelo NAPp pode desmistificar isso.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Os coordenadores da Educação Especial Inclusiva acreditam no Núcleo de Apoio Psicopedagógico, dada a relevância da psicopedagogia no sentido de corroborar para atender as especificidades de ensino e aprendizagem de cada aluno, de modo que consigam avançar no processo educacional. Esses novos modos de ensinar e aprender vão rompendo com a racionalidade excludente que se encontra enraizada no cotidiano escolar (JARDIM, 2014).

Quadro 25 - Análises das entrevistas- Coordenador da Educação Especial inclusiva/ principais falas

Coordenador da Educação Especial Inclusiva	Subcategoria- Possibilidades do NAPp para lidar com a Educação Especial Inclusiva
Ametista	Eu acredito que a psicopedagogia traz um olhar muito holístico da educação, vai analisar como diminuir as barreiras, ajudar com novos projetos que enfoque as necessidades de aprendizagem do sujeito na Escola.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

As questões apontadas pelos docentes com relação as possibilidades do NAPp para lidar com a educação especial foram direcionadas para a desmistificação dos diagnósticos dados aos estudantes e a necessidade de inclusão de todos e todas.

Chistofari (2015) estudou práticas educativas, considerando a medicalização como ferramenta que transforma em doenças as ações humanas cotidianas. Ela afirma que os incidentes na escola destacam o costume de inventar doenças para explicar por que os alunos não estão aprendendo.

Para desmistificar essas concepções apoiou-se no pensamento foucaultiano, sobretudo na relação com a estratégia constitutiva de subjetividades pelos discursos, com investimento na dimensão histórico-conceitual, problematizando esse processo. E conclamou a escola para uma análise mais abrangente e contextualizada das categorias consideradas como problema de aprendizagem, para que os estudantes que não respondem de forma adequada aos saberes que a escola estabelece e não

se enquadram em relação aos comportamentos determinados como adequados, não deem evidência à diagnósticos precoces e difusos capazes de produzir o fracasso escolar, influenciando os modos de ser e de aprender como fator preponderante da exclusão social.

Quadro 26 - Análises das entrevistas- Docente/ principais falas

Docente	**Subcategoria- Possibilidades do NAPp para lidar com a Educação Especial Inclusiva**
Uva	Na verdade (...) deixa eu te dizer, eu trabalhei com um aluno como se fosse disléxico, fazia joguinhos... depois de um tempo a mãe, foi me procurar gostou do meu trabalho, eu recomendei levar ao médico, a mãe me procurou e disse que o aluno é autista. Ele tinha um diagnóstico errado, concedido por um profissional. Então, acredito que o NAPp pode ajudar nesses casos.
Maçã	Pessoas com deficiências ainda vivem escondidas da sociedade, o núcleo pode começar por ampliar seu espaço e promover inclusão social.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Quadro 27 - Análises das entrevistas- Coordenador pedagógico escolar/ principais falas

Coordenador pedagógico escolar	**Subcategoria- Possibilidades do NAPp para lidar com a Educação Especial Inclusiva**
Marrom	Eu acho que pode ajudar com muita coisa, na investigação do laudo como orientador para as práticas, segundo pode ajudar com atividades que são pertinentes ao tipo de deficiência e transtorno que a criança tem.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

A pesquisa foi se descortinando pelas escutas das entrevistas. Ao relatarmos sobre as atividades do NAPp para incluir os estudantes com deficiências e transtornos no ensino regular, surgiu outra subcategoria, a saber: estratégias pedagógicas significativas para o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico, expressando um panorama de ascenção no qual o processo educativo não pode ser feito de forma mecanizada, com viés de compreensão para uma memorização mecânica dos conteúdos didáticos.

Isso, Freire (2003, p. 77) já tinha nos sinalizado, quando afirmou que: “Pensar certo significa procurar a descobrir e entender o que se acha mais escondido nas coisas e nos fatos que nós observamos e analisam. A educação para a autonomia deve possibilitar a alegria de recriação para algo novo, com vistas para o alcance das aprendizagens prioritárias e favoráveis para a construção de um projeto de vida. Os pesquisados destacaram essa assertiva.

Quadro 28 - Análises das entrevistas - Psicopedagogo, coordenador da educação especial e inclusiva e docente, principais falas

Psicopedagogo, coordenador pedagógico escolar e docente.	**Subcategoria- Estratégias pedagógicas significativas do NAPp**
Hortência	Nos acompanhamentos de atividade complementar percebia que os professores do AEE não tinham muita relação com os professores do ensino regular, então as atividades eram encaminhadas sem uma estratégia consolidada entre os dois. O NAPp ainda não tinha um trabalho desenvolvido nesse sentido.
Marrom	Tenho uma criança com DI que se sente excluído com atividades diferenciadas, temos que saber as estratégias que vamos utilizar para avançar. As vezes a gente “corta” as crianças que têm dificuldade ou transtorno. Eu acho que nossa prática tem que ser baseada na realidade de nossos alunos, como Paulo Freire fala da pedagogia que a criança traz ao mundo. As pessoas não são vazias, as vezes o que trabalhamos na Escola é muito distante dos nossos alunos. E o NAPp pode nos ajudar com as estratégias de atividades.
Morango	O Núcleo precisa estruturar seu trabalho em um processo que o professor estude com o psicopedagogo sobre as estratégias de atividades significativas, para que o estudante aprenda. Pois as vezes por dificuldade nós fazemos o inverso, excluímos ao invés de incluirmos.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Lima (2017) em sua Dissertação, realizou discussões sobre as demandas e desafios dos NAPNEs no processo de inclusão do público-alvo da Educação Especial nos IFS da Região Nordeste e apontou que para se pensar sobre o fazer é preciso uma rigorosidade metodológica, necessária para a autonomia.

No último item da entrevista foi solicitado que os pesquisados fizessem um breve relato sobre os pontos mais relevantes de suas práticas profissionais permitindo maior capilaridade sobre as vivências pessoais, com possibilidade para ver e escutar além do instituído, para alçar novos voos frente a busca pelos objetivos.

6.8 RELEVÂNCIA DAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS

Os relatos dos pesquisados nos oportunizou a reflexão sobre a perspectiva de uma concepção inclusiva do fenômeno educativo, emergente da necessidade de uma postura didático-pedagógica alicerçada pelo acolhimento, que evoque a legitimidade humana celebrando as diferenças que atravessam os sujeitos, identificando-os como impregnados de percursos históricos que não podem ser camuflados. Por nesse ínterim, atentou-se para a promoção da inclusão, do exercício da cidadania, do

diálogo, da justiça e da igualdade como agentes de transformação da sociedade através da educação libertadora, princípio da proposta educacional de Paulo Freire.

Quadro 29 - Análises das entrevistas- Psicopedagogo, coordenador da educação especial e inclusiva, docente e coordenador pedagógico escolar.

Psicopedagogo, coordenador da educação especial inclusiva, docente e coordenador pedagógico escolar	**Subcategoria- Relevância das práticas profissionais.**
Hortênsia	O aprendizado que a gente adquiri não só na perspectiva do conteúdo, mas para a vida, formação humana, o que dificulta é a aprendizagem do aluno, nas relações com o próprio professor. Muitas coisas deixaram marcas profundas, senti falta de terapia para ajudar, muitas vezes os professores nos recebiam com grosserias, pela falta de entendimento com o psicopedagogo na Escola.
Esmeralda	Oportunidade de desenvolver projetos, as boas práticas que foram escritas para ajudar as crianças a aprenderem, mesmo diante de todas as dificuldades.
Morango	O que considero importante é o aprender, 20 anos de sala de aula, precisamos tirar essa fala que não vai dar certo, porque o aprendizado acontece todos os dias. Passei a ouvir mais e a me levantar menos. Aprendizagens constantes, a educação muda. Parar com o saudosismo, meus alunos eram assim, avançar e acompanhar.
Azul	Conflito profissional, surgiram desafios gritantes, estou tendo muitas dificuldades com os meus professores, a readaptação causou choque, os alunos chegaram diferentes, nos falta apoio psicológico, as questões socioemocionais tem causado interferências negativas no processo de ensino aprendizagem, os resultados dos diagnósticos foram difíceis.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Por fim, o sujeito azul advogou a causa das intempéries geradas pela pandemia da Covid-19 no âmbito educacional povoada por conflitos subjetivos que impactam no contexto de trabalho. Sua experiência conclama por uma reinvenção do Plano Educacional Institucional Inclusivo, que prime pela transformação das práticas e culturas institucionais, como condição para a inclusão dos estudantes com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, ao transpor as demandas em inquietação e comparecimento coletivo.

7 ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise documental foi realizada a partir da apreciação dos dispositivos normativos elencados no quadro de Nº 4, tendo em vista a relação entre os atores sociais, os processos de interação e o delineamento dos fluxos históricos. Trabalhou-se com sucessivas leituras dos documentos selecionados para a identificação das categorias e sentidos que se articulassem aos objetivos gerais da investigação.

A pesquisa desenvolvida por Soto (2011), que teve como objetivo analisar as políticas públicas da Educação Especial no Município de Feira de Santana-BA, tendo em vista o Programa do MEC para a educação inclusiva, dialoga com essa proposta investigativa, pois buscou compreender como essas políticas públicas são gestadas e implementadas, através da análise documental.

No âmbito da educação brasileira, Soto (2011) traz discussões atuais que apontam para uma situação recorrente: a inclusão educacional para pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Ainda inviabilizada no cotidiano escolar, embora tenha respaldo legal propositivo, advindo de políticas públicas educacionais. “Há um grande hiato entre as definições legais, orientações oficiais e as condições reais de sua implementação” (SOTO, 2011, p. 15).

Tomando por base o Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional do ano de 1996, fica explícito que o ensino será ministrado com base nos princípios de: Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. No inciso II aborda sobre liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, e no inciso III aborda sobre o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Essas prerrogativas foram pautadas com base legal, advindas de lutas, frente à diversidade e o direito que todos têm de terem acesso e permanência na Escola em consonância com a Carta Magna do ano de 1988, no seu artigo 206, com vistas ao oferecimento do ensino com condições de qualidade.

Nas falas dos pesquisados, esses princípios demarcaram o lugar que a lei ocupa no papel, distante da vida prática escolar, acerca da inclusão das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades, superdotação.

A nova Lei de Diretrizes e Bases-LDB reservou um capitulo exclusivo para a educação especial, o que é muito relevante para uma área ainda desprivilegiada, no contexto histórico nacional, tendo em vista o conjunto das políticas púbicas brasileiras. O destaque recebido ratifica o direito à educação, pública e gratuita, das pessoas com deficiências, condutas típicas e altas habilidades (FERREIRA, 1998).

Aplica-se exclusivamente à educação escolar, tendo em vista o 1º do Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.9394/96), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica-DCNB (BRASIL, 2013, p. 9).

Froehlich e Meurer (2021) em consonância com as concepções da Base Nacional Comum Curricular, relataram que o seu principal objetivo é garantir a equidade na aprendizagem dos estudantes no País, mas, salientaram que não é um currículo, mas um documento que deve servir de referência para o currículo.

Neste sentido, coube-nos analisar a proposta de inclusão educacional para os estudantes com deficiências e ou transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, que está carregada de contradições e impasses. Logo no sumário não aparece a modalidade escolar da educação especial nas divisões das etapas de ensino e nem nas subdivisões por áreas do conhecimento.

Sobre os objetivos propostos, observamos que a educação especial só foi mencionada duas vezes, valendo salientar que não existem direcionamentos que sejam específicos e muito menos propostas de práticas educativas dentro desse contexto.

Considerando que a Base Nacional Comum Curricular-BNCC preconiza pela construção dos currículos municipais para o atendimento as peculiaridades socioculturais que complementam os conteúdos, foi realizada leitura do Referencial Curricular de Jacobina especialmente no capítulo 5.4 que trata da Educação Especial Inclusiva. Este, contem implicações sobre o percurso histórico da Educação Especial com os dados do público alvo do Atendimento Educacional Especializado e as Salas de Recursos Multifuncionais.

Para além disso, o referencial curricular discute a educação especial inclusiva em consonância com o Plano Municipal de Educação em prol do combate aos obstáculos que dificultam a autonomia e a independência dos estudantes com

deficiências, superando as barreiras relativas ao comportamento e atitudes implícitas e explícitas. Convocando os pares da Rede Municipal de Ensino para a promoção de debates públicos com caráter acessível frente às necessidades dos estudantes, a saber: A oferta do AEE no contra turno escolar; Plano de AEE; Ensino do uso do Soroban (ábaco japonês, um instrumento tradicional de cálculos matemáticos); Ensino do Sistema Braile e seus instrumentos específicos; Orientação e mobilidade para pessoas com deficiência visual; AEE de LIBRAS; AEE em Língua Portuguesa; Ensino do uso de tecnologias assistivas; Ensino do uso de Comunicação Alternativa e Aumentativa – CAA; Ensino de desenvolvimento de demandas cognitivas; Estratégias para a autonomia no ambiente escolar; Ações para enriquecimento curricular; Tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa; Guia interprete; Profissional de apoio.

Aprofundando a compreensão da macro análise das políticas públicas brasileiras da educação especial inclusiva, revisitamos o texto base do Plano Nacional de Educação-PNE (BRASIL, 2014), instituído em 25 de junho de 2014, pela Lei nº 13.005, aprovado pelo Congresso Nacional, com vigência por dez anos. Esse plano constitui-se de catorze artigos, e é complementado em seu anexo por vinte metas que favorecem os aspectos basilares das lutas empreendidas por diferentes organizações da sociedade civil. Entre os principais achados, as evidências apontaram que o poder público buscaria ampliar o escopo de pesquisas com finalidade estatística, para incluir informação detalhada sobre o perfil das populações de 4 (quatro) a 17 (dezessete anos) com deficiência, bem como acompanharia a avaliação de suas metas com base em indicadores educacionais, tais como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB, agregados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes conjugados na avaliação nacional do rendimento escolar (BRASIL, 2020; 2014). Porém, na especificidade da meta 4, que diz respeito à Educação Especial, os indicadores quantitativos pouco permitem acompanhar o progresso do direito à educação dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, uma vez que, muitos estudantes nem chegam a participar das avaliações externas instituídas no País. Assim, seus dados não são considerados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

A partir da releitura de Mendes *et al* (2022), sobre a meta 4, que estabelece para a modalidade da Educação Especial o acesso à educação básica na faixa etária de escolaridade obrigatória(dos quatro aos 17 anos), garantindo acesso ao

Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertado, preferencialmente, nas Salas de Recursos Multifuncionais- SRMS de escolas comuns, fica evidente que o País ainda não garantiu esse direito ao público alvo da Educação Especial, Segundo as mesmas, os diversos estudos mostraram que os municípios buscam prover o necessário para implementar, em suas redes, outros tipos de serviços de apoio à educação desses alunos com auxílios identificados na política, o que necessitaria de revisão. Essa questão se resumia à avaliação dos alunos, à formação dos professores e ao modelo de atendimento de apoio baseado em um modelo único, que seria o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais. Para atender às demandas dos alunos beneficiados por esse programa, tal modelo não parecia ser suficiente. Observou-se também que os municípios que assumiram essa tarefa, reinterpretando a política nacional, dando novos contornos às políticas locais e firmando parcerias com as universidades, acabaram criando novas e significativas oportunidades para o desenvolvimento de redes de atendimento rumo a um sistema que é educacional para todos. Por fim, os dados obtidos nos deram uma visão mais clara dos muitos obstáculos que precisam ser superados para desenvolver as políticas e práticas de inclusão escolar do país, que exigem a cooperação entre universidades e redes de ensino.

O Plano Nacional de Educação-PNE afirma que são necessárias Salas de Recursos Multifuncionais-SRM e a contínua formação docente para o Atendimento Educacional Especializado-AEE nas diversas áreas de ensino, enveredando para uma articulação entre órgãos públicos e políticas de saúdes, assistência social e direitos humanos. Sobre as Salas de Recursos multifuncionais-SRM, observou-se uma acentuada fragilidade, visto que, não temos situações recorrentes de adaptações e flexibilizações curriculares de veiculação sobre essas e o Atendimento Educacional Especializado-AEE em consonância com o ensino regular. Há uma lacuna evidente nos espaços e produtos que contemplem um desenho universal, visando o atendimento de todas as pessoas com diferentes necessidades, de forma autônoma, segura e confortável.

Segundo Martins (1997) o que temos experimentado desde os últimos 20 anos, no contexto brasileiro, é a efetuação de um processo inclusivo pautado pelas normativas. Há uma má vontade, que ele denomina de inclusão marginal, precária, em que mesmo os que estão dentro, estão fora. Essa situação ganha forma no dia-a-dia escolar, quando por amiúde os estudantes com deficiência e ou transtornos são

contemplados com a presença de um mediador na sala de aula e os mesmos ficam “ilhados” em relação aos demais colegas, porque ainda existe de fato uma má vontade para lidar com as diferenças.

A conjuntura de debates e pautas expressas no Plano Nacional de Educação-PNE, expressa que o seu processo de realização e de aprovação, perpassou por versões complexas, numa configuração volumosa de indivíduos e grupos interdependentes, munidos de interesses adversos, com vistas para aspirações, que nem sempre priorizam a qualidade de vida do coletivo.

Ainda assim, segundo Macena *et.al* (2018), ao averiguarmos o caminho da educação especial no nosso País, vislumbramos a expansão de um longo período marcado pelo abandono da criança com deficiência e/ou transtornos, transpondo-se pela institucionalização influenciada pela medicina, chegando, posteriormente, à integração, o que significou atendimento especializado em favor da luta para a garantia de direitos, com vistas para a construção do paradigma da inclusão, desde a década de 1990. Isso significa que a mobilização social do Plano Municipal de Educação tem fortalecido o debate em favor da participação popular na definição da política educacional, com redimensionamentos positivos que agregam mais ações de caráter inclusivo no contexto sociocultural.

Nas entrelinhas do Plano Nacional de Educação (PNE) existe um intento pulsante residente no ato de conhecer, reconhecer e viver a política pública desdobrada em específico nos Estados e Municípios, aqui em específico o Plano Municipal de Educação de Educação-PME de Jacobina/Bahia, Lei 1.333 de 16 de setembro de 2015.

Neste sentido e tendo em vista a realidade educacional contemporânea, em que tanto se discute, produz e legisla sobre inclusão, somos convocados à interrogativa: Por que esses documentos não são vivenciados pelos pares da escola no cenário de discussão e planejamento pedagógico escolar?

Essas implicações emergiram das escutas atentas dos profissionais escolares nas reuniões de avaliação e monitoramento do Plano Municipal de Educação-PME frente ao Plano Nacional de Educação-PNE. Dentre as análises das descrições das estratégias da meta 4, concluímos sobre as principais concepções:

Dificuldade para acessar os dados da população na faixa etária de 4 a 17 anos que têm deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas

habilidades, em razão também, do último censo de acesso para a realização da avaliação e monitoramento no ano de 2022, ter sido realizado no ano de 2010.

Reconhecimento da importância das articulações do Plano Nacional de Educação com o Plano Municipal, implementados como primeira instância dos serviços das Redes Municipais de Ensino, para o desenvolvimento do estudo profícuo e implementação da proposta de trabalho.

Envolvimento dos pares que compõem a equipe de trabalho configurada nos documentos oficiais, na dinâmica das demandas das unidades escolares, via de acesso para o desenvolvimento das práticas inclusivas.

Dificuldade de inserção dos dados na plataforma de trabalho, em função da falta de profissionais especializados, que possam orientar as equipes técnicas de forma presencial a desenvolverem as referidas atividades com mais efetividade.

Fragmentação do trabalho do Plano Municipal de Educação por causa da mudança das equipes de gestão pública, após pleito eleitoral, por não fazerem as reuniões prioritárias para a transição de documentos em favor do trabalho contínuo.

Lacunas significativas no fomento à educação especial inclusiva, relacionadas a articulação entre o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado complementar ofertado em salas de recursos multifuncionais locais.

Ainda assim, a Rede Municipal de Jacobina vem empreendendo esforços, para o desenvolvimento do trabalho com a Educação Especial inclusiva. O primeiro desses, a ser considerado nessa pesquisa, é a própria constituição do Núcleo de Apoio Psicopedagógico para prestar atendimento aos estudantes com dificuldades de aprendizagem e com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, logo, a implantação junto com o MEC das salas de recursos multifuncionais e o Programa do Dinheiro Direto na Escola-PDDE acessibilidade, para adequação física e arquitetônica das escolas públicas municipais, com ações iniciais.

Neste ínterim, consideramos também a ampliação da oferta do Atendimento Educacional Especializado complementar aos estudantes matriculados na rede pública de ensino regular, uma vez que, esse serviço ainda não é ofertado em todas as unidades escolares, mas tem uma organização intraescolar que proporciona atendimento a todos os estudantes com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento que o solicitam.

Para ampliar a reflexão sobre esse contexto, no âmbito profissional da educação especial, analisamos a proposta de trabalho do Núcleo de Apoio Psicopedagógico no período que compreendeu o ano de 2018 até o ano de 2022.

No ano de 2018,(início de constituição do NAPp), foi construído um p

rojeto de intervenção para a referida Instituição, denominado: Projeto do Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAPP e Centro de Educação Especial e Inclusiva - CEEI, com projeção de funcionamento no prédio, que atualmente está com obra parada, por inviabilidade legal de localização, fica situado à Rua do Triângulo, Bairro Mundo Novo, Jacobina-Bahia. Consiste, assim, numa ação multidisciplinar voltada para o atendimento e orientação da comunidade interna e externa das Unidades Escolares da rede colaborativa do Município de Jacobina, Bahia. É mantido pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que objetiva a superação de dificuldades no processo de aprendizagem, no campo do relacionamento interpessoal e distúrbios comportamentais e emocionais que afetam o desempenho acadêmico, social e emocional dos estudantes, professores e profissionais da Educação, bem como, contribuir com o desenvolvimento dos estudantes com necessidades educativas especiais, estudantes com deficiência: física, intelectual, auditiva, visual, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação/altas habilidades; em risco de inclusão independente de credo religioso, cor, etnia, sexualidade e ideologia de gênero.

Com esse projeto, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAPp e o Centro de Educação Especial Inclusiva, pretendem refletir com o trio gestor, os docentes e discentes, sobre suas condições sociais e emocionais, compreendendo a dinâmica do processo de ensino e aprendizagem, especialmente seus papéis enquanto protagonistas desse processo, oferecendo a esses, atendimentos individuais e ou grupais, na promoção plena de condições para o acesso e permanência na educação, atentando-se para necessidades educacionais especiais que ocorrem dentro do espaço escolar. Ao adentrarmos no contexto das necessidades educacionais especiais, analisamos que existe uma especificidade muito peculiar, pois trata dos anseios e demandas da sociedade que circunda e que constrói conjuntamente a realidade local e regional inseridas. Os trabalhos realizados evidenciaram que a educação, enquanto reflexo, retrata e reproduz a sociedade; ao mesmo tempo em que projeta a sociedade que se quer.

Neste sentido, é importante salientar que, para a aprendizagem acontecer de forma harmoniosa e consistente é necessário que sejam analisadas as condições orgânicas, psicológicas, pedagógicas e socioculturais nas quais o indivíduo se encontra. Segundo Fernandez, (2001), a intervenção psicopedagógica se dirige ao sujeito aprendente que sustenta o aluno, sua relação com seus pares e com o seu professor, sua relação com o grupo de alunos, com os pais e com os demais.

Nesta perspectiva, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico- NAPp pretende desenvolver programas que possibilitem aprofundar as realidades coletivas e individuais de seus assistidos, compreendendo e buscando sanar os possíveis fatores que possam interromper ou dificultar o processo de ensino e aprendizagem. Para isso, se faz necessário a formação de uma equipe multidisciplinar, composta por: Psicopedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo, médico neuropediatra, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, com vistas para ampliar e garantir o encaminhamento e acompanhamento dos alunos, profissionais e parceiras com as Secretaria Municipais de Saúde, Assistência Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Esse projeto está sendo desenvolvido com algumas fragilidades, uma vez que, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica -FUNDEB não disponibiliza recursos específicos para o fomento de Núcleos de Apoio Psicopedagógicos em favor dos estudantes com dificuldades de aprendizagem. É importante salientar que esses recursos são gerenciados no referido fundo, para estudantes com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento na rede regular de ensino e salas de Atendimento Educacional Especializado-AEE. O que inviabiliza ao Núcleo ter autonomia sobre suas próprias demandas, por isso, ainda não disponibiliza de equipe multidisciplinar, pois não tem como contratar profissionais para tal.

Ainda assim, pautada na proposta de trabalho do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, a equipe, composta por psicopedagogos, coordenador da educação especial inclusiva, pedagogos e interpretes da língua de sinais e brailistas, os dois últimos inseridos no ano de 2021, desenvolve o projeto em parceria com a Secretaria Municipal da Educação que disponibiliza de: Apoio psicopedagógico individual, Apoio psicopedagógico em grupo, Apoio aos docentes e staff escolar, orientação parental , acolhimento e encaminhamentos (saúde mental, atendimento educacional especializado, psicoterapia e outras necessidades) , oficinas, palestras,

rodas de conversas relacionadas à aprendizagem e sala de aula , Projetos, pesquisas e imersões relacionadas à aprendizagem humana.

Esse trabalho acontece com a seleção de demandas da Rede Municipal de Ensino, dada a condição da pouca quantidade de profissionais, com vistas para intensificar o projeto de formação continuada que consiste em compreender a escola e todo o sistema que o cerca pela abordagem psicopedagógica e melhoria da qualidade de inclusão educacional dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Cabe-nos então, revisitar, perguntar, instigar e rever o que há submerso nesse movimento documental, instituído por Lei, que abre possibilidades para ver, escutar, sobremaneira, imaginar além do instituído, isento do receio de levantar críticas infundadas sobre o que os outros já fizeram, para atravessar vivências pessoais, desmistificar cegueiras teóricas e fronteiras formativas, com responsabilidade social, ética, combativa, militante e resistente.

8 PROPOSTA DE PRODUTO

Com essas perspectivas foi apresentado um plano de formação educacional no Núcleo de Apoio Psicopedagógico- NAPp, a partir dos objetivos específicos desse estudo, mediante as necessidades apontadas pelos colaboradores, para que possamos ampliar o diálogo sobre a educação especial na perspectiva inclusiva frente as intervenções psicopedagógicas.

Os encontros formativos podem ser realizados a partir do calendário de atividades do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, tendo em vista o espaço oportuno e fortalecedor, no qual os profissionais podem pensar sobre suas práticas e se reinventar frente às problematizações implementadas. A proposta preconiza por estudos dirigidos, oficinas temáticas e rodas de conversas reflexivas. O objeto do conhecimento preliminar foi sistematizado no quadro que se segue para melhor visualização.

Quadro 30 - Apresentação da proposta dos encontros.

Encontro	**Temática**
Março	Escuta sensível a partir dos resultados da pesquisa.
Abril	Concepções epistemológicas sobre a Educação Especial na perspectiva inclusiva.
Maio	Intervenções psicopedagógicas na Educação Especial.
Junho	Processo funcional do NAPp
Julho	Articulação do NAPp com o ensino regular
Agosto	Práticas psicopedagógicas que corroboram com o serviço docente.
Setembro	Produção de material com foco nas práticas educativas.
Outubro	Fundamentos psicopedagógicos sobre as reais necessidades de aprendizagem.
Novembro	Relatos de experiência e encerramento

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Quanto a avaliação, pode ser realizada de forma processual, ao longo de todo o percurso, através das devolutivas dos profissionais, tendo em vista a realização do trabalho.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar (GALEANO, 1994).

Entre tantas reflexões produzidas e entre tantas palavras escritas sobre inclusão educacional, povoadas por desafios e possibilidades que marcam o trabalho do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, nasceu uma partilha dialógica do mundo, tanto em sentido quanto em um instrumento de ação reinventiva na formação humana. Movidos por sentimentos inconclusivos que nos possibilitem a continuar por outros caminhos, consubstanciados no horizonte da utopia, considerando que ser utópico não compreende ser impossível, mas significa que a inclusão será sempre inacabada e poderá sempre ser aperfeiçoada.

Nessa direção discorreremos as considerações finais sobre o estudo, que teve como questão principal: Como o Núcleo de Apoio Psicopedagógico pode corroborar para a inclusão educacional dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação? atendendo a essa pergunta de pesquisa, buscamos compreender o trabalho desenvolvido no Núcleo de Apoio Psicopedagógico para a inclusão educacional dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a partir dos objetivos específicos, a saber: Investigar o trabalho do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPp) para a inclusão dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Mapear os desafios e as possibilidades que os profissionais do Núcleo de Apoio Psicopedagógico -NAPp enfrentam para a inclusão educacional dos estudantes da educação especial e apresentar uma proposta interventiva que corrobore para o trabalho da educação especial na perspectiva da inclusão educacional.

A investigação, por sua vez, foi desenvolvida por meio do estudo de caso com abordagem qualitativa, ancorada no paradigma do materialismo histórico dialético, utilizando-se de tais dispositivos: questionário, entrevista semiestruturada e análise documental para a análise dos dados por meio da hermenêutica dialética, em favor da discussão crítica da educação especial inclusiva, frente a organização social capitalista que engessa o cotidiano educacional.

Nesta perspectiva, as análises dos dados coletados neste estudo exploratório nos conduziram a várias reflexões que foram relevantes para a construção dos argumentos apresentados (teóricos e empíricos) no decorrer desta dissertação, que viabilizou chegar a um conjunto de conclusões. Porém, tendo em vista a viabilidade do formato acadêmico aqui realizado, elas foram delineadas em quatro tópicos basilares: Educação Inclusiva na perspectiva especial, as possibilidades e desafios do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, corroborações da psicopedagogia e potencialidades da pesquisa científica, que foram suficientes para dar conta das demandas investigativas.

A tessitura dialógica dos pesquisados frente as implicações teóricas sobre a educação inclusiva na perspectiva especial nos convidaram/convocaram para uma discussão profícua da cultura inclusiva e da acessibilidade, remetidas pelas memórias da exclusão social que os estudantes com deficiências e ou transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação viveram e ainda vivem no nosso País, atravessada pela reafirmação de direitos, de ratificar que a educação é um ato político e de que, ao nos envolvermos com esse ato, nos comprometemos com o direito de todas as pessoas estarem incluídas nas Instituições educacionais, ensinando, aprendendo e realizando vários processos formativos (PIMENTEL, 2019).

No bojo dessas discussões não há como fazer acontecer a Educação Inclusiva para os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação somente com os documentos normativos. A inclusão precisa ser vivenciada no cotidiano diário, correr em busca, juntar com outros para construir de outras formas, lutar, encorajar e resistir. Concordamos com Prado (2015, p. 139) quando adverte: “Pensar a educação por uma perspectiva inocente de inclusão nada mais é do que contribuir para a perpetuação e manifestação da existência dos(as) excluídos(as)”.

Conforme os dados obtidos sobre os desafios e possibilidades do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, tendo em vista o diálogo com a educação especial inclusiva, conseguimos visualizar importantes desafios na implementação do trabalho, a saber:

A própria constituição do Núcleo, uma vez que, o espaço é bastante limitado, com funcionamento em uma sala da Secretaria Municipal da Educação, que demanda pela formação de uma equipe de trabalho multidisciplinar com articulações bem firmadas entre as áreas da educação e saúde, que consiga estabelecer uma ação dialógica capaz de reconhecer as diferenças como elemento constitutivo do processo

educativo, para adoção e desenvolvimento de novas práticas pedagógicas entre o Núcleo de Apoio Psicopedagógico e as unidades escolares.

Nesse âmbito, enfatizamos a necessidade de potencialização do projeto de trabalho do referido Núcleo, com vistas para uma cultura inclusiva que problematize as normatizações e invisibilizações constituídas ao longo da história. Uma cultura coletiva que englobe políticas educacionais nas esferas federais, estaduais e municipais com práticas administrativas e pedagógicas que atendam as reais necessidades de inclusão educacional dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Para consubstanciar essas concepções compreendemos que “A inclusão é um valor social que, se considerado desejável, torna-se um desafio no sentido de determinar modos de conduzir nosso processo educacional para promovê-la”. (STAINBACK, 2002, p. 17).

Mediante o contexto apresentado, é relevante destacar que a presente pesquisa oferece possibilidades significativas ao profissional psicopedagogo, frente a inclusão educacional, no que se refere ao valor social que orienta os modos de condução do processo pedagógico, coletivo e sem interrupções, para promover acesso, permanência, participação e pertencimentos, tomando a produção do estudante, como gente, nas redes de ensino, gerando redes de acolhimento e socialização.

Contudo, evidenciou-se que o psicopedagogo atuante na rede pública municipal é um profissional que apresenta necessidades no que se refere ao aperfeiçoamento profissional, carecendo de maior incentivo da gestão, regulamentação da profissão, entre outros. Blasko (2020) ressalta que as necessidades apresentadas pelos psicopedagogos podem contribuir para o planejamento e desenvolvimento de ações nos sistemas municipais de ensino, que possibilitem a melhoria da qualidade do serviço psicopedagógico. Destacamos nesse contexto, o serviço de formação continuada dos profissionais da educação, para o desenvolvimento de uma cultura inclusiva que se interrogue sobre a heterogeneidade nas minúcias da homogeneidade para a superação do capacitismo, do racismo, do sexismo, do elitismo, cuja possibilidade principal é o de garantir equidade, pertencimento, participação e representatividade para a quebra das relações de opressão e o fim de privilégios para a estratificação de classes.

Essas concepções foram/são emanadas nas vertentes da pesquisa científica para a dialogia das relações interpessoais afetivas e efetivas, aprendendo mais que

ensinando, ouvindo mais que falando, num processo de permissividade do “sair de si” para a promoção do encontro com o outro. “Tudo, tudo, tudo, tudo que nóis tem é nóis” frase dita pelo Emicida durante um show feito por ele (CORRÊA, 2022). Para além de comprovar uma hipótese, explicar um fenômeno, quantificar uma ação ou até mesmo comparar situações iguais ou diferentes sob aspectos diversos, enfim, para inventariar a produção do conhecimento coletivo, construindo distintas perguntas em respeito às subjetividades e singularidades.

E por fim, em devires Deleuzianos compreendeu-se que o Núcleo de Apoio Psicopedagógico é uma iniciativa de grande relevância para a Rede Municipal de Ensino de Jacobina, uma vez que corrobora para a política de inclusão e acessibilidade dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, com vistas para (re) pensar e compreender as implicações da construção de uma cultura institucional inclusiva de acolhimento e garantia de direitos.

Esperamos que esta Dissertação provoque inquietações acerca da Psicopedagogia e do serviço psicopedagógico, mobilizando interessados a produzirem novos estudos que possam contribuir para o contínuo desenvolvimento da área no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABPp - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. Abordagens psicopedagógicas: um estudo comparativo. **Revista Brasileira de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 50-65, 1996.

ABPp - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Código de Ética do Psicopedagogo.** 2019. Disponível em: https://www.abpp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/codigo_de_etica.pdf. Acesso em: 29 jan. 2022.

ABPp - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Diretrizes da Formação de Psicopedagogia no Brasil.** Brasília-DF: ABPp - Seção Distrito Federal, 2013.

ABPp - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Nota Técnica 23/2021**-**Decreto sobre política de educação especial suspenso.** São Paulo: ABPp, 2021.

ABPPp - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Diretrizes e Formação**. 2010. Disponível em: https://www.abpppe.com.br/diretrizes-e-formacao. Acesso em: 18 maio 2023.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2004. 203 p.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivro, 2005.

BARBOSA, Laura Monte Serrat; SOUZA, Maria Silvia Todeschi de (org.) **Segredos do Aprender:** a psicopedagogia e as elaborações simbólicas. São José dos Campos: Pulso, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROSO DE JÚNIOR, Claudovil, Almeida. O psicopedagogo na Educação Especial. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 2, n. 1, p. 01-10, jan./jun.,2012.

BENITE, Ana Maria Canavarro. Considerações sobre o enfoque epistemológico do materialismo histórico-dialético na pesquisa educacional. **Revista Ibero-americana de Educação**, Madri, v. 50, n. 4, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.35362/rie5041887. Acesso em: 9 maio 2023.

BEZERRA, Giovani Ferreira; ARAUJO, Doraci Apareida Castro. Fundamentos teóricos para a avaliação escolar frente à inclusão de alunos com deficiência mental: da prática autoritária para a prática inclusiva. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 1, n. 1, p. 83–94. Disponível em: https://doi.org/10.26514/inter.v1i1.647. Acesso em: 9 maio 2023.

BLASKO, Caroline Elisabel. **O Psicopedagogo na Rede Pública Municipal em Sete Estados Brasileiros: Cenários e Desafios.** Tese (Doutorado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020. 162 p.

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil.** Porto Alegre**,** Rio Grande do Sul: Artes Médicas Sul, 2000.

BRASIL. **Censo Escolar do MEC 2021**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emendas Constitucionais. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 maio 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.502/20, de 30 de setembro de 2020.** Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.611/2011, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**.** Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério de Estado da Educação e do Desporto. Portaria Ministerial nº 1793, de 27 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 1994**, Brasília, 1994.

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CAMARGO, Flávia Pedrosa de. O Direito à Educação de Alunos com Deficiência: a Gestão da Política de Educação Inclusiva em Escolas Municipais Segundo os Agentes Implementadores1,2. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 617-634, out.-dez. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337666673_O_Direito_a_Educacao_de_Al

unos_com_Deficiencia_a_Gestao_da_Politica_de_Educacao_Inclusiva_em_Escolas_Municipais_Segundo_os_Agentes_Implementadores. Acesso em: 9 maio 2023.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito á Educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120 p. 715-726, jul set. 2012.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is".** 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

CARVALHO, Rosita Elder. Adaptações Curriculares: de que estamos falando? *In*: CARVALHO, Rosita Elder. **Escola Inclusiva**: A reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 99-108.

CEZAR, Amanda do Prado Ferreira. **Práticas Psicopedagógicas com o Estudante da Educação Superior:** Desafios do Aprender. 2016. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2016.

CHRISTOFARI, Ana Carolina; FREITAS, Claudia Rodrigues de; BAPTISTA, Claudio Roberto. Medicalização dos Modos de Ser e de Aprender. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1079-1102, dez. 2015 . Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-31432015000401079&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 maio 2023.

CORRÊA, Paulo. "Tudo que nóis tem é nóis" – Emicida leva 'AmarElo' ao Lollapalooza e emociona. **Jornal Palco**, 2022. Disponível em: https://www.jornalnopalco.com.br/2022/03/26/tudo-que-nois-tem-e-nois-emicida-leva-amarelo-ao-lollapalooza-e-emociona/. Acesso em: 18 maio 2023.

CÔRTES, Ana Rita Ferreira Braga. **A inserção do psicopedagogo nas escolas da rede municipal de Itajaí: possibilidades e desafios.** 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

CRAHIM, Souza Fernandes Suely Cristina. Núcleo de apoio psicopedagógico: dificuldades de aprendizagem no ensino superior–um olhar psicopedagógico e psicológico. *In*: SIMPED – SIMPÓSIO PEDAGÓGICO E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, 11., 2018, Rio de Janeiro. **Anais [....]**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em NAP Ensino Superior.pdf. Acesso em: 21/02/2023.

CROCHIK, Jomar Luiz Trinta. Educação inclusiva e preconceito: desafios para a prática pedagógica. *In*: DEMO, Pedro. **Educação e qualidade.** Campinas: Papirus, 1995.

CROCHIK, Jomar Luiz Trinta. **Preconceito e educação inclusiva**. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

EDUCAÇÃO BAHIA. **Colorido Minimalista Geométrico Aniversário**. Educação Especial do Estado da Bahia, 2022. Disponível em: https://educacao.ba.gov.br. Acesso em: 18 maio 2023.

FERNANDEZ, Alicia. **Os Idiomas do Aprendente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

FERREIRA, Julio Romero. A Nova LDB e as necessidades educativas especiais. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 19, n. 46, 1998. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000300002. Acesso em: 12 de sete. 2022.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 45. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **O pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil.** Campinas: Papirus, 1994, 192 p.

FROEHLICH, Daniela Camila; MEURER, Ane Carine. Base Nacional Comum Curricular: Educação Especial em foco. **Revista Educação Pública**, Rio e Janeiro, v. 21, n. 7, 2021. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/7/base-nacional-comum-curricular-educacao-especial-em-foco. Acesso em: 12 de sete. 2022.

GADAMER, H. G. **Verdade e método I**: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2005.

GALEANO, Eduardo. Para que serve a utopia? **Portal Raízes [online]**, 1994. Disponível em: https://www.portalraizes.com/para-que-serve-a-utopia-por-eduardo-galeano-2/. Acesso em: Acesso em: 12 de sete. 2022.

GARCIA, Maria Adelina de Abreu. **Multiprofissionalismo e intervenção educativa:** as escolas, os projectos e as equipas. Lisboa: Asa, 1994.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil.** Brasília: Líber Livro Editora, 2007. 87 p.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de Caso**: fundamentação científica- subsídios para coleta e análise de dados- como redigir o relatório**.** 1 ed. São Paulo. Editora Atlas. 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **Protocolos sobre educação inclusiva durante a pandemia da COVID-19:** um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais. São Paulo: Instituto Rodrigo mendes, 2020.

JACOBINA. *In*: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. [Jacobina, BA: Brasil, 2022]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jacobina. Acesso em: 6 fev. 2022.

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1992.

JARDIM, Iara Moreira. Educação e Tecnologia: uma nova forma de ensinar e aprender. *In*: XIII INTERNATIONAL CONFERENCE ON ENGINEERING AND TECHNOLOGY EDUCATION. 13. 2014. **Anais [...]**, Guimarães: Portugal, 16-19 de março de 2014,.

JESUS, Wellington Ferreira de. Alto lá! Uma nova ordem é possível: contribuições do materialismo histórico à pesquisa e às políticas em educação. *In*: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. (orgs.) **O método dialético na pesquisa em 157 educação**. Campinas- SP: Autores Associados/Brasília, 2014. p. 227-238.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LIMA, Cristina Bruno de. **Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH**): um olhar sob a perspectiva da Educação Inclusiva- guia para professores**.** 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão)- Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACENA, Janaina de Oliveira, *et al*. O Plano Nacional de Educação 2014-2024 e os desafios para a Educação Especial na perspectiva de uma cultura inclusiva. **Ensaio: avaliação e políticas públicas na Educação**, Rio de Janeiro, v.26, n.101, p. 1283-1302, out./nov. 2018.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MATOS, Aline Pereira da Silva; PIMENTEL, Susana Couto. A prática docente para a inclusão de estudantes com deficiência na educação superior. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 35, p. 77-95, 2019. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5663. Acesso em: 18 maio 2023.

MENDES, Enicéia Gonçalves, *et al.* **Política de Educação Especial no Brasil:** Análise da Produção de Textos (2004-2019). São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Editora Abrasco, 1996.

MORAES, Pilar de; CONTE, Elaine. A hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em educação. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 4 , p. 1942-1954, out./dez. 2017.

NÓVOA, Antônio. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. e84910, 2019.

NÓVOA, Antônio. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. *In*: NÓVOA, Antônio. **Professores:** imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009. p. 25-46. Disponível em: http//www.revistaeducacion.es/. Acessado em 09 de março de 2019.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

PEREIRA, Marcos Vilella. **Estética da Professoralidade:** um estudo crítico sobre a formação do professor. Santa Maria: Editora da UFSM, 2016.

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PIETRO, Rosângela Gavioli; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Inclusão escolar:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

PIRES. Marco Polo Leal. **NAPNE e Educação Inclusiva:** alcances, desafios e limites. 2018, 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2018.

PRADO, Rosana. Direitos humanos na escolarização de alunos(as) surdos(as): educação para emancipação. *In*: SILVA, Alda Maria Monteiro; COSTA, Valdelúcia Alves da. (Orgs). **Educação inclusiva e direitos humanos:** perspectivas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2015. p. 117-146.

RIBAS, Geovania Fagundes. **A política de educação inclusiva no município de Itapetinga:** entre o Plano Municipal de Educação e o chão da escola. 2019. 167p. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista - BA, 2019.

RODRÍGUEZ, Márcio Vieira. Pesquisa social: contribuições do método materialista histórico-dialético. *In*: CUNHA, Célio da; SOUZA, José Vieira de; SILVA, Maria Abadia da (eds.). **O método dialético na pesquisa da em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. REI- **Revista de Educação do IDEAU**, Getúlio Vargas – RS, v. 5, n. 12, 2010.

RUBINSTEIN, Edith. Psicopedagogia, psicopedagogo e a construção de sua identidade. **Revista de psicopedagogia [online]**, São Paulo, v. 34, n. 105, p. 310-319, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862017000300008&script=sci_abstract. Acesso em: 12 abr. 2023.

RUBINSTEIN, Edith; CASTANHO, Maria Inês; NOFFS, Neide Aparecida. Rumos da Psicopedagogia Brasileira. **Revista de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 21, n. 66, p. 225-38, 2004. Disponível em: http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/387/rumos-da-psicopedagogia-brasileira. Acesso em: 15 abr. 2023.

SANTOS, Jessica Rodrigues. **Inclusão escolar e os modos de planejamento educacional individualizado nos Institutos Federais Brasileiros.** 2020. 160 p. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar**: o problema escolar e de aprendizagem. 12. ed. Petrópolis: Vozes; 1994.

SIDI, Patricia de Mello; CONTE, Edson. A hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 11, n. 3, p. 1577-1594, 2017.

SILVA, Maria Cecília Almeida e. **Psicopedagogia**: a busca de uma fundamentação teórica. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

SILVA, Marcia Altina. **A atuação de uma equipe multiprofissional no Apoio a Educação Inclusiva.** 2016. p. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SILVA, Osni Noberto de Oliveira. **Trabalho Docente no Atendimento Especializado:** uma análise dos Municípios de uma região do estado da Bahia. Tese (Doutorado). 2020. 330 f. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SILVA, Rosilene Lima da. **O Núcleo de atendimento às pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) nos Institutos Federais da Região Nordeste do Brasil:** desafios políticos e perspectivas pedagógicas. 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2017.

SIQUEIRA, Danihelen. **Práticas psicopedagógicas na educação musical de alunos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade.** 2015. 140f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Pará, Belém – PR, 2015.

SMITH, Corine. Dificuldades de aprendizagem de A a Z. *In*: TEIXEIRA, Fernanda da Costa. (Org.). **Aprendendo a aprender**. Brasília: UniCEUB, 2003.

SMOLARECK, Rodrigo Dalosto. **Legitimidade do espaço psicopedagógico no atendimento educacional especializado.** 2017 101 f. Dissertação (Mestrado em políticas públicas e gestão educacional)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

SOTO, Eduardo. Comportamento organizacional: o impacto das emoções. Boston: Cengage, 2011.

STAINBACK, Sally. **As raízes do movimento de inclusão**. Porto Alegre: Pátio, a. 5, n. 20, 2002.

TANNÚS-VALADÃO, Gisele. Inclusão escolar e o Programa de Educação Inclusiva no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá, v. 17, n. 3, p. 449-462, 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios, políticas e práticas na área as necessidades educativas especiais. Espanha: Salamanca - Conferência Mundial de Educação Especia, 1994.

VISCA, Jorge. **Clínica Psicopedagógica**: epistemologia Convergente. Porto Alegre: Artmed, 2010.

VYGOTSKY, L.S. *et. al***. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone; EDUSP, 1988. ZABALA.

WALLON, Henri. **Psicologia e Educação na Infância.** Lisboa, 1975.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS – IV

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do participante_____

Sexo: F ( ) M ( ) Data de Nascimento:_____/_____/_____

Nome do responsável legal:_____

Documento de Identidade- número: _____

Endereço:_____Complemento:_____

Bairro:_____ Cidade:_____CEP:_____

Telefone: (___)_____

II – DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1-TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO-NAPp: DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.

2. PESQUISADORA RESPONSÁVEL- Deralúcia Oliveira Nascimento Queiroz.

III- EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O(a) SR.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGOGICO- NAPp: DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA, de responsabilidade da pesquisadora Deralúcia Oliveira Nascimento Queiroz, mestranda do curso de Educação e Diversidade da Universidade do Estado da Bahia- UNEB. A pesquisa tem como objetivo geral compreender o trabalho desenvolvido no Núcleo de Apoio Psicopedagógico para a inclusão educacional dos estudantes especiais e objetivos específicos: 1) Investigar o trabalho do Núcleo de Apoio Psicopedagógico-NAPp para a inclusão dos estudantes com deficiências e ou transtornos globais do

desenvolvimento e altas habilidades/superdotaçao; 2) Mapear os desafios e possibilidades que os profissionais do Núcleo de Apoio Psicopedagógico -NAPp enfrentam para a inclusão educacional dos estudantes público alvo da educação especial; 3) Promover uma proposta interventiva que corrobore para o trabalho da educação especial na perspectiva inclusiva.

IV- ESPECIFICAÇÃO DOS RISCOS, PREJUÍZOS, DESCONFORTO, LESÕES QUE PODEM SER PROVOCADAS PELA PESQUISA.

A pesquisa está alinhada mediante as normas éticas na área das Ciências Humanas e Sociais estabelecidas pela RESOLUÇÃO Nº 510, DE 7 DE ABRIL DE 2016. O (a) Sr(a). está sendo convidado(a) por ser profissional ou assistido pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico e tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa. Sua participação não é obrigatória, nem remunerada e consiste em responder a um questionário e a entrevista semiestruturada a ser realizada em data previamente acordada entre o (a) sr (a) e a pesquisadora. Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos(às) participantes. O desenvolvimento deste estudo não visa à implicação de riscos graves aos participantes, seja de natureza física, psicológica, social ou econômica. No entanto, os participantes poderão sentir pequeno desconforto na interação pesquisador e sujeito. Vale ressaltar que a pesquisadora estará atenta a qualquer sinal de desconforto por parte dos participantes e buscará minimizá-los, retirando dúvidas e adaptando as estratégias de ação. Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não neste termo, tem direito a indenização.

IV- DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS RECORRENTES

A pesquisa tende a oferecer contribuições para subsidiar e qualificar a inclusão educacional dos estudantes público alvo da educação especial, frente as ações dos profissionais que compõem a equipe do Núcleo de Apoio Psicopedagógico-NAPp.

Ademais, congregará esforços para o fomento coletivo do conhecimento, em que cada colaborador compartilha saberes, na criação e invenção que ressignifica o ato de conhecer e dão sentido às suas subjetividades e singularidades.

V- ESCLARECIMENTOS SOBRE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Os interessados em participar assinarão o TCLE, respondendo a opção sim entre as opções “Sim ou “Não”. A cópia da resposta do participante do TCLE será enviada para o participante. O participante tem direito de não responder qualquer questão, sem a necessidade de explicação ou justificativa. Garantimos ao (à) Sr(a. a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e, posteriormente, na divulgação científica.

É da responsabilidade da pesquisadora o armazenamento adequado dos dados coletados, bem como os procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da pesquisa. Uma vez concluída a coleta de dados, a pesquisadora responsável fará download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou “nuvem”. Informa-se que além dos cuidados descritos, podem existir limitações dos pesquisadores para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Sim ( )
Não ( )

V- INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS:

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:_____ Endereço: _____Telefone: ( )_____ E-mail:_____

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador/BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: cepuneb@uneb.br Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN – Unidade II – Ministério da Saúde CEP: 70750-521 – Brasília DF.

Local_____de_____de_____.

_____

Assinatura do participante da Pesquisa

_____

Deralúcia Oliveira Nascimento Queiroz

(Orientanda)

Prof. Dr. Osni Oliveira Noberto da Silva

(Orientador)

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

1-Qual a sua idade? _____

2- Qual o seu sexo?

( ) masculino ( ) feminino

3- Qual o seu nível de escolaridade?

( ) Ensino médio
( ) Graduação: ( ) completo ( ) incompleto
( ) especialização: ( ) completo ( ) incompleto
( ) Especialização ( ) completo ( ) incompleto- Psicopedagogia ( ) Sim ( ) Não
( ) Mestrado ( ) completo ( ) incompleto
( ) Doutorado ( ) completo ( ) incompleto

4- Qual a sua graduação em nível superior?

( ) Pedagogia ( ) Licenciatura em outras áreas Qual:_____

() Bacharelado ( ) Tecnólogo

5-Em sua graduação tinha alguma disciplina sobre Educação Especial/inclusiva?

( ) Sim ( ) Não

6- Sobre as percepções das Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação de Jacobina, no âmbito do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico para a Educação Especial inclusiva, você considera:

( ) Satisfatória

( ) Insatisfatória

( ) Satisfatória em parte

( ) Muito satisfatória

7- Qual o seu tempo de trabalho na Educação Básica? _____

8- Qual o seu tempo de trabalho no Núcleo de Apoio Psicopedagógico?

( ) Desde a sua fundação até os dias atuais
( ) 1 ano
( ) Dois anos
( ) Mais de dois anos

9- Qual o seu tipo de vínculo ou contrato de trabalho relacionado à sua atividade?

( ) Concursado

( ) Carteira assinada

( ) Temporário/Substituto/ Designado

( ) Estágio com remuneração

( ) Voluntário

10- Você é contemplado por algum cargo de plano e salário?

( ) Sim ( ) Não

11- Qual seu tipo de vínculo ou contrato de trabalho relacionado à sua atividade no Núcleo de Apoio Psicopedagógico?

( ) Concursado ( ) Carteira assinada ( ) Temporário/Substituto/ Designado

( ) Estágio com remuneração ( ) Voluntário

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Para psicopedagogo

1-“O que você entende por inclusão?”

2- Quais ações você considera importantes para serem implementadas pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico para a inclusão educacional dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades superdotação?

3-Como acontece a articulação do trabalho do Núcleo de Apoio Psicopedagógico com as unidades escolares?

4- Quais os desafios que você encontra para lidar com a Educação Especial inclusiva?

5- Como se dá o diálogo do psicopedagogo com a coordenação da educação especial inclusiva?

6- Como o psicopedagogo pode corroborar para as práticas pedagógicas de inclusão educacional?

7- Qual a sua concepção sobre o trabalho do psicopedagogo frente às reais necessidades dos estudantes especiais?

8- Faça um breve relato sobre sua prática profissional, enfatizando os pontos mais relevantes.

Para Coordenador da Educação Especial na perspectiva inclusiva

1-“O que você entende por inclusão?”

2- Quais ações você considera importantes para serem implementadas pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico para a inclusão educacional dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades superdotação?

3-Como acontece a articulação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico com a coordenação da educação especial inclusiva e as unidades escolares?

4- Quais os desafios que você encontra para lidar com a Educação Especial inclusiva e as intervenções psicopedagógicas do NAPp?

5- Como se dá o diálogo da coordenação da educação especial inclusiva com o psicopedagogo?

6- Como o psicopedagogo pode corroborar com as práticas pedagógicas de inclusão educacional?

7- Qual a sua concepção sobre o trabalho da coordenação da educação especial inclusiva frente às demandas encaminhadas pelos psicopedagogos?

8- Faça um breve relato sobre sua prática profissional, enfatizando os pontos mais relevantes.

Para Coordenador Pedagógico das unidades escolares

1-“O que você entende por inclusão?’’

2- Quais ações você considera importantes para serem implementadas pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico para a inclusão educacional dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades superdotação?

3-Como acontece a articulação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico com a coordenação pedagógica das unidades escolares?

4- Quais os desafios que você encontra para lidar com a Educação Especial inclusiva e as intervenções psicopedagógicas do NAPp?

5- Como se dá o diálogo da coordenação pedagógica das unidades escolares com o psicopedagogo?

6- Como o psicopedagogo pode corroborar com as práticas pedagógicas de inclusão educacional?

7- Qual a sua concepção sobre o trabalho da educação especial inclusiva e o NAPp, frente às demandas encaminhadas pelas unidades escolares?

8- Faça um breve relato sobre sua prática profissional, enfatizando os pontos mais relevantes.

Para docentes

1-“O que você entende por inclusão”?

2- Quais ações você considera importantes para serem implementadas pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico para a melhoria das práticas pedagógicas docentes, para os estudantes especiais?

3- Como acontece a articulação do trabalho do Núcleo de Apoio Psicopedagógico com as unidades escolares?

4- Quais os desafios que você encontra para lidar com estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/super dotação?

5-Como se dá o diálogo do NAPp com os docentes?

6- Como o psicopedagogo pode corroborar com as práticas docentes de inclusão educacional?

7- Qual a sua concepção sobre o trabalho da educação especial inclusiva e o NAPp, frente às demandas encaminhadas pelas unidades escolares?

8- Faça um breve relato sobre sua prática profissional, enfatizando os pontos mais relevantes.